The background of the cover is an abstract, high-contrast illustration. It features several stylized hands in various colors (yellow, blue, black) reaching out from the corners towards the center. The hands are rendered with thick black outlines and are set against a dark, textured background. The overall composition is dynamic and suggests themes of unity, participation, and social interaction.

SÍLVIA HELENA ZANIRATO
organizadora

MOBILIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

**EXPERIÊNCIAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

MOBILIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

EXPERIÊNCIAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MOBILIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL:
EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Projeto, Produção e Capa
Coletivo Gráfico Annablume

Imagem da Capa

Conselho Editorial
Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello Junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Celia Maria Marinho de Azevedo
Gustavo Bernardo Krause
Maria de Lourdes Sekeff (*in memoriam*)
Pedro Roberto Jacobi
Lucrécia D'Alessio Ferrara

1ª edição: novembro de 2013

© Sílvia Helena Zanirato

ANNABLUME editora . comunicação
Rua M.M.D.C., 217 . Butantã
05510-021 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (5511) 3539-0226 – Televidas 3539-0225
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

- 7 Apresentação
- 11 Estruturas de Governança no Setor Público e a Gestão Participativa: Dilemas e Possibilidades no Brasil Contemporâneo.
- 37 Dimensão socioambiental, mudança social e participação política
- 63 Territorialidades, políticas públicas e conflitos na conservação de patrimônios
- 85 Região metropolitana de São Paulo: do cinturão caipira ao verde e cinza
- 105 Política patrimonial, uma política participativa?
- 127 Comunicação e Controle Social Global
- 141 Educação, Sociedade e Políticas Públicas: Concepções da Teoria Histórico-Cultural
- 159 Maternidade, Paternidade e Direitos Sexuais e Reprodutivos de jovens que vivem e convivem com HIV/ aids.
- 179 A identidade queixada como símbolo de mudança social e participação política
- 199 Sobre os autores

APRESENTAÇÃO

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Si el riesgo de la política clásica fueron el ideologismo, la polarización y hasta el fanatismo, el riesgo de hoy son la banalidad, el cinismo y la corrupción [...] la gran tarea del futuro es la reconstrucción del espacio institucional, la polis, en que la política vuelve a tener sentido como articulación entre actores sociales autónomos y fuertes y un Estado que recobra su papel de agente de desarrollo (GARRETÓN, 2001, p. 35)¹.

O final do século XX, início do XXI trouxeram à tona outras formas de ação coletiva expressas em explosões urbanas, movimentos com fortes componentes étnicos e de gênero, com múltiplas demandas. Essas ações indicam que as propostas de mudança social estão ligadas a novas formas de participação, que incluem novos atores sociais e que requerem a redefinição do sentido da política nas sociedades democráticas.

Com esse sentido é que a presente obra se apresenta, a de pensar a participação política como uma atividade dos cidadãos com vistas a intervir no processo de discussão e de produção da decisão política. As formas de participação contempladas nas análises consideram a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações que expressam interesses, aspirações e valores através dos quais se constroem consensos, definem dissensos e se regulam conflitos.

¹ Manuel Antonio Garretón, *Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina*. Naciones Unidas, Santiago de Chile 2001.

São ações que propagam a mudança social, aplicada a múltiplos aspectos da sociedade, além do econômico e político. Como exemplo, as mudanças nas formas de gestão pública, nos costumes e modos de representar culturalmente a realidade. Essas modificações expressam as novas formas do fazer política, que não são elaboradas unicamente pelo Estado, mas que requerem um nível satisfatório de participação da sociedade civil.

Com esse entendimento o livro se propõe a articular saberes especializados em participação cidadã, contemplando as ações da esfera civil na produção de decisões políticas para responder de melhor forma aos interesses sociais.

Para Ursula Peres, Ana Fracalanza, André Galindo e Raquel G. Rizzi, a governança participativa é palavra-chave. Ao abordarem a economia institucional aplicada ao setor público, as autoras desenvolvem uma discussão teórica sobre estruturas de governança no setor público, utilizando o modelo analítico desenvolvido em Peres (2007) e da governança participativa a partir de Avritzer (1994, 1997, 2008), Gurza Lavalle (2011) e Pires (2000). Com base nesse arcabouço teórico analisam o Orçamento Participativo de São Carlos, e tratam das dificuldades e possibilidades da gestão participativa, com destaque para o papel do controle externo no desenvolvimento de políticas públicas.

A dimensão socioambiental nos processos de mudanças sociais e no estímulo à participação política é contemplada no texto de Marcos de Carvalho, Érico Pagotto, Atílio Neto e Gustavo Meyer. Para os autores, a emergência de um grande número de movimentos sociais por todo o mundo na virada do século XXI é reveladora de uma insatisfação com os aparatos político-partidários e institucionais em vigor, que se mostram incapazes de dar respostas à série de problemas sociais, entre os quais os ambientais. Para eles, toda e qualquer proposta de mudança social tem que contemplar a dimensão socioambiental. Com esse entendimento abordam formas alternativas ao modelo democrático dominante, entre as quais as empreendidas pelas comunidades tradicionais.

Sidnei Raimundo e Neli Mello-Thiery também discorrem sobre as políticas públicas relacionadas às questões ambientais analisando os conflitos territoriais presentes nas ações em prol da conservação e proteção ambiental. O interesse dos autores é o de destacar as atividades de segmentos da sociedade que atuam na relação com a natureza, o que envolve conflitos, enlaces e formas de interferência nas dinâmicas socioambientais, tanto no espaço

urbano e rural, quanto em áreas protegidas (unidades de conservação). Em sua análise, consideram fundamental as categorias território e poder que expressam as relações ocorridas no espaço. A elas agregam ainda o conflito, um campo importante para pensar as mudanças sociais e a participação política.

Os diferentes atores que participam das políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana desenvolvidas no município de São Paulo são avaliados no texto de Diamantino Pereira, Gerardo Kuntschik, Ana Valdiones, Ivini Ferreira e Renato Abdo. Para os autores, as políticas públicas municipais voltadas para a agricultura são fruto de um processo recente, ainda em curso, que busca influenciar a adequação ambiental dos sistemas produtivos com a adoção de boas práticas agroambientais, criação de canais diretos de comercialização da produção a permanência de moradores na periferia e organização de base dos produtores, dentre outros aspectos.

Sílvia Zanirato e Edegar Tomazzoni, por sua vez, discutem a política de proteção do patrimônio cultural, responsável pela conservação, difusão e conservação dos bens herdados do passado em sua relação com a política do turismo. Para eles, ambas políticas pressupõem a participação da sociedade civil, na expectativa de sejam considerados os usos sociais dos bens culturais e não exclusivamente a geração de renda advinda do fato de um lugar tornar-se patrimônio cultural, justificativa mais usual para a proteção dos bens herdados do passado. Para isso, é imprescindível a participação social, um meio de evitar tanto o predomínio de valores definidos pelo mercado, como o privilégio de determinados segmentos beneficiários do financiamento estatal.

A preocupação com a esfera econômica da política é igualmente contemplada no texto de Dennis de Oliveira e Marco Bettine, que discorrem sobre o poder global contemporâneo. Para esses autores, o poder é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz. Trata-se de um poder que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal e que tem um pé nas corporações privadas, outro na indústria bélica e um terceiro no monopólio da indústria da comunicação e da cultura.

Maria Eliza Bernardes, Sandra Batistão, Sandra Assali, Isabel Hamada e Eliane Pereira abordam as concepções teóricas que organizam as pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Políticas de Estado, com destaque para o papel da educação, uma atividade essencialmente humana,

que medeia a formação dos sujeitos e da própria sociedade e os orienta à participação social.

Na interface com a educação e agregando questões de saúde coletiva e relações de gênero está o texto elaborado por Elizabete Cruz. O estudo apresentado por essa autora enfoca o exercício da sexualidade e a vivência da paternidade e maternidade por jovens que convivem com HIV/AIDS, em especial os limites e as possibilidades do exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Andrea Viude e Soraia Ansara, por sua vez, tratam do movimento dos Queixadas, uma análise da história de luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus. Para as autoras o movimento dos Queixadas se distingue pela orientação da “não violência ativa” e pela resistência e pressão para que seus direitos fossem respeitados. Temas como reivindicações trabalhistas, fraudes, corrupção e solidariedade de classe são contemplados na análise das autoras, para as quais o grande legado desse movimento é a construção de uma memória coletiva de luta e resistência, expressão da vitória dos trabalhadores contra os atos repressivos e as injustiças que sofreram.

Em síntese, os textos aqui reunidos oferecem um percurso para uma leitura múltipla sobre a mudança social e a participação política. A expectativa é a de que os conteúdos aqui expressos contribuam para o aperfeiçoamento da participação civil na condução dos negócios públicos e no exercício de seu papel político

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO E A GESTÃO PARTICIPATIVA: DILEMAS E POSSIBILIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

URSULA DIAS PERES, ANA PAULA FRACALANZA,
ANDRÉ GALINDO DA COSTA, RAQUEL GAMMARDELLA RIZZI

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a evolução de diferentes políticas públicas no Brasil, como as de educação e saúde, é algo frequente tanto no meio acadêmico, como na própria gestão pública. É interessante notar, no entanto, que é mais fácil conseguir mapear a demanda dessas políticas, em geral, o déficit de atendimento, do que suas estruturas de oferta.

A estrutura de governança das políticas públicas, que é fundamentalmente determinante de suas possibilidades de oferta, dá-se a partir da construção de um arcabouço institucional que envolve aspectos legais, políticos, sociais e econômicos, nem sempre de fácil compreensão e muitas vezes também de difícil operação.

O objetivo deste capítulo é apresentar a abordagem da economia institucional aplicada ao setor público. Trata-se de um ensaio teórico-empírico, fruto de debates do grupo de pesquisa em políticas públicas e gestão participativa do PROMUSPP/ EACH/ USP. A partir da discussão teórica sobre estruturas de governança no setor público, utilizando modelo analítico desenvolvido em Peres (2007) e da governança participativa, de Avritzer (1994, 1997, 2008), Gurza Lavalle (2011), Pires (2000) e outros, buscou-se construir um arcabouço teórico que permitisse, em conjunto com o levantamento de um caso empírico – o Orçamento Participativo de São Carlos, trazer alguns apontamentos sobre as dificuldades e possibilidades da gestão participativa.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Da literatura da Nova Economia Institucional sabe-se que estruturas de governança são mecanismos desenvolvidos nas organizações, pelos agentes econômicos para lidar com os custos de transação¹, buscando reduzi-los (WILLIAMSON,1985).

Como apresentado em Peres (2007), são utilizadas pelas organizações, basicamente três tipos de estruturas de governança: a que se dá através do mercado, uma forma híbrida e a forma hierárquica.

A estrutura de governança a partir do mercado tem um controle menor sobre o comportamento dos indivíduos e o sistema básico de ajuste é via preço. A híbrida é uma forma de coordenação dos indivíduos através de sistemas de incentivos e contratos que permitam o controle da racionalidade limitada e do comportamento oportunista. Já a estrutura hierárquica se dá quando há a internalização total das atividades em uma única organização (WILLIAMSON, 1985).

Da teoria de Coase (1937), temos que a mudança institucional do mercado para a hierarquia – analisando apenas os dois extremos possíveis de estruturas de governança – tem impacto muito significativo no comportamento individual. As instituições simultaneamente determinam as regras do jogo (ambiente macro institucional) e condicionam as escolhas individuais sob estas regras. Se considerarmos um ambiente de informação perfeita, o comportamento dos indivíduos deverá apresentar-se como o de agentes maximizadores de resultados; será diferente, porém, em outros tipos de ambiente institucional (numa hierarquia, por exemplo). Miller (1992) acredita que, a depender da incerteza e assimetria de informações do ambiente organizacional, a coordenação desta se dará mais em função do direcionamento hierárquico do que pelo mecanismo de preços ou por sistemas de incentivos. (PERES, 2007)

Analisando os três tipos possíveis de estrutura de governança, tem-se que a estrutura que mais se adapta e melhor explica as organizações do setor público é a hierarquia.

Em uma estrutura hierárquica, a autoridade é importante, o ajuste não se dá via preços, a informação tende à assimetria e é necessário entender que nem sempre o resultado mais eficiente é o que maximiza o bem-estar

1 Para compreensão da teoria dos Custos de Transação ver AZEVEDO (2000).

os agentes. Nesse ambiente são necessárias outras habilidades individuais para o relacionamento interdependente entre os membros da organização, e assim o comportamento será distinto do previsto no modelo neoclássico, regido pelo ajuste de preços. Nesse tipo de organização, importa a visão de mundo e crenças ideológicas dos indivíduos e do líder, em especial. Isto é, regras informais (ambiente micro institucional) têm impacto relevante no comportamento dos indivíduos (NORTH, 1990).

O quadro 1 a seguir sintetiza as características dos três tipos de estrutura de governança mencionados.

	MERCADO	HÍBRIDA	HIERÁRQUICA
CARACTERÍSTICAS	Neste tipo de estrutura de governança os incentivos são fortes e o ajuste se dá via preços. Há pouca necessidade de controles administrativos e os contratos são cumpridos sem riscos de comportamento oportunista.	Nesta estrutura, os incentivos são médios, visto que existem falhas de mercado que impossibilitam ajustes autônomos via preço. É então necessária a coordenação dos indivíduos dentro de sistemas de incentivos e contratos que colbam o comportamento oportunista e possam reduzir os custos de transação em ambiente de informação assimétrica.	Na estrutura hierárquica, os incentivos são fracos e existe forte impacto das falhas de mercado, a ponto de prejudicar o cumprimento de contratos sujeitos sempre à ação oportunista dos agentes. Neste ambiente, a barganha pode ser ineficiente e há necessidade de coordenação e imposição da autoridade política para a busca de resultados eficientes.

Quadro 1 – Estruturas de Governança
Fonte: PERES (2007), p.20.

Conforme disposto em Peres (2007), Miller (1992) argumenta que, em uma hierarquia, as forças capazes de ajustar o arranjo institucional existente e minimizar perdas são externas. Ou seja, o controle externo da hierarquia é fundamental para que o comportamento do corpo gerencial seja direcionado à busca de resultados eficientes, mais do que à satisfação de dirigentes e funcionários. Essas forças serviriam como um compromisso para a busca da eficiência organizacional.

A partir da análise do modelo de estruturas de governança e da compreensão do modelo hierárquico, é importante destacar que a chave para a compreensão do desempenho eficiente de algumas hierarquias está muito mais nas

diferenças políticas das organizações do que nas econômicas. Na opinião de Miller (1992), a organização deve ser encarada como uma arena para liderança política, ideologia e definição de objetivos, e não como a manipulação gerencial de incentivos econômicos e estruturas formais. (PERES, 2007)

Diante do exposto, podemos concluir que, dependendo do ambiente econômico e institucional, e da existência de maiores ou menores custos de transação, a estrutura de governança tenderá a ser mais hierárquica do que contratual ou híbrida. No caso de organizações públicas, como veremos no próximo item, a implicação da estrutura de governança hierárquica está no fato de que esta implica obrigatoriamente a necessidade de um bom sistema de incentivos interno, com grande controle externo, para que se possa buscar eficiência.

Na análise das estruturas de governança no setor público é fundamental considerar alguns elementos diferentes dos considerados em organizações privadas, tais como: atores relevantes para as transações; custos no processo das políticas públicas; e algumas outras características peculiares da governança em organizações do poder público.

ATORES

No setor público, seja na administração direta ou de agências reguladoras, ou ainda em empresas públicas, é importante considerar quatro grupos de atores, representados aqui pelo poder executivo, legislativo, a burocracia estatal e a sociedade civil, que atuam e transacionam interna e externamente às organizações públicas da administração do estado.

I - Poder Executivo – aqui temos políticos eleitos, bem como pessoas de confiança que os acompanham a cada mandato eletivo para ocupar cargos de gestão nas administrações das esferas de governo, tendo sob seu controle a burocracia estatal. Entre outras motivações, destaca-se a defesa de uma plataforma programática, como também o auto-interesse e a busca de reeleição, ou do poder político. Sua sustentação pode se dar através de um partido ou coligação partidária, podendo implicar maior ou menor pressão de grupos de interesses, a depender do grau de coesão da coligação e de representação destes no Poder Legislativo e na sociedade civil.

II - Legislativo – os membros do Poder Legislativo são representantes eleitos nas três esferas de governo para representar a sociedade civil. Têm como responsabilidade principal o controle das ações do Executivo e a avaliação e

proposição de leis. Sofrem também pressão de diversos grupos de interesse e suas ações são calculadas em função da defesa de plataformas programáticas que acreditem, mas também da quantidade de votos que podem render, tendo em vista o objetivo da reeleição ou manutenção do poder político.

III - Burocracia – a burocracia estatal se constitui no corpo gerencial do aparelho do Estado para a execução das políticas públicas. Sob o comando político, formulam, executam e avaliam processos. São funcionários em geral dotados de capacidades específicas para seus cargos e com estabilidade constituída como forma de preservação contra perseguição e descontinuidade político-administrativa. Esses agentes, segundo a teoria da escolha pública², agem racionalmente e são motivados pelo auto-interesse, sendo analisados por essa teoria a partir de modelos principal-agente (BORSANI, 2004). São também motivados pela organização e manutenção das regras institucionais definidas

IV - Sociedade civil – segundo Horn (1995), os atores políticos oriundos da sociedade civil são afetados pelas políticas públicas, tanto por seus benefícios, como por seus custos. Assim como os outros atores, têm racionalidade limitada e participam da vida política na busca de seus interesses individuais, que podem ou não se coadunar com interesses coletivos. Sua participação, contudo, se dá apenas quando o benefício dessa ação compensa o custo do tempo empregado na atividade. Assim, a maioria das pessoas permanece, na maior parte do tempo, racionalmente ignorante do que se passa no processo político. Os custos de organizar e manter uma ação coletiva são aqui particularmente importantes. Grandes grupos de interesses difusos encontram maior dificuldade de sustentar sua participação no processo político ou de exercer influência sobre as administrações públicas do que pequenos grupos cujos membros têm um alto interesse específico em uma determinada lei ou política pública (HORN, 1995).

CUSTOS DE TRANSAÇÃO

As transações no setor público, dentro do espectro considerado nesta análise, estão relacionadas à criação, execução, monitoramento e avaliação de

² Para uma descrição mais detalhada da teoria da escolha pública, ver Borsani (2004).

políticas públicas, a partir da interação dos atores apontados. Existem vários custos envolvidos nestas transações; são relacionamos a seguir alguns de maior relevância, a partir da análise de Horn (1995):

I - Um primeiro custo de transação está associado ao tempo e esforço gastos pelos políticos, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, na busca de acordo sobre determinada política pública. A existência de conflito e incerteza aumenta o custo de definição de regras claras e precisas e tende a promover leis e políticas públicas vagas. Este caráter vago, por sua vez, traz consigo outros problemas a serem balanceados, pois os benefícios criados por tais leis e políticas não são claros, dificultando a verificação de cumprimento dos objetivos.

II - Outro custo de transação reside no fato de que a duração dos benefícios propostos por uma política pública é afetada por problemas de compromisso de longo prazo, em função da maior ou menor habilidade de legisladores e executivos de alterar, emendar e substituir leis e regras. Em uma democracia, não existe garantia de que uma mudança de legislatura não leve à revisão de regras de uma determinada política pública. Segundo Moe (1990), isto causa incerteza política. Este processo representa um custo político de transação, visto que não é possível garantir-se à sociedade civil a durabilidade dos benefícios de uma política pública.

III - Outro custo pode vir do fato de que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, a burocracia e sociedade civil não têm necessariamente o mesmo entendimento, compromisso e energia para programar, administrar, monitorar e avaliar as políticas públicas, de modo que os benefícios de uma política específica podem não se concretizar. Isto implica um custo de agência, principalmente entre Poder Executivo e burocracia.

IV - O custo de monitoramento da burocracia pode ser visto dentro de um modelo principal-agente aplicado, que poderíamos analisar de duas formas. A primeira forma relaciona os objetivos do ator principal, o político, e os objetivos e motivações do ator subordinado, a burocracia. Neste primeiro modelo, deve haver um desenho de estrutura de governança onde o principal consiga controlar o agente no intuito da execução de seus objetivos, isto é, a execução das políticas públicas da forma como foram concebidas em seu governo, e para isso será necessário o uso de um sistema de incentivos que permita essa indução. Este sistema de incentivos tem uma complexidade específica, visto que a burocracia tem uma função de utilidade diferente dos agentes econômicos numa

estrutura de mercado, de modo que incentivos ligados puramente a incrementos financeiros em contrapartida ao desempenho individual têm pouca eficácia no controle das ações burocráticas. Na segunda construção de modelo principal-agente, o principal seria a sociedade civil, receptora da política pública, e o agente seria a organização como um todo, composta pelos políticos e burocracia estatal. Aqui existe uma sutil mudança de conceito, pois não necessariamente a política pública de interesse da sociedade civil é aquela idealizada politicamente. Ou ainda, a idealização pode ser distinta da execução, constituindo-se a sociedade civil num importante ator no controle do comportamento do agente³.

V - Um último tipo de custo de transação, aqui relacionado, existe em função da falta de clareza, por parte da sociedade civil, a respeito dos benefícios privados ou custos associados a determinada política pública. Essa falta de clareza é maior quando o financiamento de uma política se dá totalmente em função do pagamento de impostos, cujo ônus recai sobre boa parte da sociedade de forma não individualizada. Nestas circunstâncias, o apoio a determinada política pública dependerá da aversão ao risco do cidadão: quanto maior esta, menor a tendência a apoiar novas políticas (HORN, 1995).

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Como apresentado em Peres (2007), existem características importantes das políticas públicas que tornam mais complexas as estruturas de governança no setor público. Essas características, na opinião de Dixit (2002), são: I) multiplicidade de principais; II) multiplicidade de tarefas ligadas às políticas públicas; III) reduzida competição e IV) complexidade na motivação dos agentes.

I) MULTIPLICIDADE DE PRINCIPAIS

A multiplicidade de principais existe em virtude de as ações do governo, através de sua administração direta ou indireta, afetarem grande parte da

³ Este modelo pode ser ainda mais complexo se analisarmos sob o ponto de vista de múltiplos principais, conforme Dixit (2002). Esta questão será discutida na seção seguinte.

sociedade. Isto se dá em função de muitos serviços serem caracterizados como bens públicos, gerarem externalidades, ou ainda, serem providenciados através de subsídios fiscais⁴ (DIXIT, 2002).

Ao lado disso, há uma série de grupos de interesse preocupados não só com os resultados do governo, mas com os insumos e a forma como o governo os produz. Neste sentido, fornecedores se preocupam em influenciar os processos de compras públicas e os sindicatos de trabalhadores se preocupam com as condições de trabalho e os próprios sistemas de incentivos criados internamente às estruturas de governança públicas. Os representantes do Poder Legislativo são também principais interessados tanto na forma quanto nos resultados de uma política, visto que cabe a esses a fiscalização das ações do Executivo. Assim, temos vários grupos de interesse engajados em uma barganha política multidimensional. E a sociedade civil, enquanto usuária das políticas públicas é sempre em primeira e última instância um principal neste modelo.

Dessa forma, na visão de Dixit (2002), dependendo da área governamental que se analise, podemos entender as administrações públicas como estruturas com vários principais agindo em um jogo não-cooperativo, buscando cada qual influenciar as ações conforme seu auto-interesse. A consequência de uma sociedade dividida entre grupos de interesse que jogam pelos recursos públicos tenderá a ser Pareto-inferior, isto é, os custos da atividade caçadora de renda são maiores que os benefícios privados obtidos por alguns agentes ou grupos (SILVA, 2004). Nesse sentido, quanto maior a informação assimétrica e a incerteza envolvendo determinado setor do governo, e quanto maior o poder de barganha de pequenos grupos de poder, maior sua possibilidade de maximizar ganhos de bem-estar, valendo-se de falhas institucionais e falta de controle interno e externo à organização pública, prejudicando a eficiência da política pública e apropriando para poucos os recursos que iriam, em outra circunstância, beneficiar a sociedade de uma maneira geral.

Considerando que alguns grupos têm poder de barganha suficiente para dominar instituições ineficientes, podemos derivar a conclusão de que estes grupos podem inclusive dominar o Estado, na medida em que dominam seu aparelho estatal – as instituições do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2004; PZREWORSKI, 1995). No processo de perda de autonomia do Estado e sua captura por grupo ou grupos de poder, é fundamental a influência da burocracia. Isto porque, se

4 O subsídio aqui entendido significa a produção de bens e serviço através da cobrança de impostos dos contribuintes e não pela taxaçoão direta dos serviços e bens oferecidos.

o agente público burocrata for movido por seus interesses privados e sujeitar-se a pressões de grupos de interesses, e somando-se esse fato à assimetria de informação existente entre o agente e o principal, temos o ambiente perfeito para desvios de conduta. Ao não haver controles eficazes, pode haver a cooptação desses agentes para uma ação específica de um grupo de interesse, ações clientelistas, e até corrupção (PZREWORSKI, 1995).

Neste contexto é importante ressaltar, como exposto por Silva (2004) que as escolhas públicas não são puramente técnicas ou gerenciais. Não existe neutralidade total em relação à tomada de decisão de política pública. A influência política opera tanto positiva quanto negativamente. Não é possível querer diminuir ou desconsiderar a natureza eminentemente política desse processo, sob o risco de proceder a análises totalmente equivocadas (PERES, 2007).

Assim, é importante frisar a necessidade de supervisão de todo o ciclo da política pública na busca de eficiência e eficácia no gerenciamento público. Essa supervisão precisa ser realizada dentro de uma estrutura de governança que consiga trabalhar um sistema de incentivos, buscando redimensionar o comportamento do agente para um resultado mais próximo do ideal, do ponto de vista do principal, de forma a levar o agente a agir de forma transparente e arcar com as consequências de suas ações (SILVA, 2004).

II) MULTIPLICIDADE DE TAREFAS

Segundo Dixit (2002), em organizações do setor público, existe sempre a expectativa de que se possa cumprir uma multiplicidade de tarefas. Isto se dá, pois se espera que a administração pública almeje uma série de objetivos distintos a partir do cumprimento de funções alocativas – entrega de bens e serviços, ajuste e regulação do mercado visando equilíbrio entre oferta e demanda de bens; funções distributivas e redistributivas – políticas fiscais e tributárias que visem ajustes de renda e transferência de renda a grupos mais necessitados; funções estabilizadoras – controle de agregados econômicos como inflação, emprego, juros e câmbio. Obviamente a manutenção de todas as tarefas ao mesmo tempo, em especial em ambientes federativos, é complexa e de difícil execução. Quando consideramos os escopos das políticas por áreas de governos, a complexidade aumenta com a possibilidade de políticas de transportes serem, por exemplo, incompatíveis com políticas ambientais e de saúde. Dessa forma, é possível afirmar que a interação dos objetivos não necessariamente

é clara em geral e mesmo dentro de uma organização específica, tampouco é obrigatoriamente priorizada de forma a otimizar agentes, insumos e processos.

III) REDUZIDA COMPETITIVIDADE

A oferta de bens e serviços pelo setor público de forma monopolista ou quase monopolista pode incorrer em problemas relacionados à reduzida competitividade nesses setores. Este fato pode dificultar o controle de custos e a qualidade dos resultados e trazer menor resposta às preferências da sociedade. A privatização não é solução muitas vezes em função do tipo de bem em questão, ainda mais quando há aspectos multidimensionais, como principais e tarefas. Dependendo do tipo de organização e dificuldade de verificação de resultados, pode haver indução a altos custos de transação e comportamento oportunista pelas firmas, sem garantia de uma atuação socialmente eficiente. Esse problema é agravado em setores onde nem mesmo existe apelo para atuação privada, reforçando a perversidade dos incentivos na ausência de competição (DIXIT, 2002; HORN, 1995).

IV) MOTIVAÇÃO DOS AGENTES

A questão da motivação dos agentes numa estrutura de governança pública é de extrema importância, visto que os sistemas habituais de incentivos baseados no incremento de renda, em função do desempenho individual, têm aplicabilidade extremamente complexa. Assim como vimos na estrutura de governança hierárquica, existem fatores internos à organização que dificultam a leitura correta do desempenho individual. Além disso, em uma estrutura de governança pública, mais do que em uma estrutura privada, existe uma motivação ligada a questões ideológicas e de crença individual, dificilmente mensuráveis, que independe de qualquer sistema de incentivo, e pode induzir o comportamento dos agentes para o cumprimento ou não de tarefa. Assim, a motivação na burocracia muitas vezes depende mais de fatores ideológicos e políticos, como identificação do corpo burocrático com a política pública a ser implementada, do que com sistemas de remuneração especificamente criados (DIXIT, 2002; HORN, 1995; MILLER, 1992).

É importante também mencionar que dentro de organizações fortemente constituídas por classes de profissionais⁵, existe forte tendência ao comportamento corporativo, seguindo bases definidas através de suas associações e sindicatos. Este profissionalismo tem uma correlação grande com preocupações de carreira, ou seja, incentivos implícitos, muito mais do que com aqueles baseados em remuneração por produtividade (DIXIT, 2002).

O quadro 2 abaixo resume características de organizações no setor público e a complexidade de estruturas de governança criadas para resultados eficientes socialmente.

Custos de transação	Tempo de negociação entre atores; custo de agência – supervisão dos agentes; problemas de compromisso de longo prazo – oportunismo político.
Atores	Poder Executivo, Poder Legislativo, burocracia e sociedade civil.
Características	Multiplicidade de principais e tarefas, reduzida competitividade e complexidade na motivação dos agentes.
Incentivos e Estrutura de Governança	Estrutura de governança hierárquica, onde incentivos internos são fracos e há complexidade para coordenação e motivação dos agentes em função de características da burocracia estatal e da reduzida competitividade do setor público. A possibilidade de reeleição pode significar um incentivo forte para os executivos nas organizações públicas, induzindo ao oportunismo político. Nesta situação, a vinculação orçamentária pode ser adotada como solução. Esta, contudo, torna ainda mais importante a questão de accountability no setor público. Estrutura de governança hierárquica, onde incentivos internos são fracos e há complexidade para coordenação e motivação dos agentes em função de características da burocracia estatal e da reduzida competitividade do setor público. A possibilidade de reeleição pode significar um incentivo forte para os executivos nas organizações públicas, induzindo ao oportunismo político. Nesta situação, a vinculação orçamentária pode ser adotada como solução. Esta, contudo, torna ainda mais importante a questão de <i>accountability</i> no setor público.

Quadro 2 - Custos de Transação e Governança no Setor Público
 Fonte: PERES 2007, p.27.

5 No entendimento de Wilson (1989), um profissional seria definido como alguém que recebe importante prêmio ocupacional de um grupo de referência, cuja associação é limitada àquelas pessoas que receberam formação educacional específica e seguem um código de conduta definido pelo grupo. Poderíamos identificar as classes dos médicos e professores no setor público a partir desta caracterização.

Em suma, a existência de complexos custos de transação, associados a características específicas do setor público, leva organizações da administração direta – onde há grande dificuldade em definir objetivos e medir resultados das políticas públicas e identificar como melhor atingir tais objetivos – a serem geridas em uma estrutura hierárquica. Isto é resultado também da existência de reduzida competição e de incentivos fracos internos à motivação e direcionamento do comportamento da burocracia (DIXIT, 2002; MILLER, 1992).

Neste sentido, é importante lembrar que, como pontuado por Miller (1992), a busca de resultados eficientes em uma estrutura de governança hierárquica, passa pelo controle de elementos externos a esta, implicando a necessidade de existência de *accountability* dessas organizações (SILVA, 2004).

Essa *accountability* tem sido discutida, demandada e estudada com profundidade no Brasil nos últimos 30 anos. A análise dos movimentos sociais e da retomada da democracia participativa na década de 1980 buscam demonstrar a necessidade e os benefícios do aumento do controle social na busca do aumento da eficiência das organizações públicas e da efetividade das políticas públicas. Há ainda questões e dilemas a serem tratados. Vejamos um breve relato desses tópicos na próxima seção.

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E AS POSSIBILIDADES DE CONTROLE SOCIAL DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Os movimentos sociais, que reivindicavam demandas específicas a partir da década de 1970 no Brasil, juntamente com o movimento Diretas Já, que se opunha ao regime político ditatorial, vieram a promover mobilizações e ações relevantes. Suas atividades apresentaram-se em forma de protestos e organizações formais que iriam ter reflexo sobre as instituições políticas e influenciar a agenda de formulação de políticas públicas (AVRITZER, 1997)⁶.

⁶ Para tratar das formas de organização e mobilização da época, Avritzer (1997) utiliza-se do termo “novo associativismo” indicando certa ruptura com o associativismo religioso tradicional e a redução da vida sindical e o fortalecimento de organizações temáticas que tratam de questões de gênero, meio ambiente, moradia, direitos da criança e do adolescente, reforma agrária, entre outros.

Para Avritzer (1994), o modelo de sociedade civil emergente no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980 reivindicava novas práticas políticas e instituiu novas formas de ação. Também é sua característica a oposição ao modelo político autoritário do regime militar e à importação de estruturas democráticas representativas dos países ditos desenvolvidos.

O Brasil é marcado então por diversas experiências participativas ainda no fim do regime militar, onde em alguns casos, como maneira de se opor ao sistema político autoritário, alguns governos municipais passam a realizar um maior contato com a sociedade através de espaços de comunicação ou de ações conjuntas com a população. Têm-se como exemplos destacados disso os que ocorreram nas cidades de Boa Esperança (ES), Diadema (SP), Lajes (SC), Piracicaba (SP) e Vila Velha (ES) entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980 (SOUZA, 2001; PIRES, 2000).

Em função da conjuntura política, social e econômica e das mobilizações realizadas pelo movimento Diretas Já, em 1985 há grandes avanços rumo à redemocratização a partir da eleição indireta para presidente contando com civis e não mais militares como candidatos. Mas, um grande marco institucional das demandas sociais emergentes foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. A mesma foi resultado da Assembleia Nacional Constituinte que se formou em 1986.

Essa iria refletir reivindicações em forma de direitos sociais como garantias universais e de dever do Estado.⁷ Além do mais, lançava diversos institutos legais que garantiriam a retomada de um Estado democrático de direito.⁸

A CF/88 traz no seu conteúdo a previsão de elementos de democracia participativa, com o intuito de aprofundar a experiência de democracia representativa e de superar a tradição de concentração de poder na tomada de decisões estimulada por regimes autoritários e centralizadores no Brasil. A garantia de participação da sociedade é apresentada na CF/88 em diversos campos de políticas como a saúde, educação, assistência, cultura, planeja-

7 É visível como a garantia pela CF/88 da educação, saúde, previdência social, assistência, moradia, a busca pela redução das desigualdades e o cumprimento da função social da propriedade, entre outros, é reflexo da mobilização de grupos sociais por certas demandas. (BRASIL, 2005)

8 Entre os institutos democráticos presentes na CF/88 podem-se destacar a separação entre os três poderes, o conjunto de direitos e garantias individuais, coletivos e políticos, a liberdade de associação político partidária, as eleições diretas, o sufrágio universal e a liberdade de expressão. (BRASIL, 1988)

mento urbano, entre outros (BRASIL, 2005). Dessa forma, a interpretação da CF/88 mostra como a mesma traz à tona o princípio da participação.

Desde o final dos anos 1980, no Brasil, têm-se apresentado vários arranjos participativos nas instâncias de tomada de decisão política que se aproximam bastante de modelos de democracia participativa. Esses trazem também uma necessidade de adaptação do Estado e da gestão pública para se adequar aos novos modos de relacionamento gerados.

As diversas formas de participação da sociedade junto ao Estado apresentam diferentes características em maior ou menor nível de iniciativa governamental ou da própria sociedade. Na atualidade, elas também recebem o status de instituições dado seu nível de garantia legal ou de prática informal (GURZA LAVALLE, 2011).

Segundo Avritzer (1994), a redemocratização teria sido fundamental para a institucionalização de mecanismos legais capazes de estabelecer uma relação de transparência entre a sociedade civil e o Estado. São alguns dos modelos mais populares de participação e democracia direta existentes hoje no Brasil⁹:

- **Plebiscitos:** Plebiscitos são uma forma de consulta à população que acontece anteriormente à formulação de uma lei e que a o art. 14 da CF/88 afirma ser condição da soberania popular. Rabat (2010) diz que o uso desse instrumento para tomada de decisões diferentes daquelas previstas pela constituição foi extremamente raro. A lei nº 9709/98 regulamentou o plebiscito em instâncias municipais, estaduais e distritais, desde que previstas as condições em suas leis orgânicas e constituições estaduais.
- **Referendos:** Os referendos muitas vezes são vistos de forma semelhante aos plebiscitos; no entanto, diferenciam-se já que tratam da capacidade de o povo ratificar uma lei depois de pronta. Assim como o plebiscito é garantido pelo art. 14 da CF/88.
- **Conselhos de política:** São resultados diretos da Lei orgânica da saúde e da Lei orgânica da assistência social. Expandiram-se para diver-

⁹ Cabe esclarecer que essa lista não é exaustiva, já que existem outros arranjos participativos que se enquadram também como de democracia direta. Porém optou-se por destacar esses por serem mais comuns.

sas áreas e temáticas, sendo que em alguns casos sua existência e seu funcionamento são condicionantes para repasses em forma de transferências orçamentárias. Baseiam-se em um espaço consultivo e muitas vezes deliberativo para discussão em determinadas áreas de políticas públicas congregando representantes tanto do Estado quanto da sociedade civil. Hoje é possível observar inúmeros conselhos nacionais, estaduais, distritais e municipais que tratam de diversos temas como educação, saúde, segurança, assistência social, criança e adolescente, transporte, meio ambiente, entre outros (TATAGIBA, 2005)

- **Orçamento Participativo:** O orçamento participativo (OP) é uma experiência brasileira inovadora, que teve sua origem ainda no período do regime militar e que tem como caso mais emblemático o de Porto Alegre (RS). Estudos apontam que tenha existido mais de 200 casos de OP pelo Brasil e pelo mundo (PIRES, 2000). O OP é basicamente a organização de plenárias regionais e temáticas para debater e decidir onde vão se dar investimentos em bens e serviços a partir de parte dos recursos financeiros do orçamento público.
- **Audiências públicas:** As audiências públicas são um meio de troca de informação entre sociedade e administração pública, onde não se cria como regra uma obrigação entre as partes. Serve como uma forma de o gestor público comunicar aos interessados e afetados por suas decisões e também ouvi-los. Apesar de na maior parte das vezes elas se darem em função da vontade da administração pública, existem casos em que se fazem obrigatórias por lei. Isto acontece quando, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101/00) determina que para a aprovação das leis orçamentárias é necessário que haja audiências públicas.
- **Plano diretor municipal¹⁰:** O plano diretor em si não tem como principal objetivo servir de arranjo participativo e sim ser um planejamento predominantemente técnico que orienta a ocupação do solo urbano por um período futuro de 10 anos. O estatuto da cidade (Lei 10.257/01), em seu art. 40 define que o Plano diretor deve ter ampla publici-

10 Entre as questões que estão envolvidas no plano diretor destacam-se a "...reabilitação de áreas centrais da cidade e sítios históricos; avaliação e atividades em áreas rurais; políticas habitacionais, regularização fundiária; transporte e mobilidade; saneamento ambiental; estudo de impacto de vizinhança; instrumentos tributários e de indução de desenvolvimento; desenvolvimento regional;..." (REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 265)

dade e acesso de suas informações e documentos, e que durante a sua elaboração e posteriormente a ela é necessário realizar debates e audiências públicas com a população e com associações representativas da comunidade. A participação no plano diretor deve ocorrer através de audiências, plenárias e oficinas e contando com representantes do poder público, empresariais e da sociedade civil (Avritzer, 2008).

Estes arranjos participativos seriam frutos de uma complexa interação sem muita divisão clara entre Estado e sociedade civil. As tentativas de análise de ambas esferas por meio de uma separação entre as mesmas mostram-se cada vez mais falhas se levarmos em consideração que:

La constitución recíproca entre – Estado y sociedad, o entre instituciones políticas, por un lado, y los actores de la sociedad ocurre mediante procesos que, a lo largo del tiempo y en el mismo movimiento, moldean y van siendo moldeados por las diferentes instituciones políticas existentes. (GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2011, p. 209)

Para Vaz e Pires (2011), conceitos de participação social que busquem homogeneizar os cidadãos e entender que toda negociação entre sociedade e Estado gera como resultado a alocação de bens e serviços públicos, devem dar lugar a um substrato analítico que considera a co-responsabilização e a co-gestão entre Estado e sociedade.

Diante disso, um campo de trabalho e pesquisa que se abre e se mostra cada vez mais intenso e com uma capacidade cada vez maior de reunir interessados é aquele que tenta entender as instituições participativas na sua relação com as instituições do Estado¹¹. Esta prática também parece ter certa urgência na medida em que:

11 Gurza Lavalle (2011) apresenta quatro frentes de trabalho emergentes nos estudos da relação entre instituições participativas e instituições do Estado. São elas a análise das normas legais garantidas pelo direito, estratégias políticas e participativas, efeitos da institucionalização e da burocratização nos arranjos participativos e efeitos reais nas políticas públicas.

Embora os canais institucionalizados de participação estejam vinculados a órgãos estatais, façam parte da estrutura administrativa do Estado, nas análises eles parecem estar – soltos no ar, na medida em que pouco sabemos sobre como dialogam com a estrutura burocrática do Estado. (TATAGIBA, 2008, p. 226)

Parece surgir no tratamento das questões que envolvem a institucionalização dos arranjos participativos, a possibilidade de estudo dos mesmos em relação aos custos de transação e estruturas de governança no setor público. As teorias neo-institucionalistas parecem ser capazes de ter aparatos teórico-metodológicos capazes de fornecer uma compreensão abrangente das relações entre Estado e sociedade.

Considerando-se que a coordenação em uma organização busca superar os custos de transação, considera-se que as instituições participativas podem ter sua importância conforme sejam capazes de estabelecer mecanismos externos de incentivo e supervisão que garantiriam melhores níveis de eficiência e eficácia. Dessa forma, a participação pode ser uma variável interessante para compor a construção da estrutura de governança no setor público, considerando que nessa área a mesma admite predominantemente a forma hierárquica.

OP DE SÃO CARLOS

As teorias neoinstitucionalistas de custos de transação e estrutura de governança demonstram capacidade teórico-analítica para análise do modelo de participação denominado orçamento participativo. Isto se dá, sobretudo, com relação as suas características institucionais e em suas relações com o Estado. Desta forma, realizar-se-á uma análise do OP do município de São Carlos (SP) sob a perspectiva dessa teoria.

São Carlos (SP) é um município localizado na região administrativa central do estado de São Paulo e que conta com uma população estimada em 2012 de 226.322 habitantes. Seu IDH-M de 0,841 é considerado bom e seu índice de Gini está acima da média nacional, sendo de 0,41¹². A cidade é destaque

12 Fonte de informações: IBGE cidades@ - <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (acessado em 02/12/2012)

por seu alto número de instituições de ensino superior e pesquisa, recebendo o título pela lei nº 12.504/11 de capital nacional de tecnologia.

Apesar dos relevantes níveis de indicadores sociais e de contar com um aparato científico, acadêmico e tecnológico consideravelmente alto, o município de São Carlos (SP) não possui uma tradição associativa e de mobilização social significativa ao longo de sua história. Exemplo disso encontra-se no fato que suas associações de moradores entre 1993 e 2000 foram dirigidas por cargos comissionados (SOUZA, 2011). Mesmo nessas condições, o município de São Carlos (SP) teve um modelo de orçamento participativo que existiu durante 12 anos, entre 2001 e 2012, durante três mandatos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir do mapeamento de quatro grupos de atores envolvidos no setor público (poder executivo, legislativo, burocracia e sociedade civil), far-se-á uma análise de suas influências mais marcantes no OP de São Carlos (SP) no período de sua existência. Essa análise aponta para o fato de que não necessariamente esses grupos apresentam os mesmos interesses, o que pode aumentar os custos de transação.

A começar pelo poder executivo, o mesmo apresenta-se como um dos maiores responsáveis pela implementação do OP em São Carlos e sua manutenção ao longo dos 12 anos. Para que isso se concretizasse houve um grande esforço do poder executivo realizando acordos com membros do poder legislativo e com outros partidos em busca de apoio.

Cabe salientar que existiu forte oposição dos membros dos vereadores de oposição e também da base governista quando houve a implementação do OP. Isto se deu, pois o mesmo invertia a lógica de que os gastos públicos deveriam ser associados a figuras pessoais de vereadores, o que causava prejuízos aos interesses de reeleição dos mesmos. Esse fato trouxe tanto custos de tempo gasto na negociação, quanto de recursos, já que recursos que seriam destinados ao OP, foram divididos entre os vereadores para que esses fizessem políticas personalistas. (SOUZA, 2011)

Confirmando a ideia de que nem sempre executivo, legislativo, burocracia e sociedade civil têm o mesmo interesse e disposição de concretizar uma política pública, tem-se que os conflitos e negociações do executivo para levar essa política a ser implementada também se deram em relação à burocracia e à própria sociedade civil.

Uma questão que parece ter sido marcante foi certa dificuldade de comunicação entre a burocracia e os segmentos da sociedade civil. Assim, em

alguns casos o corpo burocrático mostrava resistência em efetivar as aprovações do OP, já que eram motivados pelo cumprimento de políticas que tivessem prioritariamente a sua marca e não a do OP. Isso levou a um custo de monitoramento. Em relação à sociedade civil, a falta de pertencimento e dificuldade em envolver-se em instâncias participativas no início do processo parece ter dado lugar à sobreposição de interesses de grupos mais articulados e influentes, com o passar do tempo. A falta de consenso e a negociação mostraram-se presentes até mesmo dentro do poder executivo, onde muitas vezes houve discordâncias entre manter o modelo de OP inicial ou realizar mudanças de metodologia¹³.

Conforme afirmação de Peres (2007), um custo de transação é gerado na medida em que não é possível ter para a sociedade a garantia de continuidade dos benefícios de uma política pública. Uma das razões para isso se dá em função de que novos grupos políticos podem possuir interesses diferentes de seus antecessores e, assim, as políticas podem ser legalmente destruídas sem uma compensação. Foi possível observar isso no OP de São Carlos (SP), já que o mesmo vigorou durante três governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo seu fim imediato em 2013, com o início de um governo de oposição vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Possivelmente, isto se deve a razões envolvidas com o interesse em modificar uma política associada ao governo antecessor de um partido opositor.

Outro fator analítico de muita relevância para o OP de São Carlos (SP) é o das características especiais das estruturas de governança no setor público. Por razões da complexidade do setor público, e por esse motivar interesses às vezes antagônicos, às vezes convergentes de diversos grupos, sua estrutura apresenta multiplicidades de principais e tarefas. Além disso, são características a reduzida competitividade e particularidades nas motivações dos agentes. (PERES, 2007)

Franzese e Pedroti (2005), a partir de uma análise à luz da teoria do principal/ agente fizeram uma apreciação do processo de *accountability* envolvido no OP de São Carlos. Segundo as autoras, a partir de uma pesquisa documental,

13 As informações desenvolvidas aqui são fruto de uma entrevista semiestruturada realizada com a chefe de divisão de participação popular de São Carlos entre os anos de 2009 e 2012 e coordenadora dos projetos OP Educa e ProCRIAJ. A entrevista foi realizada no dia 05/12/2012 e a mesma foi registrada de forma escrita em anotações.

foi possível identificar que apesar de o OP de São Carlos não ser um instrumento institucionalizado e dessa forma sensível a mudanças de governo, ele teve o potencial de ampliar as informações sobre as ações governamentais, permitindo que avaliações no momento eleitoral fossem feitas de forma mais consciente pelos cidadãos. Assim, a *accountability* social seria capaz de influenciar outros modos de *accountability* tradicionais como a *accountability* vertical, a qual tem como instrumento por excelência o voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a estrutura de governança do setor público, seus atores e custos, ficou clara a necessidade de um estudo em relação ao desenvolvimento da democracia participativa no Brasil. Neste sentido, este capítulo buscou traçar o perfil hierárquico da governança do setor público e o papel do controle externo no desenvolvimento de políticas públicas.

Para reflexão sobre o controle externo, o foco foi estabelecido na participação e nos seus diversos instrumentos. A análise do OP de São Carlos (SP) forneceu base empírica para compreender custos de transação e formas de governança no caso analisado.

Deve-se observar que, por se tratar de um único caso, não é passível de generalizações; porém, observa-se que apesar de incentivos a formas de controle externo, que poderiam reduzir os custos de transação, esses ainda estão muito presentes e precisam ser negociados entre os atores, para que um projeto como o OP ocorra. Ou seja, apesar de o controle externo possibilitar a redução dos custos de transação, os diferentes atores estão tão embrenhados em uma governança hierárquica, que o próprio controle externo gera novos custos de transação.

Assim, o que se pode perceber é um processo de longo prazo, no qual o controle externo, no caso a participação, deve ser uma prerrogativa de todos os atores e não apenas de um, como no caso analisado, o Poder Executivo. Como trabalhar isto em um modelo de governança hierárquica é uma questão fundamental, e a importância dos atores externos, que não estão diretamente dentro dessa hierarquia, como o Poder Legislativo ou a Sociedade Civil, tem um papel fundamental no desenvolvimento do controle externo. Desta forma, portanto, pode-se possibilitar uma redução dos custos de transação e uma maior efetividade da ação estatal.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do Caso Brasileiro. In Leonardo Avritzer (coord.), **Sociedade civil e democratização**, Belo Horizonte, Del Rey, p. 271-308 1994.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo, **Lua Nova**, n39, p. 149-74, 1997.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 43-64 Jun. 2008.

AZEVEDO, P. F. **Nova economia institucional**: referencial geral e aplicações para a agricultura. São Carlos: UFSCar, 2000.

BARZEL, Yoram. Measurement cost and the organization of markets. **Journal of Law and Economics**, v. 25, pp. 27-48, April, 1982.

BECKER, Gary. **Human Capital**. New York: Columbia University Press, 1964.

BORSANI, Hugo. Relações entre Política e Economia: Teoria da Escolha Pública. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. Lei nº10.257, de 10 de Julho de 2001. 2. ed. Atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.709 de 18 de novembro 1998**. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm> Acesso em : 01 jul. 2013.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº 101, 04 de Maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Instituições, Bom Estado e Reforma da Gestão Pública. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUCHANAN, James M. **Public Finance in Democratic Process: Fiscal Institutions and Individual Choice**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, nº 4, pp. 386-405, 1937.

_____. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, v. 3, pp. 1-44, 1960.

DIXIT, Avinash. Incentives and Organizations in the Public Sector: An Interpretative Review. In: **The Journal of Human Resources**, vol. 37, nº 4 (Autumn, 2002), pp. 696-727.

FAGUNDES, Jorge. Economia Institucional: custos de transação e impactos sobre política de defesa da concorrência. **Revista de Economia Contemporânea**, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 2, 1998.

FRANT, Howard. High-Powered and Low-Powered Incentives in the Public Sector. In: **Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART**, vol. 6, nº 3 (Jul., 1996), pp. 365-381.

FRANZESE, Cibele; PEDROTTI, Paula Maciel. Limites e Possibilidades do Orçamento Participativo: para além da retórica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 207-232, 2005.

GURZA LAVALLE, A. HOUTZAGER, P. CASTELLO G. *La construcción política de las sociedades civiles*. In GURZA LAVALLE, Adrian, **El horizonte de la política - Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional**. México, CIESAS, p. 207-268, 2011.

GURZA LAVALLE, Adrian. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, v. 84, p. 13-24, 2011

HORN, Murray J. **Political Economy of Public Administration: Institutional Choice in the Public Sector**. Series: Political Economy of Institutions and Decisions. Cambridge University Press, [1995] 2002.

KRUEGER, Anne. The political economy of rent-seeking society. **American Economic Review**, nº 64, pp. 291-303, 1974.

MILGROM, P. R. e ROBERTS, J. **Economics, Organizations and Management**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1992.

MILLER, Gary. **Managerial dilemmas: the political economy of hierarchy**. Canada: Cambridge University Press, 1992.

MOE, Terry M. Political Institutions: The Neglected Side of the Story. In: **Journal of Law, Economics & Organization**, vol. 6, Special Issue [Papers from the Organization of Political Institutions Conference, April 1990]. 1990, pp. 213-253.

NORTH, Douglass C. **Institutions and a transaction cost theory of exchange**. St. Louis: Washington. University Political Economy Working Paper no. 130, 1988.

_____. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

PERES, Ursula Dias. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. São Paulo, Vol. 9, nº 24, p. 15-30, maio/ago. 2007.

PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários: a experiência brasileira recente, 2000**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf> Acesso em: 22 de Julho de 2011.

PZREWORSKI, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RABAT, Marcio Nuno. **Representação, participação política e controle social** : instituições, atores e história. Câmara dos deputados, Consultoria Legislativa, Biblioteca virtual da câmara, 2010. Disponível em : < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3966/representacao_politica_rabat.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 de Junho de 2013.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2001. 2ª. ed.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clóvis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Ano 41, n. 2, p.255-271 mar/abr. 2007.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **A economia política da corrupção no Brasil**. São Paulo: Editora Senac SP, 2002.

_____. Corrupção e Produção de Bens Públicos. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo. Ano 15, n.4, p.84-97 out./dez. 2001.

SOUZA, Luciana Andressa Martins. Orçamento Participativo e as novas dinâmicas políticas locais. **Lua Nova**, p. 245-285, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **Economics of the Public Sector**. New York: W. W. Norton & Company, 1988.

TATAGIBA, Luciana. Participação e reforma do Estado: sobre a arquitetura da participação em São Paulo. In: Guilherme O'Donnell; Joseph S. Tulchin; Augusto Varas. (Org.). **New Voices in the Study of Democracy in Latin America**. 1 ed. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, p. 221-273, 2008.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n0 25, p. 209-213, nov. 2005.

TULLOCK, Gordon. The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft. **Western Economics Journal**, Oxford, (volume 5), 1967, (pp. 224-230).

VAZ Alexander; PIRES, Roberto. Participação social como método de Governo? Um mapeamento das “interfaces socio-estatais” nos programas desenvolvidos pelo governo federal. **Leituras complementares**. Brasília: IPEA Manuscrito, 2011.

WILLIAMSON, Oliver E. Strategizing, Economizing, and Economic Organization. In: RUMELT, R.; SCHENDEL, D.; TEECE, D. **Fundamental Issues in Strategy**. Harvard Business School Press, 1994.

_____. **Markets and hierarchies**. New York: Free Press, 1975.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, pp. 269-96, Jun. 1991.

_____. **The economic institutions of capitalism**. London: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, Oliver E.; OUCHI, W. G. The markets and hierarchies perspective: Origins, implications, prospects. In: VAN DE VEN, A.; JOYCE, W. F. **Assessing organization design and performance**. New York: Wiley, 1981.

WILSON, J. Q. **Bureaucracy**: What Government Agencies Do and Why They Do It. New York: Basic Books, 1989.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

MARCOS B. DE CARVALHO, ÉRICO L. PAGOTTO,
ATILIO V. NETO, GUSTAVO C. MEYER

Em uma das salas de exposições do acervo permanente do Museu Nacional de Arte Antiga de Portugal, sediado em Lisboa, exhibe-se um quadro de autor desconhecido intitulado “O Inferno” e datado do início do século XVI, algo entre 1505-1530.



Figura 1 – Reprodução da tela “O Inferno” (Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga)

No quadro, ao redor de um daqueles clássicos caldeirões (mais usualmente utilizados para representar os estereótipos dos rituais de canibalismo) em cujo interior ardem os corpos de alguns prováveis “pecadores” (dentre eles, observe-se pelo menos dois frades franciscanos), representam-se punições diversas e relacionadas às transgressões que os outros castigados também possivelmente cometeram (usura, luxúria, avareza, infidelidade etc). No canto superior direito, a “boca do inferno”, despeja os corpos nesse cenário.

E na margem esquerda, as brasas de uma pira consomem os cabelos de três mulheres que jazem nuas e dependuradas de cabeça para baixo, castigando-lhes esses símbolos da “ vaidade e da soberba ” femininas, que todos os fundamentalismos religiosos normalmente mandam cobrir (ou não tocar).

Ao fundo, na parte mais escura da representação, e no comando de toda a cena “ figura um entronizado Lúcifer com toucado e fato de coloridas plumas, vestimenta que tem suscitado a hipótese de se tratar de um atributo de identidade ameríndia ou mesmo brasileira ”, segundo o texto explicativo colocado ao lado do quadro em exposição na sala do museu português. Ou, mais diretamente, como afirma o texto do próprio sítio do Museu Nacional (que recomendamos vivamente que seja consultado, para que se observem detalhes do quadro que aqui reproduzimos)¹, essa “ figura exótica que preside ao grande teatro dos condenados ” é “ provavelmente um índio brasileiro ”.

Precisamente nesse período, início do século XVI, anunciava-se uma era de transformações embalada pela ampliação dos horizontes europeus, que sob a liderança das potências ibéricas expandiram seus domínios territoriais para além das fronteiras abissais que demarcavam aquele “ final do mundo ” que o alcance dos olhares ibéricos estabeleciam como limite.

A figura de um índio brasileiro, no papel de “ príncipe das trevas ”, conforme a representação do quadro que examinamos, desempenhava uma função ambígua. Por um lado materializava os horrores e perigos imaginados para um mundo desconhecido e pós-abissal — um verdadeiro inferno —, ao qual os aventureiros se lançaram (intencionalmente ou não, pouco importa) para mundializar a Europa, ou europeizar o mundo, se se preferir. Por outro, esse “ índio-lúcifer ”, já em uma condição de subordinado a outros mitos que não os seus, parece exercer o papel de vigilante do novo conquistador, comandando as punições daqueles que, despejados pela ‘ boca do inferno ’, representam os comportamentos que a partir daí passariam a ser condenados em todas as antípodas — do norte ao sul do planeta —, simbolizando, entre outras coisas, as regras a que tudo e todos estariam subordinados, especialmente nos novos territórios incorporados aos horizontes de apropriação dos europeus.

¹ ver <<http://mnaa.imc-ip.pt/>>, link para exposição permanente (outras obras essenciais) <<http://mnaa.imc-ip.pt/pt-PT/exposicao%20permanente/HighlightList.aspx>>.

O século XVI, não custa lembrar, é também o momento em que a expansão dos horizontes, das crenças e do modo de vida europeus, impôs uma nova cartografia em que o sul ficaria consagrado como a parte inferior, subordinada, das nossas representações de um mundo que, nos séculos seguintes, acostumar-se-ia com a condição central da Europa.

Até meados do século XVI, com as projeções de Marini (1512) ou Dieppe (1567), o sul ainda costumava povoar as imagens superiores das representações cartográficas. Mas, em 1569, Mercator, consagrou também na cartografia a superioridade pretendida pelos que desde o início daquele século lançaram-se na aventura de enfrentar os “abismos” existentes além de seus horizontes de dominação.

A figura do índio brasileiro que recolhe e comanda a punição dos que são despejados pela “boca do inferno”, situa e identifica o hemisfério de subordinação. Assim, o autor desconhecido do quadro “O inferno”, como costuma acontecer na relação entre arte e ciência, antecipa para o começo do século XVI, uma imagem que cartograficamente só ficaria consagrada algumas décadas depois.

Porém, desse “índio-lúcifer”, à condição de escravizado e/ou destruído pelos novos padrões de organização social impostos pelos europeus, passando pelas imagens idealizadas que o caracterizavam como “bom-selvagem” ou desfrutando das situações concretas vividas por um cidadão livre, absorvido pela nova ordem ou reconhecido como portador de alteridade cultural que merece ser respeitada (em suas dimensões e necessidades econômicas, sociais e até mesmo territoriais), o “indígena” [brasileiro], que bem poderia ser utilizado para representar as situações vividas pelos diversos outros “indígenas” das várias nacionalidades produzidas pela apropriação do “sul geopolítico” do planeta, experimentou diversas condições, todas elas proporcionadas pelas mudanças sociais e políticas havidas nesses últimos séculos da nossa história. Para essas mudanças, a dimensão socioambiental exerceu peso decisivo.

O SOCIOAMBIENTAL, O AMBIENTAL E COMPROMISSOS COM A MUDANÇA SOCIAL

As imagens e ou representações, assim como as paisagens e as territorialidades em suas expressões reais, resultam das múltiplas determinações pro-

duzidas pelas diversas dimensões que presidem nossas existências e que comandam suas dinâmicas, segundo os ritmos e os pesos que as ações mais e menos institucionalizadas, considerando os vários matizes dessas possibilidades, tem desenvolvido ao longo da história da humanidade.

Embora as realidades, como resultado histórico que se processa sempre em temporalidades e espacialidades precisas, não possam prescindir de nenhuma das múltiplas dimensões que a fazem existir, evidentemente que interesses de segmentos particulares conectados aos benefícios proporcionados por algumas (ou uma) delas, dependendo das correlações de forças momentâneas podem promover as distorções necessárias para que a resultante vetorial dessa complexidade a que chamamos de realidade, penda mais para um lado do que para outro.

Se retomamos o exemplo das diversas e rápidas caracterizações a que há pouco indicamos acerca do “indígena”, considerando cada uma delas como uma espécie de símbolo aproximado para representação dos momentos históricos que atravessamos ao longo dos últimos 500 anos, é possível identificar os pesos relativos que foram (ou são) conferidos às importâncias momentâneas de cada uma das dimensões (econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais...) com as quais costumamos dividir (ou categorizar) os diversos componentes das sucessivas realidades históricas. Privilégios concedidos, por exemplo, às dimensões e aos interesses político-ideológicos ou econômicos, seriam mais representativos para uma referência à realização e expansão das novas ordens pretendidas pela implantação e desenvolvimento de padrões europeus de vida, nos quais, é claro, arranjos promovidos pelas dimensões culturais, condições ambientais e territoriais, também sempre estão presentes, como em toda e qualquer realidade, mesmo que desvalorizados e subsumidos por outras dimensões. Já as referências que indicariam privilégios às determinações de dimensões culturais, sociais, ambientais, — ou socioambientais, em uma palavra —, tenderiam a ser mais adequadas para simbolizar primazias concedidas aos (ou conquistadas pelos) interesses das populações indígenas e/ou tradicionais, ou ao menos mais consideradoras desses interesses.

Assim, não seria difícil perceber os privilégios que as seguintes caracterizações, mesmo que estereotipadas, indicam ou simbolizam, — por vezes apenas como desideratos, por vezes como expressão de realidades —: “índio-lúcifer”, “índio-mão-de-obra-escrava”, “bom-selvagem”, “índio-cidadão-livre”, “índio-alteridade”, ou, ainda, como mais recentemente, passaram a

ser caracterizados por diversos autores, dentre eles o ilustre pensador do “ecodesenvolvimento”, Ignacy Sachs (2009, 2008), junto com outras populações tradicionais “camponeizadas”: “guardiães da biodiversidade”, “biocivilizadores”, “‘servidores’ ambientais” etc.

Considerando o escopo de nosso interesse nessa reflexão, se se poderia afirmar que cada uma dessas caracterizações, tomadas como simbólicas de momentos históricos mais ou menos precisos, refletem os alcances das mudanças nos arranjos sociais realizados em determinadas condições (e produzidas, é claro, pela confluência de dinâmicas sócio-econômico-culturais dadas), para atender na maioria dos casos interesses do colonizador ou, posteriormente, de seus herdeiros, independentes ou não, inegavelmente, já naquelas outras caracterizações, como essas que exemplificamos com as ideias de “alteridade” ou de “liberdade”, ou as recentemente introduzidas por Sachs e outros, revelam-se potencialidades distintas e privilegiadoras de outras dimensões para novos rumos que se buscam imprimir, com o intuito de fortalecer ideias cultivadoras de novos arranjos sociais que se pretendem construir.

Aqui, desde que emergiram com força os entendimentos ampliados de universos culturais e do reconhecimento à existência, inclusive físico-territorial, de todos eles (contraditoriamente um dos legados do advento do Estado Nacional moderno²), com a extensão do reconhecimento da alteridade físico-natural, também para valorização das alteridades étnico-culturais e cognitivas (considerando, inclusive, as relações e interdependências que se estabelecem entre ambas), a dimensão socioambiental emerge potente como uma espécie de força-motriz a indicar e sugerir rumos para os novos arranjos sociais requisitados.

Em um contexto, como o que estamos vivendo, promovido por esse momento de ápice do processo de mundialização, iniciado com a expansão das fronteiras europeias a partir do século XVI e caracterizado por essa espécie de globalização (ou “globaritarismo”, como prefeririam alguns, entre eles Milton Santos, 2000) dos limites, em que todas as fronteiras representativas das dimensões da nossa existência (econômicas, políticas, culturais, físicas etc), passam a se encontrar e coincidir, em seus alcances, com a própria fronteira do geóide, que dá forma simbólica e geométrica ao nosso planeta, a dimensão socioambiental, de fato, revela sua potência emergente, seja para lidar com essa “era dos extremos”

2 Para uma abordagem mais extensa dessa questão, ver Carvalho, 2006.

e de ameaça de esgotamentos que rondam as reservas estratégicas do padrão de acumulação globalmente instalado, seja para contemplar os reclamos dos polos ainda desfavorecidos pelos rumos dessa história.

No primeiro caso, essa emergência parece convergir para um reducionismo físico-natural do alerta ambiental, comprometendo, inclusive, a bandeira da sustentabilidade, que afirma-se cada vez mais como expressão que qualifica o conjunto de expedientes adotados e necessários para conferir sobrevida ao padrão de acumulação global e hegemonicamente instalado, ou, como afirmam mais explicitamente alguns: “a sustentabilidade surge no seio do capitalismo, como o novo modo de regulação, (...) modos de gestão mais eficazes da base material (...) ou [expediente] para agilizar, homogeneizar e internacionalizar o espaço geográfico, ora com proveitos regulatórios, ora com proveitos desregulatórios...” (Teodoro, 2011:11).

Mas, no segundo caso, — vinculado àqueles polos desfavorecidos... —, amplia-se e afirma-se a expressão socioambiental (ou socioespacial) como simbolizadora do encontro compreendido como necessário para a promoção de justiça, ambiental e social, que, em outros momentos poderia ser entendida até como expressão redundante³, mas que hoje impõem-se para fazer frente àquele processo de compreensão reducionista do ‘ambiental’.

Indubitavelmente, é nesse segundo caso que a dimensão socioambiental mais indica suas relações com as perspectivas de mudança social, pois, no primeiro, independentemente das denominações com que ela se apresenta (inclusive, às vezes como ‘socioambiental’, embora seja mais comum apresentar-se apenas como ‘ambiental’ ou nas diversas combinações e/ou variações do ‘sustentável’) o compromisso e o investimento têm sido no aprimoramento e sobrevivência da ordem estabelecida.

O IMPERATIVO SOCIOAMBIENTAL E OS RUMOS DA MUDANÇA

Se retomamos agora os nossos exemplos iniciais, simbolizados pelas imagens emprestadas aos “ameríndios”, para demonstrar a importância da dimensão socioambiental nos processos de mudanças sociais e no estímulo à participa-

³ Isso vale particularmente quando nos referimos às origens recentes, no último terço do século passado, dos chamados movimentos ecológicos e dos partidos verdes que conferiam um sentido bastante amplo e politizado para a questão ambiental. A esse propósito ver Castells, 2006 .

ção política, basta observar o esforço empreendido por alguns analistas para caracterizar o papel de relevância, atual e projetada para o futuro, de muitas daquelas populações nativas e/ou “indígenas” que destinadas à dizimação e/ou subordinação, particularmente no hemisfério sul do planeta, empreenderam uma trajetória de superação das imagens e das condições que lhes foram impostas “fixando-se novamente em seu território, localizando-se novamente em um mundo globalizado desde suas lutas de resistência e suas estratégias de reapropriação da natureza” (LEFF, 2003: 53).

Essas “lutas de resistência” e as “estratégias de reapropriação da natureza” a que se refere Leff, por sua vez, ao evidenciarem características nem sempre muito consideradas da chamada crise ambiental que ora atravessamos, tais como as cognitivas e epistemológicas — “a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão”, lembra-nos o próprio Leff nesse mesmo texto que mencionamos —, realçaram os componentes sociais e culturais, relegados e sufocados pelos modelos dominantes, mas que necessariamente deveriam ser contemplados para o equacionamento do que muitos classificam como um problema “civilizatório” ou como a “crise do nosso tempo”:

La crisis ambiental es una crisis de civilización. Es la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas. El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización. La crisis ambiental es la crisis de nuestro tiempo. No es una crisis ecológica, sino social...⁴

Tais reconhecimentos, implicam, necessariamente, valorização da dimensão socioambiental, na forma como a entendem alguns dos pensadores que estamos mencionando e os signatários do manifesto cujo trecho reproduzimos, como vetor imprescindível a ser considerado no encaminhamento

4 Trechos extraídos do “Manifiesto por La Vida, Por Una Ética para la Sustentabilidad”, elaborado no Simpósio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, celebrado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 2 e 4 de Mayo de 2002. Disponível em <<http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Manifiesto.pdf>>. Entre outros, participaram do simpósio: Enrique Leff, Carlos W. Porto Gonçalves e Marina Silva.

da crise que ora atravessamos, particularmente quando esse enfrentamento pretende confrontar as velhas estruturas produtoras das tragédias assistidas em séculos de destruição, sugerindo as mudanças capazes de sustentar novos modelos civilizacionais que proporcionem o encontro entre a justiça ambiental e a social.

Para o pensador português Boaventura Sousa Santos, — ratificando aquele reconhecimento a que há pouco nos referimos e expressado por Leff, de ser a crise ambiental “sobretudo um problema de conhecimento” — a injustiça perpetrada pelo processo histórico que implantou a ordem que governa o mundo, poderá ter um caminho de reparação com o desenvolvimento de um pensamento que seja capaz de fazer frente àquelas “epistemologias abissais do Norte global”, por ele assim denominadas por desprezarem os saberes existentes para além de seus horizontes, que sustentaram e ofereceram lastro cognitivo para os resultados críticos que hoje colhemos nas realidades físico-territoriais e socioespaciais de todos os lugares.

Tais ideias, Sousa Santos as sintetizou em um texto dedicado precisamente a estabelecer as relações entre a “injustiça social global e a injustiça cognitiva global” (Sousa Santos, 2007). Nesse texto, intitulado “*Para além do pensamento abissal*”, o autor se insurge contra o exclusivismo do pensamento único promovido pela tecnociência moderna, que a serviço dos empreendimentos que a financiaram, difunde a crença cega nos poderes “milagrosos” das tecnologias, desviando-nos da consideração da diversidade epistemológica e de saberes (incluindo aí a própria ciência, é claro), que poderiam se constituir nos alicerces de novas perspectivas civilizacionais, sustentadas por referências cognitivas menos autossuficientes e excludentes, como aquelas que têm instrumentalizado e regulado tanto nossas relações sociais como as que promovemos com os outros elementos de nossos ambientes. Essas novas perspectivas se fundariam, segundo o autor, em uma espécie de resistência cognitiva por ele denominada de “pensamento pós-abissal” que os seguintes trechos extraídos do texto ilustram muito bem e falam por si (extraímos precisamente aqueles excertos que interessam mais diretamente ao nosso argumento):

(...) os movimentos indígenas são, do meu ponto de vista, aqueles cujas concepções e práticas representam a mais convincente emergência do pensamento pós-abissal, o que é muito auspicioso para a possibilidade de um tal pensamento, já que os povos indígenas são

os habitantes paradigmáticos do outro lado da linha, o campo histórico do paradigma “apropriação/violência”. (Sousa Santos, 2007: 84). E não deveria nos impressionar a riqueza dos conhecimentos que lograram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? (*Id.*: 88)

Na perspectiva das epistemologias abissais do Norte global, o policiamento das fronteiras do conhecimento relevante é de longe mais decisivo do que as discussões sobre diferenças internas. Assim, em razão do “epistemicídio” em massa perpetrado nos últimos cinco séculos, desperdiçou-se uma imensa riqueza de experiências cognitivas. (*Id.*: 91)

Tais “desperdícios” não são apenas lamentos teóricos, pois estão estampados nos resultados de desolação e de injustiças socioambientais visíveis nas mais diversas paisagens e nos mais distintos países, com especial concentração nos territórios do “Sul global” (em oposição ao “Norte global”, para ficarmos nas mesmas referências adotadas por Sousa Santos). Essas conclusões, nesse sentido, corroboram aquelas premissas e constatações reunidas no “*Manifesto pela vida*”, há pouco mencionado, e realçam semelhantes reflexões que outros pensadores, examinando os mesmos problemas e perspectivas, já produziram, tais como Vandana Shiva, especialmente em um livro cujo título — *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento* (2001) —, já fala por si e nos exime da necessidade de maiores menções, além do igualmente já mencionado Enrique Leff que reiteradamente tem explicitado o caráter cognitivo das crises (ambientais) que enfrentamos: “A problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com os quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas.” (Leff, 2003: 19). E, sintonizado nas mesmas “apostas” dos autores que estamos aqui reunindo, para a formulação de soluções para a crise, Leff prossegue, indicando o seguinte: “Hoje, os movimentos de emancipação dos povos indígenas e as nações étnicas estão descongelando a história; suas águas fertilizam novos campos do ser e fluem para oceanos cujas marés abrem novos horizontes de tempo.” (*Id.*, p.46)

Para outros autores, tais como os geógrafos brasileiros Bernardo Mançano Fernandes e Antonio Thomaz Jr. (Fernandes, 2008), alimentar essas possibilidades de “descongelamento da história”, implicaria necessariamente,

em especial no caso do Brasil e países da América Latina, em reconhecer a forte oposição, aqui desenvolvida, ao modelo pretensamente totalitário do agronegócio⁵, e protagonizada por um campesinato movido por outros modelos de desenvolvimento rural, fundados em paradigmas que consideram princípios distintos daqueles valorizados pelo mercado global, porque são pautados justamente no respeito aos espaços de vida, na heterogeneidade e na diversidade que são fortes obstáculos às necessidades de escala e de homogeneidade produtiva que a sociedade urbano-industrial exige de todos os seus negócios, incluindo os agrícolas. Aqui, importante dizer, que a noção de “campesinato”, como nos alerta Thomaz Jr., identifica um conjunto composto por “identidades diversas que se constroem na luta social, (...) tais como os assentados; os povos da floresta; os posseiros, os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os povos indígenas camponeizados...” (Thomaz Jr., 2008: 281).

Nas potencialidades das perspectivas alimentadas por esse conjunto, que sugere o fortalecimento de um polo oposto ao representado pelo paradigma do “agronegócio” (onde quer que ele se manifeste, no campo ou na cidade), é que também apostam sugestões como a da “biocivilização” defendida por Ignacy Sachs.

Independentemente das nuances que se possam verificar nos encaminhamentos e propostas para o enfrentamento das condições críticas que muitos desses autores descrevem, há em todos eles o reconhecimento da dimensão global da crise, do seu caráter civilizatório (com todas as implicações, inclusive culturais e epistemológicas que isso envolve), bem como dos agrupamentos populacionais, que em seus espaços e territórios correspondentes, têm indicado caminhos para que pensemos em conjunto o equacionamento de uma solução que contemple esses ingredientes que caracterizam a crise. São nítidos, nesse sentido, os destaques conferidos por Sachs às contribuições que se poderiam extrair da Amazônia e de suas populações para esse equacionamento:

5 Essa pretensão totalitária é assim descrita por Fernandes (2008:9): “o agronegócio é apresentado como totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento rural. Excluindo qualquer tipo de crítica, o campesinato é compreendido como uma parte do agronegócio, de modo que a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio”.

A extraordinária biodiversidade da Amazônia a predestina a funcionar como um laboratório das biocivilizações do futuro, sem perder de vista a necessidade de alcançar o quanto antes a meta de desmatamento zero. A condição é de avançar nas propostas da exploração racional da floresta baseadas nos conceitos de agroecologia, de implantação nas áreas desmatadas de sistemas integrados de produção de alimentos, biocombustíveis e outros bioprodutos adaptados aos diferentes biomas amazônicos, e de tirar o máximo proveito da abundância das águas para fazer da Amazônia uma das pátrias da “revolução azul”, combinando a piscicultura com a criação de animais anfíbios e de algas – matéria-prima para a terceira geração dos biocombustíveis. (Sachs, 2008: 12)

A possibilidade (bio)civilizatória que o caso amazônico ilustra e indica, no entanto, não se reduz evidentemente a generalização das atitudes e da adoção dos parâmetros que aquela realidade sugere, por mais significativa que seja essa consideração com o principal manancial de biodiversidade do planeta, mas amplia-se para a necessidade de revisão da própria relação campo-cidade que, sob o comando das redes urbanas tem estabelecido espacialidades mais adequadas à reprodução e consumo das mercadorias e dos fluxos produtivos, do que para atender às necessidades de realização dos espaços de vida (para todas as espécies, inclusive as humanas) e das dinâmicas que os elementos de todas as alteridades requisitam para seu funcionamento. Em função disso, indaga Sachs, ainda no texto que sugere a Amazônia como “laboratório das biocivilizações do futuro:

Que fazer, então, com a maioria silenciosa do mundo – os camponeses tropicais –, dois a três bilhões de homens, mulheres e crianças? (...) Amontoá-los nas favelas e condená-los a consumir tesouros de engenhosidade para fabricar estratégias de sobrevivência? Não. Mais vale se render à evidência. Assim, encetar um novo ciclo de desenvolvimento rural parece um imperativo social. Esse se desdobra num imperativo ecológico... (*Id.*: 339)

Nesses imperativos — social e ecológico, nas palavras de Sachs —, ou socioambientais, se preferirmos, considerando as preocupações, referências e potencialidades que revelam, é que residem a base e o argumento para

a construção de outros modelos sociais, pautados por outros valores (bio) civilizatórios, ainda na perspectiva do próprio Sachs, ou fundados em outros paradigmas, como os da biodiversidade e das demandas agrárias, em oposição à (bio)destruição promovida pela consideração exclusiva dos valores impostos pelo agronegócio e pela escala produtiva da lógica urbano-industrial, que o subordina, assim como dita as regras das territorialidades de todos os lugares que conformam os espaços mundiais, seja no campo, seja na cidade.

CENÁRIOS FUTUROS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO

A estratégia de desenvolvimento das sociedades humanas e de subordinação de seus espaços posta em curso até o presente, é, portanto, aquela que igualmente pode ser responsabilizada pela encruzilhada civilizatória que procuramos descrever até aqui. Ao lançarmos um olhar para o futuro, o horizonte das mudanças sociais parece desafiador. Mais ainda ao se considerar que viveremos em uma sociedade muito mais populosa e idosa, e possivelmente também mais polarizada no que se refere ao acesso a insumos para o atendimento às necessidades humanas, desde as mais básicas, como água, alimentação e abrigo, às de acesso bem mais complexo, como serviços de saúde, educação, cultura, seguridade social, entre outras.

Outra questão importante na perspectiva do cenário de transformações que se desvela refere-se aos desafios da gestão democrática da informação. Se civilizações ancestrais conseguiram desenvolver-se a partir da capacidade de articular e transferir conhecimentos por meio da história oral e da documentação impressa, no caso das atuais e futuras gerações, com sistemas de informações cada vez mais poderosos, a gestão do conhecimento disponível, incluindo seu próprio registro e acesso, é que passa a estar cada vez mais na fronteira entre o poder, a democracia e a ética. Nesse contexto, o poder não decorre simplesmente do conhecimento em si, mas da forma como pode ser manipulado e acessado, em seus diferentes níveis de granularidade, do individual ao transcontinental, para a tomada de decisões particularmente a respeito de assuntos de interesse coletivo.

Quanto ao padrão de acumulação, produção e consumo predominantes, se no passado ele fez surgir organizações que tinham como objetivo a geração de excedentes a partir da comercialização e financiamento de determinados produtos ou serviços, a história recente demonstrou que um complexo

processo de “seleção” — nada “natural”, diga-se de passagem —, resultante de fusões, aquisições e várias outras estratégias administrativas, deu origem a gigantescos conglomerados rizomáticos e onipresentes capazes de estimular e alimentar a complexificação dos estilos de vida para maximizar seu desempenho mercadológico. Estas mesmas organizações, por meio de vultosos investimentos, tem se tornado, por um lado, principal motor do desenvolvimento da tecnociência e, por outro, proprietária (ou financiadora/patrocinadora) de um poderoso aparato midiático capaz de inspirar desejos, ditar modismos e transformar ideologias.

Os governos, por sua parte, terão que dar respostas a exigências cada vez maiores de uma sociedade civil com características demográficas notadamente distintas das atuais, e que possivelmente também estará mais organizada e informada. Terão também que exercer a gestão de territórios empobrecidos em seus recursos naturais, como consequências regionais de um sistema terrestre progressivamente mais inóspito à medida que se confirmarem os padrões de mudanças globais, como aqueles que foram descritos por Mark Lynas (2009)⁶.

No Brasil, a ação governamental possivelmente continuará limitada por processos gerenciais poucos eficientes e circunscritos às legislações herdadas de um modelo patrimonialista, carregado de filigranas jurídicas e conflitos de competências entre poderes e instâncias governamentais. O próprio processo legislativo, feito preponderantemente por mecanismos indiretos e desgastados de representação, muitas vezes viesados pelos interesses partidários e econômicos, além de não respeitarem proporcionalidades das bases populacionais que representam, em realidade pouco contribui para o atendimento aos anseios sociais e coletivos. Ao contrário: cada vez mais cede terreno aos interesses privados e corporativos, sempre atentos às suas representações em determinadas políticas setoriais para maximizar ganhos, minimizar riscos e proteger interesses específicos.

Neste cenário, a dimensão socioambiental configura-se como a amálgama que permite o enfrentamento e equacionamento desses diferentes fatores e embates, pois ao lado dos desgastes e problemas promovidos pelas esferas

6 Referimo-nos ao livro “Seis Graus”, premiado pela Academia Real de Ciências Britânica, em que esse autor faz uma ampla revisão bibliográfica a respeito dos possíveis efeitos das mudanças climáticas globais. Com base em artigos científicos publicados por autores e instituições mundialmente reconhecidos, o autor traça um panorama dramático das consequências ambientais da elevação da temperatura planetária, grau a grau, até o hipotético limite de seis graus.

social e econômico-política, o esgotamento [ou as ameaças de exaurimento importante] da água potável, das fontes energéticas não renováveis, dos cardumes pesqueiros e da biodiversidade (o outro “nome” da diversidade sociocultural⁷) como um todo, despontam não mais como uma possibilidade sombria para uma futura geração incógnita, mas já materializam cenários da realidade atual em diferentes regiões que, não custa reiterar, resultam de um processo de produção (regionalização) em escala — portanto, responsabilidade — global.

Esses cenários indicam horizontes de agravamento, não só por causa da perspectiva concreta da escassez aludida e o conseqüente impacto disso sobre todos os agrupamentos humanos, mas também pela promoção de um efeito sinérgico e retroalimentador, que pode nos aproximar perigosamente de um ponto sem volta. Assim, a distância que separa a civilidade da barbárie é pequena quando o risco é eminente, e particularmente preocupante quando se convive com nações que historicamente têm se tornado cada vez mais belicosas. É importante compreender este cenário que se desvela a partir de uma perspectiva ampla. Se, posto de forma simples, a origem da crise é fácil de ser diagnosticada, por outro lado, a tentativa de sair da rota de colisão com a tragédia parece cada vez mais difícil. À medida que as sociedades se tornam mais complexas e interdependentes, uma coisa parece certa: possivelmente não haverá saída do ponto de vista individual, mas apenas coletivo, com a participação e o envolvimento político das sociedades – o que nos remete, novamente, à necessidade de compreensão das mudanças para uma nova perspectiva paradigmática –, quiçá biocivilizatória, como se sugere aqui.

Nesse aspecto, importante ressaltar, países como o Brasil ou regiões como a Amazônia, que ocupam aquelas “latitudes” socioambientais que permitem caracterizá-los, como o fez Sachs, de “laboratórios das biocivilizações do futuro”, poderão exercer importante protagonismo no processo de construção dessa nova perspectiva, desde, é claro, que reconheçam a existência do

7 Aqui nos referimos àquelas concepções que não desconsiderando, é claro, as determinações físico-biológicas que concorrem para a existência da biodiversidade, fazem questão de sublinhar o papel que determinados modos de vida e de arranjos culturais exercem na manutenção e reprodução da diversidade física e biológica, particularmente ainda existente naquelas áreas classificadas como megadiversas. É essa perspectiva, inclusive, que levou um reconhecido antropólogo brasileiro, Viveiros de Castro, a exclamar no prefácio de um livro sobre a condição socioambiental amazônica: “isto que chamamos ‘natureza’ é parte e resultado de uma longa história cultural” (*apud* Garcia dos Santos, 2003:42)

choque de paradigmas que a tensão simbolizada pelo confronto agronegócio-campesinato tem promovido em todas essas latitudes, e que fortaleçam o polo de biocivilização, revelado nesse confronto, em detrimento do polo de (bio)destruição que ainda comanda o processo.

O fato é que em praticamente todas essas latitudes, desenvolvem-se, ao lado de inúmeros movimentos de engajamento camponês e indígena, amplos movimentos urbanos que, da mesma forma que aqueles, não se alimentam apenas pelos imperativos das necessidades imediatas, mas também pelas solidariedades ecológicas e socioambientais.

Aqui, por exemplo, a trajetória desses movimentos resultou em conquistas concretas, mesmo que algumas delas possam ser vistas como estratégias ou concessões governamentais, que hoje se traduzem nas extensões territoriais que conferem às terras indígenas e aos assentamentos rurais mais de 20% de um território com as dimensões continentais como as do Brasil. Em outros lugares, como no episódio da conhecida “Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia (2000)”, a despeito das controvérsias quanto aos seus resultados efetivos, o processo de privatização em curso foi anulado, o prefeito da terceira maior cidade da Bolívia obrigado a renunciar, em meio a um episódio considerado por muitos como o marco inicial das grandes mudanças políticas que se verificaram naquele país na primeira década deste século⁸.

Os ambientes políticos favoráveis, em que predominam a institucionalidade democrática liderada por governos com forte apoio e identidade populares, como aqueles que em período recente se estabeleceram em diversos países da América Latina, podem facilitar e consolidar muitas outras conquistas, e indicam um quadro de ricas oportunidades para investir no processo e na perspectiva que estamos aqui examinando. Porém, é inegável também que tais institucionalidades estão revelando os limites e os vícios que a política tradicional impõe ao progresso e desenvolvimento de conquistas, principalmente quando esta — a política —, sob a permanente pressão daqueles outros imperativos (tecnológicos e econômicos), cede-lhes terreno (e não só no sentido figurado) para o avanço do agronegócio ou para a produção

8 Quanto à análise e o significado das conquistas efetivas do episódio mencionado, recomendamos a consulta à tese de autoria Matheus Hoffmann Pfrimer, *A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da Geopolítica*, defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 2010 e Orientada por André Roberto Martin, Disponível no Banco de Teses e Dissertações da USP (<http://www.theses.usp.br/>)

energética, por exemplo. O que se passa com a soja nas bordas da Floresta Amazônica ou com a construção da Usina de Belo Monte no Brasil, são exemplos emblemáticos nesse sentido, assim como ilustram isso também, as dificuldades que impuseram algum retrocesso em várias das conquistas daquele episódio de Cochabamba que há pouco mencionamos⁹.

A emergência de um grande número de movimentos sociais por todo o mundo na virada do século XXI é reveladora, por um lado, de uma premente insatisfação com os aparatos político-partidários e institucionais que aí estão, e que vêm se tornando cada vez mais incapazes de dar respostas à altura para uma série de problemas socioambientais, muitos deles crônicos. Por outro, demonstra que em diversos casos as situações enfrentadas pelas populações estão atingindo as raias limítrofes de sua capacidade de suportar um sem-número de violências cotidianas, e por isso as impelem a buscar na organização coletiva formas alternativas para possíveis saídas.

Este maior envolvimento direto e legítimo da sociedade acena positivamente a um possível horizonte de ampliação de participações em estratégias políticas e de governança democrática. É importante que, para além da insurgência desses movimentos em ocasiões de crise, a sociedade fomente a estruturação de novos canais legítimos e diretos capazes de ampliar o coro de vozes dos distintos atores sociais, particularmente aqueles que não tenham tido reconhecidas sua participação até então. Como nos sugere Edgar Morin: “um novo tipo de governança poderia ser instituído com a conjunção das instâncias participativas cidadãs, das instâncias políticas e administrativas, locais e regionais, dos profissionais competentes em domínios a serem debatidos e suprimidos” (MORIN, 2013: 83).

A chamada “participação cidadã”, no caso, refere-se ao protagonismo de fato desempenhado por todos os atores sociais, inclusive — e principalmente — aqueles que não têm, no curso da História, encontrado eco em suas vozes de outra sorte.

Talvez aí resida um dos principais desafios: a construção e consolidação dos mecanismos que possibilitem tal participação e confirmem efetividade e

9 Para os interessados em conhecer essas dificuldades voltamos a recomendar a tese de doutorado já indicada na nota anterior. E especificamente para os assuntos amazônicos recomendamos o livro de Neli A de Mello-Théry, *Território e Gestão Ambiental na Amazônia* (São Paulo: Annablume, 2011) e também a contundente entrevista que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro concedeu (em 20/09/2012) ao site *Outras Palavras*, associado ao *Le Monde Diplomatique/ Brasil* e disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/outros-valores-alem-do-frenesi-de-consumo/>>.

ampliação, evitando os muitos retrocessos, a muitas das conquistas daqueles movimentos cujas ações, motivadas pela promoção dos encontros entre a justiça ambiental e a social — justiça socioambiental, em uma palavra —, têm logrado.

GOVERNANÇA E BIOCIVILIZAÇÃO: PARA ALÉM DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Dentre as inúmeras questões que se poderia colocar para concluir essa nossa reflexão, seria da maior relevância, portanto, indagar de que forma seriam construídos (ou viabilizados) os componentes de gestão e de governança desses modelos sociais, que pautados por outros paradigmas e outros valores (bio)civilizatórios, fossem capazes de dar voz aos muitos atores sociais colocados à margem da História.

O sistema político-institucional vigente e predominante, pautado exclusivamente no modelo de democracia representativa, parece estar em grave crise e não consegue dar respostas satisfatórias à diversidade de organizações sociais em suas múltiplas demandas. Mas, ao contrário do que havia afirmado o cientista político norte-americano Francis Fukuyama, tornado célebre por decretar o “fim da história” com a consagração do liberalismo econômico e de seu braço político-institucional¹⁰, Morin, naquele livro que mencionamos há pouco, adverte: “Enquanto para Fukuyama as capacidades criadoras de evolução humana encontram-se esgotadas em razão da democracia representativa e da economia liberal, devemos pensar, ao contrário, que foi esta breve estória que se esgotou, e não as capacidades criadoras da humanidade” (2013:39). E, nesse sentido, sugere que consideremos o seguinte:

Estamos ainda na fase das preliminares modestas, invisíveis, marginais, dispersas. Em todos os continentes, em todas as nações, já existem efervescências criativas, uma profusão de iniciativas locais no sentido da regeneração econômica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo o que de-

10 FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

veria ser religado encontra-se disperso, separado, compartimentado. As iniciativas desconhecem a existência uma das outras, nenhuma administração as menciona, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, são o viveiro do futuro. Trata-se de conhecê-las, de enumerá-las, de examiná-las, de repertoriá-las, a fim de abrir uma pluralidade de vias reformadoras. (MORIN, 2013:41)

O filósofo indiano, Amartya Sen, premio Nobel da economia em 1998, mesmo reconhecendo as contribuições do sistema democrático representativo, já havia igualmente advertido para os limites do seu alcance para lidar sobretudo com questões relacionadas às injustiças socioambientais mais profundas. Para ele, enquanto “a democracia tem sido especialmente bem sucedida na prevenção de calamidades que são fáceis de entender e nas quais a solidariedade pode atuar de uma forma particularmente imediata. Muitos outros problemas não são tão acessíveis assim.” (Sen, 1999: 203).

Tais injustiças socioambientais podem ser ilustradas através de inúmeros exemplos, em diferentes escalas, e já mensuradas.

A “Pegada Ecológica”, por exemplo, é um deles. De acordo com um estudo publicado pela *Global Footprint Network*, anualmente a humanidade como um todo consome 1,5 vezes o volume de recursos naturais que o planeta consegue repor no mesmo intervalo de tempo, demonstrando que já estamos, por assim dizer, em uma espécie de “saldo devedor” com o planeta¹¹. Neste estudo, a GFN revela ainda que o mais grave não é apenas termos ultrapassado os limites da biocapacidade do planeta, mas principalmente o fato de terem se estabelecido imensas desigualdades entre os padrões de produção e consumo para os diferentes países. A pesquisa demonstrou, por exemplo, que a pegada ecológica de um estadunidense típico é dez vezes maior que a de um habitante da Índia.

Outro dado importante e conexo com a temática, divulgado pela ONU em 2012, é que o fluxo financeiro global segue caminhos concentradores, provando-se, matematicamente, que o dinheiro do mundo tem poucos desvios e termina voltando para os pontos centrais de fluxo. Ao que parece, se

11 Em decorrência de termos atingido aquilo que a própria *Global Footprint Network* denominou de “*Earth Overshoot Day*”, ou (em tradução livre) “dia de ultrapassagem do limite da terra”. Para maiores detalhes, consultar: < http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/gfn/page/earth_overshoot_day/>.

persistirmos nessa lógica paradigmática, durante o século XXI estaremos com sérios problemas.

O fato é que com o aprofundamento da crise socioambiental, o modelo de participação (e representação) consagrado tem sido cada vez mais questionado em suas proclamas características de abrangência e representatividade.

O espaço para o desenvolvimento de estudos e de práticas que tentam superar ou se contrapor ao modelo de democracia representativa, indicando os seus limites, tem se ampliado. Muitos deles têm considerado relevantes, particularmente, as reflexões e os questionamentos acerca do caráter real de representação e de participação política que são contemplados por esse modelo, apontando para as deficiências em tomadas de decisões que não contemplam o conjunto dos representados, nem tampouco atendem às particularidades ou identidades destes, ao mesmo tempo em que reduzem a identificação dos sujeitos e dos movimentos que eles constituem, em especial no campo genérico do ambientalismo.

Com intuito de contribuir para aperfeiçoar os mecanismos de representação e de democracia, alguns desses estudos tem buscado ampliar o nosso conhecimento sobre o tema, chamando-nos a atenção para a diversidade de formas de organização existentes nas variadas culturas e nações dos agrupamentos humanos. É o que faz, por exemplo o “Projeto Alice” do Centro de Estudos Sociológicos (CES) da Universidade de Coimbra, coordenado por Boaventura Sousa Santos, que em uma de suas áreas temáticas de pesquisa, intitulada “Democratizar a democracia”, propõe-se a investigar aquilo que apropriadamente denominam de “demodiversidade”, com o intuito de estudar “as formas alternativas ao modelo democrático dominante em que o voto não é o princípio nem o fim da democracia: formas participativas, deliberativas e comunitárias exercidas a nível local e nacional que interpelam diretamente a democracia representativa”. O objetivo desses estudos, dizem-nos seus responsáveis, busca não só conhecer e divulgar a “diversidade democrática do mundo”, mas “explorar o potencial destas experiências de participação e de deliberação na criação de novas e mais exigentes formas de articulação e de decisão políticas”.¹²

12 Para saber mais a respeito do Projeto “ALICE – espelhos estranhos, insuspeitas lições: levar a Europa a uma nova forma de compartilhar as experiências do mundo”, acessar a página <http://alice.ces.uc.pt>. As citações deste parágrafo foram extraídas do texto de apresentação da área temática “Democratizar a democracia” disponível nos site indicado

Investigadores vinculados a esse projeto, já identificam pelo menos cinco tipos de democracia: a representativa, a participativa, a comunitária, a híbrida (participativa e representativa) e a dos povos tradicionais, que também possui características singulares próprias a cada um dos agrupamentos humanos que aí poderiam ser incluídos.¹³

Embora toda tentativa de sistematização de modelos possa ser acusada de reducionista, o exemplo desse tipo de investigação temática produzida pelos pesquisadores vinculados ao Projeto Alice, ao menos evidencia a falsa totalidade (e unanimidade) que costumam caracterizar (ou acompanhar) a democracia representativa, pois dão visibilidade a outros modelos, muitos dos quais identificados mais diretamente com as perspectivas e demandas socioambientais, particularmente quando não se pautam pela centralidade da dimensão econômica.

Para a proposta de uma ordem social fundada nos valores (bio)civilizatórios que examinamos neste trabalho, seria de grande relevância, por exemplo (e como já sugerimos) a consideração do(s) tipo(s) de democracia(s) organizada(s) pelos diversos povos tradicionais, visto que o diálogo com esses grupos pode gerar um grande aprendizado em termos do entendimento de suas institucionalidades específicas, que, possivelmente, diferenciam-se daquelas existentes no Estado democrático moderno. Porém, para essa consideração, recorreremos mais uma vez a Edgar Morin (2013:59), que nos adverte: “Não se trata aqui, de modo algum, de idealizar as sociedades tradicionais que têm suas carências, seus fechamentos, suas injustiças, seus autoritarismos. É preciso considerar suas ambivalências e também perceber suas qualidades.”

Ademais, incluir em nossa reflexão a consideração das diversas possibilidades de democracias, indica a predisposição necessária para um investimento transdisciplinar, promotor de um diálogo com outros saberes, sem o concurso dos quais não conseguiremos enfrentar aquele caráter predominantemente cognitivo da chamada crise ambiental, ao qual já nos referimos no início desta reflexão.

As chamadas “ciências humanas” e as “ciências naturais”, interessadas nessa via, promotora de um diálogo como outros saberes não necessariamente

13 Ver, a esse propósito, o capítulo de Boaventura Sousa Santos e Leonardo Avritzer, “Para ampliar o cânone democrático”, *in* Sousa Santos (2002).

disciplinados pelos seus campos de conhecimento, têm uma grande e fértil trajetória a percorrer e esta apenas se inicia. Para o enfrentamento do conjunto de dilemas que caracterizamos como socioambientais, o caminho da ampliação do diálogo se impõe, e não só para o conhecimento das alternativas de organização social e política dos diversos agrupamentos humanos, mas para a inclusão efetiva desses agrupamentos nos mecanismos e processos de discussão e decisão, com a vantagem adicional de que tal ampliação pode contribuir para revitalizar o próprio sistema de democracia predominante. Segundo Amartya Sen (1999: 208): “a discussão pública mais bem fundamentada e menos marginalizada sobre questões ambientais pode ser não apenas benéfica ao meio ambiente, como também importante para a saúde e o funcionamento do próprio sistema democrático.”

Contudo, alguns integrantes das nações hegemônicas localizadas ao “norte da linha abissal” e seus aliados das diversas latitudes, continuam a discriminar saberes, a investir nos conflitos e até mesmo a promover guerras internacionais para impor seu padrão de “democracia” àquelas outras nações e povos, definidos como “autoritários”. Esses agrupamentos hegemônicos, movem-se por uma lógica bélica e uma noção civilizatória, em que sistemas sociais distintos não são tolerados ou são “demonizados” pela ordem global vigente, e desde que esta iniciou sua trajetória de internacionalização e implantação, como pudemos observar nas reflexões que aqui já desenvolvemos, ao examinar aquelas imagens presentes no quadro “O Inferno”, que com sua especial “cartografia” buscou registrar as imagens que se pretendia consagrar para o início de todo esse processo.

Há outros agrupamentos de nações e povos que discordam dessa lógica beligerante, que também “cooptou a ciência e o cientista”, conforme denuncia Sousa Santos (2000), e preferem investir no aumento da intensidade democrática em consideração à vontade de todos. Para estes, a ampliação da democracia pode ocorrer, por exemplo, com o aprimoramento da participação política dos cidadãos nas esferas públicas, inclusive como dever social previsto nas constituições dos próprios Estados, o que já é o caso em alguns países latino-americanos. Outros, dentre os próprios países europeus, já avançaram nos mecanismos de participação, contemplando métodos até mesmo de (in)formação dos cidadãos, dotando-os de aptidão técnica, além de lhes proporcionarem inclusão política, para desfrutarem de condições plenas, e não só teóricas, de discutir e decidir junto com o poder público temas especializados, como acontece na Dinamarca e alguns países nórdi-

cos nas chamadas “Conferências de Consenso”¹⁴, em cujas fases iniciais se promovem núcleos de estudos técnicos e preparatórios para os cidadãos leigos deliberarem junto aos governantes.

O desafio apresenta-se a toda sociedade, mas é o Estado que ainda tem a missão de conduzir o seu equacionamento. E este, quando há vocação e ambiente democráticos, buscará encontrar formas para a ampliação de uma participação que resulte da sinergia que a diversidade de perspectivas, organizações, conhecimentos e outras (não)institucionalidades podem promover. Dessa predisposição é que resultam também os investimentos de recursos inclusive financeiros, para a construção de uma cultura que contemple a diversidade dos novos parâmetros (éticos, cognitivos e políticos) que a consideração da dimensão socioambiental impõe. Ilustram parte disso, por exemplo, o ocorrido em países como o Equador e a Bolívia, nos quais a “*Pacha Mama*” (ou “*Madre Tierra*”) adquiriu personalidade jurídica com direitos.¹⁵

É a dimensão socioambiental, na forma como a consideramos nesta reflexão e lastreada nos diversos autores e pensadores que mencionamos, que tem possibilitado a abertura dos novos questionamentos referentes não só à racionalidade tecnocientífica vigente, mas também à forma de conduzir os processos de mudança social e de participação. Se as propostas de mudança social já tiveram que contemplar (e continuam tendo, é claro), as relações que as esferas da política e da economia impõem para a dinâmica de suas execuções, no mundo contemporâneo não seria mais possível igualmente deixar de contemplar a dimensão socioambiental, nesse processo, não só porque isso dificultaria em muito a perspectiva da mudança, mas sobretudo porque comprometeria a qualidade de seu resultado.

Os componentes vitais, ético-culturais e cognitivos que essa dimensão revela, permitem-nos, portanto, a percepção da importância (ou da grandeza vetorial) com que ela se apresenta quando buscamos conjugá-la com to-

14 Para maiores informações consultar : Science and Public Policy, volume 26, number 5, October 1999, pages 331–340, *England. Danish participatory models Scenario workshops and consensus conferences: towards more democratic decision-making.*

15 A esse propósito vale a pena conferir os textos das constituições do Equador (de 2008) e da Bolívia (de 2009) e, no caso deste último, também a *Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral Para Vivir Bien*, promulgada em 2012. Todos esses documentos estão disponíveis nos seguintes endereços: <<http://www.planificacion.gob.bo/marco-legal>> (Constituição da Bolívia); <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf> (Constituição do Equador); <http://www.planificacion.gob.bo/marco-legal> (*Ley Marco de la Madre Tierra...*)

dos os demais vetores (representativos das diversas outras determinações econômicas, sociais, políticas, técnicas...) que concorrem para produzir os resultados que pretendemos imprimir nos processos de mudanças que se divisarão daqui para a frente.

A esse propósito, Morin, em seu já mencionado “*A Via/ Para o futuro da humanidade*”(na versão completa de seu título), sugere a composição de elementos que deveríamos considerar para qualquer projeto de reforma e/ ou mudança. Em todos eles os componentes da dimensão socioambiental, considerando a percepção crítica que aqui desenvolvemos, aparecem com destaque, e com essa síntese concluímos nossa reflexão:

Em si mesmas as reformas políticas, as reformas econômicas, as reformas educativas, as reformas de vida foram, são e serão condenadas à insuficiência e ao fracasso. Cada reforma só pode progredir se as outras progredirem. As vias reformadoras são correlativas, interativas, interdependentes. Não existe reforma política sem reforma do pensamento político, que por sua vez, pressupõe reforma do próprio pensamento, que pressupõe uma reforma da educação, que pressupõe uma reforma política. Não existe reforma econômica e social sem uma reforma política que pressuponha uma reforma de pensamento. Não existe reforma de vida nem reforma ética sem a reforma das condições econômicas e sociais do modo de viver, e não há reforma social sem reforma de vida e sem reforma ética (MORIN, 2013:49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias que aqui se expuseram são aquelas que em grande parte tem unificado os interesses, ou curiosidades, daqueles que ao longo dos últimos anos tem participado, como pesquisadores ou simples interessados, nas reuniões de trabalho promovidas pelo Grupo de Pesquisa em Dimensão Socioambiental e Mudanças Sociais, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política — ProMuSPP — da EACH-USP. As reuniões quinzenais desse Grupo, também são oferecidas como um espaço para cumprimento parcial dos créditos exigidos aos estudantes de mestrado. Esse ‘espaço disciplinar’ tem funcionado como local de socialização de ideias, intercâmbio de soluções e dificuldades para todos aqueles que, independentemente das especificidades dos temas a que se dedicam em suas

pesquisas particulares e/ou coletivas, têm se utilizado e colaborado com esse espaço.

A diversidade das pesquisas que pelo Grupo já passaram, ou as que nesse momento ainda estão em desenvolvimento dá bem uma ideia dos horizontes que a consideração da dimensão socioambiental pode alcançar, quando se busca estabelecer os vínculos desta com as perspectivas abraçadas pelos interessados na promoção da Mudança Social.

Nesse conjunto podemos listar pesquisas e pesquisadores vinculados aos diversos níveis e programas oferecidos pela USP, e não apenas no mestrado ou na pós-graduação. E isso tem conferido uma vantagem adicional ao Grupo, que também tem se estabelecido como um espaço de integração e diálogo entre esse níveis, com todas as vantagens que daí advém tanto para a formação dos estudantes/pesquisadores, como para as próprias pesquisas que desenvolvem, ou que já concluíram.

A seguir mencionamos brevemente os que já passaram, ou que atualmente estão vinculados ao grupo, bem como os trabalhos que desenvolveram, ou que continuam a desenvolver. De alguma maneira todos eles poderiam ser considerados co-autores das ideias que aqui expusemos.

“A desmistificação da noção sobre centro e periferia à luz da educação ambiental, e o exemplo de São Paulo”, Julio Cesar Bessa Monqueiro (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

“A Dinâmica da Construção da Identidade e do Território no Quilombo Cafundó”, de Lucas Bento da Silva (Projeto de Pesquisa), participante.

“A Educação do Campo”, de Roseli Nanni (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), em andamento.

“A Geografia como Possibilidade de Olhar a Complexidade: Um Desafio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, de Angélica de Jesus Batista (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), não concluído.

“Política e Participação na Comissão Nacional de Biodiversidade de Atilio Viviani Neto (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), 2013.

“Contribuições da Permacultura para o Desenvolvimento Local”, de Juliana Nascimento Funari e Mayara Livia Bernardes (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), 2013.

“Cultura e mitologia indígena na escola”, de Luana Geronimo Aversa (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), 2012.

“Educação Ambiental em Museus de Ciência: diálogos, práticas e concepções”, de Gustavo Meyer (Iniciação científica, Bacharelado em Gestão Ambiental), 2012.

“Ensinar com pesquisa: um projeto para dinamização da disciplina Educação Ambiental para o curso de graduação em Gestão Ambiental”, de Jessica da Silva Moura (Programa Ensinar com Pesquisa, da Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão da USP), 2011.

“Greenwashing: os conflitos éticos das propagandas ambientais”, de Érico Pagotto (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), 2013.

“O “Paradigma da sustentabilidade”, de Gustavo Meyer (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), em andamento.

“Os desafios e as contribuições da abordagem ecofeminista para a Gestão Ambiental”, de Sâmia Fortes (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

“Relações entre Educação Musical e Ambiental”, de Willy Vellenich (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. B. Geografia e História, Tradição e Modernidade: Fundamentos da Geopolítica Contemporânea. **Scripta Nova**, *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (23), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-23.htm>>

CASTELLS, M. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O Poder da Identidade/ A Era da Informação** (Vol. 2) (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

EWING B. *et alii*. **The Ecological Footprint Atlas 2010**. Oakland: Global Footprint Network. 2010.

FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GARCIA DOS SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental, In: **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez. 2003. p. 15-64.

LYNAS, M. **Seis Graus**. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

MELLO-THÉRY, Neli A. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2011

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SACHS, I. **A terceira margem. Em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SACHS, I. Amazônia — laboratório das biocivilizações do futuro. **Biblioteca Diplô**. Disponível em <<http://diplo.org.br/imprima2646>>, acesso novembro de 2008

SANTOS, M. **Por uma outra globalização/ do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1999.

SHIVA, V. **Biopirataria/ A pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura (org.), **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (2002)

SOUSA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos/ CEBRAP**. São Paulo, SP, nº 79, p. 71-94, nov. 2007.

TEODORO, P. H. M.. O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. *Revista sustentabilidades*, no. 5 vol. 2, p. 1-18, 2011.

THOMAZ Jr, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria — qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: FERNANDES, B M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, pg. 275-302, 2008.

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS NA CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS

SIDNEI RAIMUNDO, NELI APARECIDA DE MELLO-THÉRY

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta os principais temas debatidos no grupo de pesquisa “territorialidades, políticas públicas e conflitos na conservação de patrimônios”¹. Destaca-se que tais temas também fazem parte, como disciplina obrigatória, do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

A pesquisa sobre as territorialidades, as políticas públicas e os conflitos territoriais na Conservação e Proteção Ambiental tem seu foco de análise nas atividades e interesses de segmentos da sociedade que atuam sobre essa temática: a relação da sociedade com a natureza. Na discussão desta relação procura-se destacar os conflitos, enlaces e formas de interferência nas dinâmicas socioambientais, tanto no espaço urbano e rural, quanto em áreas protegidas (unidades de conservação).

Dessa forma podem-se aportar novas formas de análise dos nexos entre sociedade civil, Estado e comunidades locais e seus interesses e atuações no ambiente. A temática do desenvolvimento envolve também a compreensão dos conflitos gerados, sobretudo em função dos ideais de conservação ambiental, traduzida na noção de patrimônio. Na atualidade, esse processo implica numa análise mais profunda da noção de identidades, pertenci-

1 Cadastrado no sitio do CNPq, link: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067706QZBLS2W>

mentos e relações com o lugar e com a cultura que os diversos segmentos sociais possuem e sua articulação com interesses globais no uso do patrimônio / recurso natural.

Os temas aportados estão associados à categoria geográfica “Território” e sua abordagem sobre territorialidade, além das bases sobre as quais se assentam a problemática conceitual da política pública. Destaca-se algumas formas de analisar essa categoria, como suporte e contribuição às mudanças sociais e participação política. Complementarmente à noção de Território, discute-se a ideia de conflitos, mas em uma abordagem ambiental – os conflitos territorio-ambientais – que se revestem de uma complexidade maior, pois estes nunca têm uma única fonte causadora. Eles terão sempre uma componente social e outra natural, ambos expressos espacialmente. Analisar os conflitos ambientais implica em entender as relações causais oriundas das necessidades e aspirações dos grupos sociais que atuam numa área e, ao mesmo tempo, dos limites e vulnerabilidade da natureza.

Para entender o jogo de forças contido em uma disputa territorial e as demandas geradoras de um conflito ambiental, faz-se necessário também compreender como a natureza é entendida pela sociedade ocidental. Nesse momento, discute-se a diferenciação entre recurso natural e patrimônio natural e como eles são apropriados pelas sociedades, em seu processo histórico de construção de suas identidades, de seus valores e crenças.

Por fim, no grupo de pesquisa, são discutidos os referenciais para o planejamento e gestão de áreas, enfatizando suas características naturais e culturais. O entendimento do território e dos conflitos ambientais no patrimônio natural permite um bom diagnóstico para análise dos problemas, entraves e desafios de uma dada área. A partir deste diagnóstico pode-se pensar no estabelecimento (ou contribuição) de políticas públicas. Estas preconizam o bom gerenciamento das áreas, que envolvem discussões sobre a “qualidade” da participação, princípios de governança, entre outras estratégias.

Contudo, a discussão aqui apresentada abordará os entendimentos sobre território e territorialidades, conflitos socioambientais e políticas públicas. São eles os mais complexos para a compreensão dos participantes do grupo de pesquisa.

Todas as abordagens/discussões do grupo de pesquisa – Território, Conflitos Ambientais, Patrimônio Ambiental e Formas de Gestão (Políticas

Públicas), são desenvolvidas para o entendimento do “*status-quo*”² da sociedade no qual as pesquisas do grupo se estruturam. E, a partir deste entendimento, pode-se pensar nas alterações deste *status quo* visando então, uma mudança social e/ou participação política, foco das dissertações do programa e contribuição para o entendimento do mundo atual.

Apresenta-se a seguir um análise mais aprofundada dos três temas e suas relações com a área de mudança social e participação política: Território / Territorialidades e Conflitos Ambientais.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Para entender a categoria Território e sua contribuição ao entendimento de como a sociedade contemporânea se organiza – seu *status quo* – é necessário compreender inicialmente a ideia de “Poder”. Isso porque, para alguns estudiosos, o Território se expressa pelas relações de poder no espaço.

Para Raffestin (1993) o espaço é um tempo-relacional. Um produto de relações entre atores sociais, ou atores sintagmáticos, ou seja, aqueles que desempenham ou representam um programa de ação. Nessa relação entre atores emerge a ideia de poder e seus trunfos. Quer dizer, um poder exercido por um ator em relação a outro ou outros, baseado no controle ou na dominação. Um controle, ou dominação, que se estabelece sobre as populações e sobre os recursos existentes num dado local. Considerando essa relação – o controle sobre populações e recursos de um espaço exercido por um grupo social – aparece a ideia de território.

Segundo Raffestin (op. cit.: 53) os trunfos do poder raramente tem um sentido único, mas ele se configura de uma maneira relacional. Desta maneira, a relação raramente é bilateral (entre apenas dois atores), mas multilateral, o que permite entender os conflitos entre alguns grupos, os enlacs ou parcerias com outros, as mediações, entre outras atitudes nesse campo relacional.

2 O termo *Status Quo* é aqui empregado com o sentido de caracterização das estruturas sociais “tradicionais” da sociedade brasileira, onde elites locais, associadas ou não a forças externas da globalização, podem oprimir e subjugar outros segmentos da sociedade, gerando desigualdades sociais, problemas ambientais e descaracterização cultural, entre outros fatores. Constitui-se, assim, nas estruturas sócio-políticas na qual a sociedade está organizada.

Partindo do pressuposto que o Território é um campo de forças, ou uma relação de poder no espaço, é preciso melhorar o entendimento sobre essa outra categoria – o espaço – verificando as similitudes e diferenças com o território.

O espaço é definido pela totalidade de objetos (fixos), sejam eles naturais ou fabricados pela sociedade e a articulação ou conexão entre eles (os fluxos) de pessoas, mercadorias e informações (SANTOS, 1996). Entender o Espaço implica em analisar as relações entre estes fixos e fluxos (o meio ou a base material das relações) e os interesses e necessidades da sociedade. Assim, o espaço é um produto desta relação da sociedade com seu meio. Para compreender esses “fixos” e “fluxos”, do ponto de vista metodológico, é necessário analisar as subcategorias espaciais: função, estrutura e processos do Espaço³.

Contudo, nessa análise podem-se enfatizar os atores responsáveis por essa espacialidade. E o foco se atém sobre a categoria Território, com a identificação dos atores que se relacionam ora em conflito, ora em complementação de interesses, tornando a análise à luz do Território mais oportuna no processo de formação de uma dada área, destacando os jogos de poder dos atores sociais envolvidos.

Mais que isso, é necessário compreender como as várias formas de concepção do território foram construídas analisando como elas se aplicam em uma área de estudo.

Para Moraes (1984), a origem do território como categoria de análise foi construída nas ciências biológicas. Nessas, o território era entendido como a área de ocorrência de uma dada espécie vegetal ou animal como, por exemplo, o território da mata de araucária. Posteriormente, segundo esse autor, as ciências humanas incorporaram o território para explicações de suas temáticas. Moraes (1984) explicando duas maneiras de entender o território, aponta que a primeira, na Geografia, Ratzel construiu a ideia de propriedade e posse de um espaço, como definição de um território, donde resultaria a formação de Estado Nacional. A segunda ideia é

3 “forma, função, estrutura e processos são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto de mundo de todo o dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade... Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (SANTOS, 1997: 52)

a noção de território para Karl Marx, para o qual, o território seria construído não pela posse ou propriedade, mas pelo uso. O território de um grupo indígena reside no fato dessa tribo ali caçar e exercer suas atividades cotidianas (Moraes, 1984: 91). Desta forma, sob essa ótica marxista, o território pode ser analisado segundo aquelas categorias preconizadas por Santos (1997). Ou seja, o território de caça indígena desse exemplo possuiria: uma **forma** – até onde se estende a área de caça; uma **função** – de caça; uma **estrutura** – as necessidades materiais e simbólicas que motivaram esse grupo indígena a definir aquela área como seu território e os **processos** ao longo do tempo que mantêm essas necessidades materiais e simbólicas de caça.

Aprofundando essa abordagem, Haesbaert (2004) faz uma extensa revisão sobre a definição de território. Para ele, o território pode ter uma vertente simbólica, de comunidades tradicionais, ou no imaginário da sociedade sobre seus valores e crenças; e uma vertente político-econômica, que foca as relações econômicas entre o local e o global.

Haesbaert (2004) amplia aqueles conceitos discutidos por Moraes (1984), apontando como o território é visto e trabalhado em alguns campos do conhecimento. Diz ele:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões (sociedade e natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder...; a Economia...percebe-o como um fator locacional ou como uma das bases da produção...; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente das sociedades ditas tradicionais...; a Sociologia o enfoca a partir das relações sociais ... e a Psicologia... incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004: 37).

Assim, o autor, considerando os aportes dessas ciências, indica que é possível definir território constituído por três vertentes básicas: política, cultural e econômica. E acrescenta a esse tripé uma interpretação naturalista.

Sob o ponto de vista naturalista, que está associado ao comportamento dos animais, o conceito de território pode ser utilizado, ou entendido, por exemplo, como uma referência aos objetivos de conservação e delimitação

de uma área passível de ser criada como Patrimônio Natural (Reservas da Biosfera, Parques, Estações Ecológicas, entre outras).

Neste enfoque naturalista, o território é um espaço defendido por todo animal confrontando com a necessidade de se proteger. “É uma área geográfica nos limites da qual a presença frequente ou permanente de um sujeito [espécie] exclui a permanência de seus congêneres” (DI MEO, 1998, apud Haesbaert, 2004: 45). Este autor ainda indica os “benefícios” mais gerais da territorialidade animal, ou quais são os critérios utilizados por eles para criar seus territórios. São os “territórios alimentares” – a base de recursos para sua sobrevivência. Ou ainda os “Territórios de acasalamento” – alguns animais só definem territórios no período de acasalamento, buscando facilidades no espaço para a reprodução de sua espécie e locais que garantem proteção para os filhotes em sua fase de crescimento (HAESBAERT, 2004: 48). Desta forma, o território do ponto de vista naturalista pode ser entendido como espaço para o abrigo, reprodução e alimentação de uma dada espécie ou comunidade animal. Esse olhar sobre o território vai ao encontro dos preceitos da Biologia da Conservação⁴.

Como um parque nacional ou estadual tem em seus objetivos primários a proteção de ecossistemas e espécies (UICN, 1993, 1993a), o conceito de território do ponto de vista naturalista é fundamental para entender tais processos de delimitação territorial animal e assim garantir o cumprimento destes objetivos de conservação ambiental. Quer dizer, um parque precisa abarcar em seus limites os territórios de animais, notadamente daqueles que se encontram no topo de cadeias alimentares (felinos e aves de rapina, no caso da Floresta Atlântica), pois são os animais que necessitam de maiores áreas para, assim, garantir a perpetuidade dessas espécies.

Outra abordagem do *construto* de território está associada às práticas simbólicas. Haesbaert chama essa abordagem de perspectiva *idealista* de território, a qual é empregada na análise de sociedades tradicionais – pré-in-

4 Baseada também no modelo de biogeografia de ilhas, a Biologia da Conservação procura desenvolver seus estudos com a noção de equilíbrio dinâmico da riqueza das espécies (LÉVÊQUE, 1999). Ela destaca, assim, a frequência e a amplitude dos processos de colonização e de dispersão de espécies de fauna e flora que tendem a aumentar a riqueza em espécie de um local e, por outro lado, dos fenômenos de extinção e de emigração que tendem, pelo contrário, a reduzir a riqueza de espécies (LÉVÊQUE, 1999: 58). Nesse sentido, a Biologia da Conservação procura desenvolver pesquisas referentes às espécies para determinar áreas de tamanho ótimo a fim de evitar a extinção dessas, em geral, no interior de áreas protegidas (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

dustriais, agrícolas ou rústicas. Citando o antropólogo Maurice Godelier, Haesbaert indica que ocorre uma apropriação simbólica na definição de um território, pois:

o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBAERT, 2004: 69).

Desta forma o território é considerado um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscrevem (HAESBAERT, 2004: 69). Daí resulta uma construção de identidade dos povos com relação aos lugares que habitam.

Nessa visão simbólica, aparece a ideia de territorialidade, que é a perspectiva do pertencimento ao território implicando na representação de uma identidade cultural e não necessariamente um polígono delimitado. Essa identidade supõe redes múltiplas, embasadas em 'geo-símbolos' e não em fronteiras definidas. Inscrevem-se, assim, nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaços homogêneos e contínuos da ideologia geográfica (HAESBAERT, op.cit.: 71). Nas discussões no grupo de pesquisa destaca-se a identificação cultural de comunidades tradicionais, que construíram seus territórios sob esse ponto de vista simbólico. Até a chegada de outros atores, discute-se como tais comunidades mantinham relações com a terra (a propriedade da terra), os uso e ocupações e suas práticas cotidianas, ou seja, como elas constroem ou construíram seus territórios e territorialidades.

Nessa linha, Calvente *et alli* (2004) indicam que

...os territórios podem ser pouco sólidos, com limites instáveis. As ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu lugar são importantes para a gênese de um território ou para o interesse de mantê-lo, mas ainda não definem o território. O poder que define um território tampouco é propriedade de um indivíduo: o indivíduo pertence a um grupo e o poder é dado pelo grupo. Há uma interação

entre noções de poder, dominação e competência. (CALVENTE et alli 2004: 266)

Assim, segundo Haesbaert (2004: 71),

a “visão utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso, o território é primeiro um valor, pois a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com o espaço de vida, parece claramente estabelecida.

Posto dessa maneira, o território não se define para essas sociedades tradicionais por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou de pertencimento. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de relação afetiva ou mesmo amorosa com o espaço (HAESBAERT, 2004: 72, TUAN, 1980). Assim, o território “*como lugar e a identidade, não podem ser compreendidos em si mesmos, há sempre uma mediação com os objetos ou a materialidade do lugar*” (FURLAN, 2004: 226). Nessa abordagem, o Território simbólico se assemelha a outra categoria geográfica: o Lugar. O lugar é o espaço vivido, ou experienciado por um grupo social, na construção de relações histórico-culturais que Tuan (1980) chamou de relações topofílicas⁵.

Outra abordagem é o de território usado. Sob esse enfoque, Santos; Silveira (2001) indicam que é importante entender o papel ativo do território, como ator e não como palco. O território já usado, segundo esses autores, ganha usos atuais que se superpõem e permitem ler as descontinuidades nas feições regionais. A ideia de territorialidade que diz respeito a pertencer, àquilo que nos pertence, transcende ao homem (SANTOS; SILVEIRA, 2001: 19). Com isso, essa abordagem pode ser aplicada às questões ambientais e pode assumir um papel fundamental para entendimento dos processos,

5 Neologismo estabelecido por Tuan (1980) para indicar as relações de paixão, prazer, proximidade e afeição entre um grupo social e seus objetos espaciais, transformando-os em seus lugares de afeição, criando assim suas identidades, ou pertencimentos espaciais. É a territorialidade de um dado grupo.

ora da sociedade (que é diferente, pois se preocupa com o destino, com a construção do futuro), ora da natureza na análise de seus limites, de sua vulnerabilidade.

Nessa mesma linha e retomando a abordagem que Haesbaert (2004) chama de perspectiva *materialista*, é possível definir território com um enfoque econômico e político. Para compreender melhor essa abordagem, o autor cita o conceito de “Território Usado” de Milton Santos, no qual é possível entender os processos das relações estabelecidas entre o lugar em sua formação sócio-espacial local e o mundo (os agentes externos ao lugar).

Em um embate entre essas forças, resultam atores hegemônicos e hegemonzados. Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso e garantia de realização de seus interesses particulares; enquanto para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (HAESBAERT, 2004: 59). Além disso, nesse ângulo de embate que gera subordinação e centralidades de lugares, a perspectiva do território se configura em espaços não contíguos – os *territórios-rede* -, os quais são centrados no movimento e na conexão, o que inclui conexão em diferentes escalas. São, portanto, espaços descontínuos, mas intensamente articulados e conectados entre si (HAESBAERT, 2004: 77-79).

Numa visão política e de poder de território, Antas Jr. (2005) avaliou a construção territorial pelos aparelhos normativos do Estado. Para ele o território pode ser definido como uma norma, que

significa condicionamento do uso das técnicas, de seus produtos (os objetos técnicos) e, por extensão, das relações sociais. A cada criação e implementação de objetos técnicos no território, configuram-se demandas por normas de usos e demandas sociais de regulação, e da soma destas resulta a densidade normativa (ANTAS JR., 2005: 39).

As demandas normativas geradas pela implantação de equipamentos e atividades no espaço podem ser conflitantes e, por vezes, resultam num embate de forças que geram uma reconfiguração territorial do espaço, à medida que o aparelho normativo do Estado não consegue regular adequadamente tais embates. Neder (2002: 29-31) aponta que essa dificuldade resulta de

duas políticas entrelaçadas: órgãos gestores com prioridades diversas e independentes; e ações isoladas, descoordenadas e conflitantes.

Antas Jr. (2005: 50) alerta que por mais recente e progressista que se pretenda que seja uma lei, ela já é fruto de necessidades passadas e seu papel é o de promover uma espécie de congelamento, ou no melhor dos casos, de estabilização das relações sociais no espaço e no tempo. Nessa linha de conflitos de normatização do território, Antas Jr. (2005) indica que é necessário se ater às técnicas e normas que se impõem no espaço geográfico e realizar um tratamento conjunto desses dois elementos: técnica e norma. Diz o autor que as ações só se realizam por meio da técnica e da norma e atualmente de modo intensificado, pois as ações se tornaram sobremaneira complexas e estão divididas em uma grande quantidade de etapas realizadas por objetos técnicos e definidas igualmente por um detalhado ordenamento de normas, sejam elas jurídicas, técnicas ou morais (ANTAS JR., op. cit.: 58).

Essas visões de Território podem e devem ser analisadas de acordo com o objetivo de cada pesquisa: o território entendido ou como simbólico, ou naturalista, ou político-econômico ou norma são maneiras de privilegiar ou enfocar um destes atributos. E, como elas podem ou não ser integradas, ou ainda delas fazer emergir, políticas públicas Mas ao concentrar as análises em um desses temas, necessariamente deve-se entender que eles fazem parte uma totalidade espacial, nas quais outras abordagens estão presentes e podem complementar a análise.

Nesse sentido, entender o Território sob o enfoque simbólico, por exemplo, é privilegiar os atributos socioculturais de uma dada sociedade e como ela elege seus referências de identificação e de pertencimento deste local. Mas, ao mesmo tempo, esse entendimento pode ser usado para relacionar com outras abordagens, como o enfoque político-econômico. Considera-se, assim, uma análise de como estes grupos locais, em suas apropriações espaciais e construção de seus territórios simbólicos, se relacionam com as forças externas da localidade, focadas em outros interesses como os do enfoque material, ou seja, da expansão do capital. No dizer de Souza (1995) o território é um campo de forças ou uma teia de relações sociais que possuem uma complexidade interna e, ao mesmo tempo, um limite ou alteridade entre os grupos sociais – os membros da coletividade local e os estranhos ou de fora (SOUZA, 1995: 86).

Desta forma, o território precisa ser entendido numa abordagem integradora (entre todas as aqui discutidas), pois a realidade é complexa e talvez

uma abordagem não consiga explicar as relações de poder existente numa dada área e com isso, pode ofuscar um adequado entendimento sobre as mudanças sociais ou participação política.

CONFLITOS AMBIENTAIS

Como se pode perceber, a discussão da categoria território e das territorialidades evoca também a de conflitos, sendo necessário também sua caracterização para adequações dos projetos dos estudantes do grupo de pesquisa, pois os conflitos são elementos importantes para pensar as mudanças sociais e a participação política. Destaca-se neste tópico a ideia de conflitos ambientais, ou territoriais, ou socioambientais, que precisam ser pensados numa análise mais abrangente e como importante elemento na relação da sociedade com seu meio (ou natureza) visto que essa relação se realiza sobre o território.

Para Carvalho; Scotto (1995), conflitos socioambientais são expressos pela luta de interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Em sua definição, essas autoras incluem a noção de antagonismo para o entendimento dos conflitos e a existência de práticas que colocam em oposição as intenções, interesses ou sentimentos quanto a um objeto (ou conjunto de objetos) determinados. Nesse sentido, afirmam que conflito ambiental “é resultado de uma relação de forças entre grupos que se manifestam no espaço público e às diferentes categorias de percepção sociais e políticas dos atores.” (CARVALHO; SCOTTO, 1995:14). Para Vianna (1996), os conflitos podem ser analisados sob o ângulo de cada uma das partes envolvidas, que, genericamente, considera a outra parte como causadora do problema. Posto dessa maneira, essa definição de conflito ambiental se assemelha, ou reforça o entendimento dos triunfos do poder, destacado no tópico anterior.

Mas a sociedade contemporânea não é homogeneia. Ela se caracteriza pela diversidade de olhares, é pluralista e desigual. Então como pensar no entendimento de conflitos numa sociedade com essas características? Numa abordagem marxista, Herculano (2006) indica que os conflitos precisam ser aflorados na sociedade para serem percebidos como momentos de ruptura e criação de identidades. Quer dizer, uma conscientização da contradição vivida e, a partir daí, uma identificação dos problemas pelo próprio grupo e as contradições com outros grupos.

Posto dessa maneira, Alier (2009) indica que os conflitos ambientais revelam um antagonismo entre as forças do capital e as formas de vida social não capitalista, considerados como conflitos de natureza antagônica e estrutural. Estes devem ser encarados como oposição ao capital e em sua ideologia de crescimento exponencial, para voltar-se ao lado mais vulnerável desta relação, aumentando a capacidade de resistência destes. O que implica em conceber o seu entendimento como essencial para as mudanças sociais e participação política.

Contudo, isto exige um grande esforço, pois suas causas nunca são únicas, mas bastante complexas e reúnem fatores naturais e sociais. Para Homer-Dixon (1991) conflitos socioambientais são difíceis de analisar, pois tem múltiplas causas e efeitos em conjuntos de variáveis ligando interatividade, sinergia, não-linearidade, entre outros aspectos.

E numa tentativa de sistematização Herculano (2006) aponta que eles aparecem por conta de quatro diferentes usos que a sociedade faz da natureza: I) como suporte da vida (água, ar, alimento...); II) como depósito de dejetos; III) como fonte de matérias-primas; e IV) como espaços de amenidades (belezas cênicas, lazer).

E, a partir de uma bibliografia baseada em estudos de caso, Herculano (2006) estabelece uma tipologia para caracterizar os conflitos ambientais:

- a) conflitos oriundos da chegada do estranho causando ruptura no modo de vida local. Nesse aspecto, é similar à abordagem territorial de cunha materialista, ou seja, de conflito entre o local e o global;
- b) conflitos oriundos da percepção da presença de riscos crônicos e de deterioração dos sistemas de vida. Como exemplo, pode-se citar as manifestações de populações que ocupam áreas contaminadas, com o descarte de materiais potencialmente perigosos – organoclorados combustíveis fósseis, entre outros, e suas reivindicações e estratégias para remediar o problema;
- c) conflitos oriundos da ocorrência de acidentes e da luta por sua remediação. Como os casos de vazamentos de petróleo em águas oceânicas e nas praias. Difere-se aqui do destacado em “b” apenas no sentido de algo que já ocorreu e algo que pode ocorrer.
- d) conflitos decorrentes da transformação da paisagem, das alterações climáticas e das perdas das formas de vida. A expansão da fronteira agrícola brasileira com os desmatamentos decorrentes são exemplos desta situação. Homer-Dixon (1991: 104) chama este tipo de conflitos de “escassez simples”; e

e) conflitos decorrentes das implicações de uma escolha para a regulação de gestão (perfil dos atores, aplicabilidade e eficácia das ações). Este tipo está associado a uma fase na qual a sociedade já está organizada em conselhos ou comitês para a gestão de assuntos socioambientais.

Nessa tipologia, Homer-Dixon (1991: 104) acrescenta os “conflitos por privações relativas”, ou seja, os conflitos entre os interesses e necessidades dos atores frente à situação econômica na qual se encontram e o que eles desejam, suas aspirações futuras. Países ou regiões pobres, cuja população se encontra num patamar de menos de menos de U\$ 1,00/dia⁶, podem ser analisados nessa abordagem.

Para finalizar, destacam-se os resultados positivos e negativos decorrentes dos conflitos ambientais, baseado em Homer-Dixon (1991) e Herculano (2006):

- Negativos:

- i. Desterritorialização de populações locais;
- ii. Soluções parciais que atendem apenas um segmento da sociedade envolvido nos conflitos;
- iii. Procrastinação de decisões.

- Positivos:

- Criação de categorias de lutas e sua organização em redes e alianças;
- Criação de novas institucionalidades.

Incluem-se ainda na categoria conflitos, aqueles que se territorializam em decorrência de estratégias de políticas públicas que definem usos e ocupações distintas de um determinado espaço geográfico. Algumas considerações a esse respeito serão feitas no contexto das políticas públicas.

⁶ Classificação do Banco Mundial para renda de pessoas no limite de pobreza extrema.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo de estudo das políticas públicas por ser de interesse para várias ciências, apresenta uma dificuldade maior quando se tenta ter uma definição. Nos revela Souza (2003:26) a respeito que as

definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos...

Massadier (2008) a complementa, com um pouco mais de detalhe, quando considera que

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade... pode-se, então, resumir política como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

As políticas públicas são colocadas em coerência por sistemas de regulação exógenos às ordens locais. As redes sociais são fragmentadas e muitas vezes estão em concorrência, mas começam a conquistar os terrenos de discussões muitas vezes mais em decorrência da motivação do que da organização. Associam-se, portanto, com a própria fragmentação do Estado e de suas ações, apontando para « decisões políticas que se compõe, na realidade, de uma série de compartimentos verticais ou de segmentos, com suas próprias lógicas » (MASSADIER, 2008: 137).

E, uma mesma política pública se vê afrontada por um número importante de redes. Klaus Frey (2000) acompanha o raciocínio de Massadier ao elencar as interferências sobre a política pública, das quais a mais importante é a questão da governança, demarcada pela presença de novos atores na arena política.

Assim, fazer políticas públicas é gerir a ação coletiva, dos atores, é manter junto, não mais pela autoridade, mas por levar em conta as racionalidades

de ação dos atores econômicos, sociais. É importante também a questão dos agentes sociais e do papel eles têm nas transformações. Como são os «modos de fazer política, e, sobretudo da ambiental» nos países? Ele considera as redes sociais?

As políticas ganham relevância porque representam localmente a espacialização de soluções globais, recolocando a máxima do “impacto global, ação local”, experimentando e adaptando, em quaisquer das escalas espaciais, a diversidade de estratégias metodológicas e técnicas de pesquisa. Contudo, essencial para que isso ocorra são as articulações, o diálogo, as negociações e a participação política.

Esse diálogo entre a ação local, ou regional e a global nem sempre é tranquilo. Há fricções, segundo Coy (2006), pois as desigualdades sociais, econômicas e ambientais são, numerosas vezes as consequências locais da globalização resultando em fragmentação entre inclusão e exclusão.

A problemática ambiental encontra-se no centro desse turbilhão, do universo fragmentado, policêntrico e controverso; de articulação dos atores, lógicas e recursos múltiplos; de articulação entre as instituições e níveis administrativos do Estado; do mercado/Estado/outras lógicas privadas; da articulação local/nacional/internacional. As políticas contemporâneas oscilam entre ajustes mutuais em espaços autônomos e ajustes mutuais regulados, com os atores assumindo múltiplos posicionamentos, motivados a alinhar uma coerência global.

Para a política ambiental, os processos de conflito e consenso assumem grande valor, especialmente quanto ao seu caráter, seu conteúdo e o modo de resolução dos conflitos. As políticas ambientais brasileiras requerem, portanto, um repensar do próprio papel da ciência e da política e a relevância que tem a autoridade do Estado. Torna-se, portanto, necessário a agregação de bases metodológicas distintas para entender como o seu papel de ator é redimensionado na fase atual da globalização ambiental.

Políticas públicas transformam a realidade, quer estimulam quer desincentivam ações locais, ou ainda, cujas expectativas de modificação impulsionam, indiretamente, rápidas decisões individuais. Na teoria, a transformação é um produto de interesse econômico, político e social.

Na escala brasileira, a globalização ambiental induz a (re) estruturação de instituições ambientais adequadas às novas exigências difundidas mundialmente e a incorporação de instrumentos e métodos originados além-

-fronteiras. Pelo menos três caminhos foram seguidos no âmbito do Estado brasileiro: a reestruturação de algumas instituições mais antigas de meio ambiente, a criação de novas e a inserção da temática, via departamentos, seções, etc., em órgãos estatais setoriais.

Bursztyn (1998:153) relaciona as reestruturações com a crise do Estado que resultou em sucessivas reformas administrativas, promovidas pelo FMI com o único objetivo de reduzir o tamanho do Estado, como parte do receituário neoliberal de medidas de ajustes, especialmente aquelas voltadas à desregulamentação, enxugamento da máquina funcional e a geração de um novo padrão de eficiência. Paradoxal é que, ao lado desse receituário, exigiram-se estruturas para dar respostas aos problemas ambientais globais.

Em qual modelo se situa o Estado brasileiro? O Estado assume o papel de regulador, sozinho ou se o mesmo exerce, também o papel de organizador da ordem social, política e territorial, num processo de reconfiguração, de articulação entre o público e privado e entre o local e o global, passando pelas escalas regional e supranacional?

Em se tratando de avanços deste tipo de políticas públicas, de 1990 a 2010 foram décadas muito importantes. Primeiro porque a partir dos anos 1990 um conjunto de políticas que trataram da gestão do meio ambiente (constituição, 1988), dos recursos naturais-PPG7 (1995), floresta (código florestal 1996, 2003), gestão de bacias hidrográficas e dos recursos hídricos (1997), código ambiental (1998) áreas protegidas (2000), biodiversidade (2003), mudanças climáticas (2010) foram elaboradas e passaram a restringir as práticas mais impactantes ao meio ambiente. Planos nacionais e estaduais sobre estas temáticas foram aprovados (COSTA, 2007; JACOBI, 2000). Segundo, se de um lado as políticas visavam enquadrar, ou mesmo restringir, do outro lado contraditoriamente, elas mesmas provocaram a ocorrência de conflitos ambientais-territoriais. (MELLO, 2006)

Massadier (2008) mostra a importância das autoridades públicas na estruturação formal das políticas públicas e, especialmente, da ação pública que demanda a articulação da autoridade e da ação, dentro de um universo policêntrico. Este aspecto está enquadrado na lógica dos cinco fenômenos que ocorrem simultaneamente no campo de conhecimento das políticas públicas, por isso a complexidade e dificuldade em discutir seu marco conceitual e analisá-las: a estruturação formal das políticas pelas autoridades públicas; a mobilização social; as externalidades, gerenciadas pelo Estado ou pelo mercado; os níveis entrelaçados das políticas públicas (escalas lo-

cal, nacional, internacional) e finalmente, a ingovernabilidade das sociedades ocidentais.

Essa complexidade torna-se perceptível no caso brasileiro, onde, não apenas a influência da internacionalização das políticas ambientais foi significativa, marcada pela assinatura das primeiras convenções e também pela influência da mobilização social internacional, mas a estruturação formal do Estado e o gerenciamento pelas autoridades públicas dos instrumentos de controle e proteção ambientais.

Além do papel estruturador do Estado, a análise da importância da política pública em uma abordagem associada à participação política, nos obriga esclarecer o uso de alguns conceitos e categorias centrais.

Rodrigues (2010) aponta que um problema é transformado em questão política (*issue*) quando os atores percebem qual pode ser o resultado de determinada política pública (*outcome*). Isso significa que elas são desenhadas por atores políticos, são resultantes da atividade política e envolvem um processo decisório complexo. No entanto, são determinadas pelo aspecto gerencial do Governo em contraponto ao seu aspecto legal (*politics* determinam a *policy*, segundo o axioma de Lowi, 1972). A política (*politics*), pela agregação de diversos interesses, às vezes contraditórios, determina o resultado nos processos decisórios de políticas públicas (SOUZA, 2007). Neste contexto, as políticas públicas são entendidas como o campo das ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais sobre seus territórios. Representam, portanto, como os múltiplos atores produzem o espaço e reestruturam o território por meio da prática de políticas/programas estratégicos e gestão territorial, que segundo Becker (1988, 1991) contém um caráter (re) estruturante da capacidade local de alavancar novas formas de desenvolvimento.

Para analisar uma política pressupõe conhecer o ponto de vista daqueles que as concebem e as implantam, de seus aliados e de seus adversários. Das teorias que permitem a análise das políticas derivam metodologias, referenciais e técnicas, tais como o jogo de grupos de interesses (Dye, 2009), a análise de estilos políticos (FREY, 2000) e análise institucional e desenvolvimento (BRONDIZIO, ORSTOM, YOUNG, 2009), para destacar alguns dos teóricos indicados na bibliografia da disciplina.

Os modelos que analisam as políticas públicas são “abstrações ou representações da vida política”, “focaliza um aspecto distinto” da mesma (DYE, 2009, p. 101, 126) e trazem “pressuposições explícitas sobre as variáveis

fundamentais e a natureza das relações existentes entre elas” (WINKLER, 2009, p. 129). Dentre suas inúmeras finalidades, os modelos servem para: (I) ordenar e simplificar a compreensão da realidade sobre políticas públicas; (II) identificar seus pontos mais importantes; (III) entender os aspectos políticos e as “características essenciais da vida política”; (IV) “orientar a pesquisa e a investigação”; (v) propor explicações e prever consequências das políticas públicas (DYE, 2009, p. 100, 126).

Assim, o uso de modelos pode ser de grande valia para explicar pontos diferentes das políticas públicas, pois cada qual sugere “algumas causas e consequências gerais de políticas públicas”, podendo ser utilizados isolada ou conjuntamente (DYE, 2009, p. 101).

As referências científicas para o enquadramento das políticas públicas é o das racionalidades, sistematizadas por Massadier (2008), das políticas públicas que se superpõem: de uma lado, o modelo sinóptico, dependente de um “ator central, um regulador” que atua na sociedade a partir de um objetivo pré-definido e que coloca os meios necessários para atingir as “finalidades escolhidas”; e, do outro, modelo de ajustes mútuos, resultante de um processo de ajustes entre atores que constroem dispositivos de políticas públicas segundo as “finalidades vividas”, decorrente de suas capacidades de interações e ações. De um lado, as políticas públicas pela autoridade, de outro, as políticas públicas pela ação dos indivíduos. As complexidades das políticas públicas dentro do contexto de perda de importância do Estado, de ingovernabilidade das políticas e ação dos governantes e de sensação de desordem tanto para os cidadãos quanto para os políticos, analistas de política e para a própria administração. Apesar desse novo contexto, o Estado, as autoridades públicas sempre estarão dentro do jogo, mas entre outros atores, negociando, lutando para que suas definições de interesse geral e seu senso de atuação sejam compreendidos.

É importante destacar que estas abordagens podem ser complementadas por alguns fatores ligados à percepção dos atores a respeito dessa problemática e dos meios utilizados para superá-la, chamando a atenção para as questões de sensibilidade e subjetividade do homem para compreender a realidade.

A coerência da dimensão ambiental das outras políticas públicas em distintas escalas territoriais (local/regional/nacional/supranacional), depende de avaliar os modelos e os tipos de instrumentos de política ambientais existentes, identificando como eles se inserem nas múltiplas escalas e em

outros tipos de políticas públicas (e de que tipo - comando e controle, econômicos, de persuasão e/ou outros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admitindo-se as informações aqui apresentadas, considera-se fundamental o entendimento das categorias Território e Territorialidade, assim como a de Conflitos Ambientais e de Políticas Públicas para a análise das dinâmicas da sociedade. Seu entendimento permite um diagnóstico das características do *status quo* da sociedade em análise.

A análise de um mundo complexo, permeado de contradições e de tensões sociais e políticas e na qual a temática ambiental ganha contornos cada vez mais expressivos na sociedade, é possibilitada pelo entendimento destas categorias analisadas. Os estudantes de pós-graduação são então convidados a relacionarem seus interesses de pesquisa com essas temáticas e percebe-se um amadurecimento acadêmico e envolvimento mais direto com as mudanças sociais e participação política.

A análise, ou diagnóstico, das dinâmicas da sociedade faz aflorar suas contradições e permite aos estudantes do programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política obterem informações importantes para uma fase posterior, a de propostas (prognósticos). Nesta segunda fase, o entendimento sobre Políticas Públicas e os temas a ela correlatos, como: governança, autogestão ou co-gestão, são fundamentais para o amadurecimento dos projetos de pesquisas.

Complementarmente, como o debate do grupo diz respeito principalmente ao Patrimônio Ambiental (o objeto de estudo do grupo) a análise das categorias aqui descritas permite também um melhor entendimento sobre essa temática. Este entendimento sobre os conflitos, enlaces, parcerias dos atores sociais auxilia no construto da ideia de patrimônio ambiental, à luz de como a sociedade ocidental construiu seus valores e crenças sobre natureza e recursos naturais.

Interrelacionar as categorias de análise com os vetores que determinam as políticas públicas exige dos pesquisadores um exercício reflexivo importante, pois, aparentemente todos sabem analisar política pública, que deve ser levado para o centro do debate das pesquisas individuais de maneira a integrar esses novos elementos como novas bases para a participação política.

Assim, a disciplina específica e as discussões do “Grupo de Pesquisa sobre Territorialidades, Políticas Públicas e Conflitos na Conservação de Patrimônios” contribuem para o entendimento e análise das estruturas da sociedade em sua relação com a questão ambiental.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 379p. 2009.

Antas Jr., Ricardo M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito, São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 248p. 2005.

BECKER, B.K. 1988: A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, n. especial, t. 2.

BECKER, B.K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 31, 47-56. 1991.

BRONDIZIO, E.S., EDUARDO, S., MORAN, E.F. **Human-Environment Interactions**: Current and Future Directions. Springer. 2010

BRONDIZIO, E.S., OSTROM, I., YOUNG, O.: Social Capital and Ecosystem Services: Institutions and Governance at multiple levels. **Annual Review of Environment and Resources**, Vol 34, 253–78, 2009

CALVENTE, Maria Del Carmen M.; MARTINEZ, Maria Tereza; MALDONADO, Wanda & FUSCALDO, Wladimir. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação do território. IN: Antônio C. Diegues (org.) **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, pp. 263-273. 2004.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. (coord.). **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Graphos, IBASE – Projeto Meio ambiente e Democracia/Fundação Heinrich-Böll-Stifung e. V. 1995.

COSTA, W.M. Tendências recentes na Amazônia: os sistemas produtivos emergentes. In: Becker, B., Alves, D., Costa, W.M. **Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera na Amazônia**. 1ed.São Paulo: Edusp, v. 1, 81-112, 2007:

DIEGUES, Antônio C.; Arruda, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 176 p. (*Biodiversidade* n 4). 2001.

DYE, T.R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann, F.G. & Salm, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 99-129. 2009.

FREY, K. . Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de política públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 211-258. 2009:

FURLAN, Sueli Ângelo. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. IN: Antônio C. Diegues (org.) **Enciclopédia Caiçara**, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, pp. 225-252. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 400p. 2004.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. **Anais do I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**. Fortaleza (CE), 20 a 22 de novembro de 2006.

HOMER-DIXON, Thomas F. On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict. **International Security**, Fall 1991 (Vol. 16, No. 2) 1991.

JACOBI, P.R. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, v. 1, 152. 2000.

LÉVÊQUE, Christian. **A biodiversidade**; tradução: Valdo Mermeslstein. Bauru, SP: Edusc, 246 p. 1999.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O que é território. **Revista Orientação** n° 5. São Paulo: Igeog-USP, p. 91. 1984.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental**: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998). São Paulo: Annablumne: Fapesp, 438 p. 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993. 269 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 308 p. 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método** – 4º edição. São Paulo: Nobel, 88p (Coleção Espaços). 1997.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Record, 328p. 2001.

SOUZA, C. O Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Hochman, G., Arretche, M., Marques, E. 2007: **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 65-84.2007.

SOUZA, Marcelo de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomias e desenvolvimento. IN: *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 1995.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, tradução de Livia de Oliveira. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 288p. 1980.

UICN - The World Conservation Union. **Parques y progreso**. Washington: IUCN. 258p.1993.

UICN - The World Conservation Union. **Parks for live**: Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas. Gland: IUCN. 260p. 1993a.

VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de “População tradicional” no contexto das Unidades de Conservação**. (*Dissertação de mestrado*). Depto de Antropologia, FFLCH-USP, 232p. 1996.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DO CINTURÃO CAIPIRA AO VERDE E CINZA

DIAMANTINO PEREIRA, GERARDO KUNTSCHIK, ANA PAULA G. VALDIONES
IVINI V. R. F. FERREIRA, RENATO ABDO

INTRODUÇÃO

Ao norte a Serra da Cantareira, ao sul a área de proteção aos mananciais e ao leste, na direção do Alto Tietê, uma imensidão sem fim. A área edificada da metrópole vai se expandindo, tenta moldar a natureza circundante à sua estética e seu modo de vida e nada parece ser obstáculo suficiente para frear a expansão. Se existe um rio com suas várzeas no caminho, aterrem-se as várzeas e retifique-se o rio, pois se considerava um desperdício esse negócio de um rio ficar serpenteando de um lado para o outro sem nenhuma objetividade.

As encostas da Cantareira se constituem como obstáculo, mas também como solução quando se trata, por exemplo, do abastecimento de água.

A cidade cresce e com ela a necessidade de abastecimento de produtos alimentares.

O mais importante desenvolvimento verificado no meio rural dos arredores paulistanos entre 1915 e 1940 foi a expansão conhecida pela agricultura comercial destinada ao abastecimento da capital. Esta expansão compreende ampliações e diversificações. Toma corpo a horticultura, a fruticultura e a floricultura. Estrutura-se o Cinturão Verde em volta de São Paulo. (LANGEBUCH, 1968).

E o Cinturão Verde se estrutura e vai sendo empurrado cada vez mais para áreas mais distantes, mas não muito longínquas pois a proximidade do

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DO CINTURÃO CAIPIRA AO VERDE E CINZA

DIAMANTINO PEREIRA, GERARDO KUNTSCHIK, ANA PAULA G. VALDIONES
IVINI V. R. F. FERREIRA, RENATO ABDO

INTRODUÇÃO

Ao norte a Serra da Cantareira, ao sul a área de proteção aos mananciais e ao leste, na direção do Alto Tietê, uma imensidão sem fim. A área edificada da metrópole vai se expandindo, tenta moldar a natureza circundante à sua estética e seu modo de vida e nada parece ser obstáculo suficiente para frear a expansão. Se existe um rio com suas várzeas no caminho, aterrem-se as várzeas e retifique-se o rio, pois se considerava um desperdício esse negócio de um rio ficar serpenteando de um lado para o outro sem nenhuma objetividade.

As encostas da Cantareira se constituem como obstáculo, mas também como solução quando se trata, por exemplo, do abastecimento de água.

A cidade cresce e com ela a necessidade de abastecimento de produtos alimentares.

O mais importante desenvolvimento verificado no meio rural dos arredores paulistanos entre 1915 e 1940 foi a expansão conhecida pela agricultura comercial destinada ao abastecimento da capital. Esta expansão compreende ampliações e diversificações. Toma corpo a horticultura, a fruticultura e a floricultura. Estrutura-se o Cinturão Verde em volta de São Paulo. (LANGEBUCH, 1968).

E o Cinturão Verde se estrutura e vai sendo empurrado cada vez mais para áreas mais distantes, mas não muito longínquas pois a proximidade do

grande mercado consumidor é sedutora, sobretudo em relação aos custos de transporte.

O espaço se transforma em suas relações e em suas localizações. Apresenta limites e contingências e destacaremos algumas delas neste texto.

A FACE NORTE DO CINTURÃO VERDE

O Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tornou-se um território múltiplo, chão repleto de histórias e regionalidades decorrentes dos seus múltiplos usos antrópicos, onde coexiste uma grande diversidade de comportamentos e decisões que não devem ser pensados de forma homogênea.

A sobrevivência de um vulnerável tecido florestal e áreas rurais e a ocorrência de regiões periurbanas no entorno da RMSP, após diversos ciclos de desmatamento (mineração, cafeeiro e urbano/industrial) remete-nos obrigatoriamente a história da devastação da Mata Atlântica que já abrigou Guarus, Guaranis, famílias de agricultores e migrantes de todos os cantos do Brasil e do mundo

A especificidade da face norte do Cinturão Verde da cidade de São Paulo é a existência de um núcleo florestal que se diferencia de todo o restante, principalmente o processo de constituição do Parque Estadual da Cantareira, cuja história ambiental tem sido pautada por um conjunto de decisões relacionadas ao crescimento da MetrÓpole Paulistana.

Desde o final dos anos 80, a Cantareira, concentrou grande parte do movimento ambiental em favor da criação do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

A partir do século XVI os tropeiros¹, ao abrirem trilhas nessa região passaram a denominá-la como Serra da Cantareira², devido ao grande número de nascentes e córregos e ao costume de armazenar a água em cântaros mantidos em prateleiras também chamadas de *Cantareiras*.

1 A palavra “tropeiro” deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria desde o Brasil colônia. Durante 250 anos os tropeiros foram responsáveis por toda a comercialização e transportes de produtos e informações no Brasil.

2 Cantareira é o nome incorporado à região da serra desde os séculos XVI.

De acordo com Langenbuch (1968), as trilhas abertas pelos tropeiros não apenas exerceram um importante papel no povoamento rural, como atuaram como eixo da expansão urbana futura de São Paulo. Seus estreitos caminhos, por onde passavam com gado e mercadorias determinaram o traçado de importantes vias que cortaram região.

A partir do final do século XIX, após longos anos de discussão pública sobre qual seria o melhor manancial para construção do sistema de água encanada que viria a substituir o então “comércio de águas” dos aguadeiros³ por uma “indústria da água”, decidiu-se pela região Cantareira.

O projeto de canalização das águas da Cantareira emergiu como símbolo de um novo tempo, um modelo de modernização urbana a ser seguido pelas outras cidades brasileiras. Em suas primeiras propagandas, seus idealizadores, aproveitando o significado atribuído pelos tropeiros à palavra cantareira, divulgavam:

... denominemos de COMPANHIA CANTAREIRA, isto porque a água deverá ser primeiramente reunida nos grotões da serra, afim de que, canalizada, seja trazida para a cidade. E como toda captação de qualquer líquido, especialmente a água, se faz em cântaros, a sociedade construirá tantas Cantareiras ou reservatórios, quantos necessários ao consumo da população. (BRITTO, 1999).

Ainda que tenha sido principalmente a produção cafeeira responsável pelo desmate sem precedentes da região que foi se regenerando com muito sucesso após a criação da Reserva Cantareira, a relação entre a industrialização e a urbanização imprimiu ao território mudanças num outro nível, que viriam, definitivamente, transformar os antigos modos produção rural, enquanto a cidade que saltava, vertiginosamente, de 65 mil habitantes na da última década do século XIX para um pouco mais de 10 milhões de habitantes ao final do século XX., Com a estatização da empresa em 1893 e com o início da construção do primeiro reservatório na serra, entrou em ope-

3 Segundo Santa'ana (2007), as classes mais abastadas usufruíam de sistemas de abastecimento particulares ou dos serviços dos aguadeiros, enquanto, entre a população mais pobre, restava abastecer-se nos chafarizes públicos, as famosas “biquinhas” em meio a conflitos que envolviam escravos, zeladores de chafarizes, aguadeiros e guarda pontes, profissões hoje extintas, mas que naquela época faziam parte do cotidiano da cidade.

ração um tramway de serviços que na subida carregava os materiais para a construção do reservatório e, na descida, pedras⁴ para o calçamento das vias urbanas e construção civil necessários para o crescimento do núcleo edificado da cidade. Dessa forma, a floresta Cantareira passou a servir à população urbana, tornando-se uma das maiores florestas urbanas do mundo ao lado da Tijuca no Rio de Janeiro e Mumbai na Índia.

Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão. (LEFEBVRE, 1991)

No percurso do Tramway Cantareira da década de 60 (década do seu desmonte), existia uma grande quantidade de acessos às pedreiras, estações, pontos de parada, desvios e ramais que operavam simultaneamente com a linha de bondes e ônibus.

Já nas primeiras décadas do século XX, a RMSP apontava para se tornar o principal polo industrial do Brasil sem que o transporte público, restrito a linhas de bondes e o sistema de água e esgoto pudessem suprir a demanda do setor industrial e chegada de grande quantidade de migrantes vindos de todas as partes do mundo. Como bem observa Souza e Silva:

Dentre os principais deflagradores das transformações urbanas ocorridas no período nos arredores de São Paulo e, especialmente, na zona norte da cidade, destacam-se as alterações nos sistemas de transportes urbanos, com a operação dos auto-ônibus, bem como o crescimento demográfico e o aumento da demanda habitacional por parte da população de baixa renda. (SILVA, 2005)

4 Entre os elementos de alavancagem do processo de urbanização encontram-se certamente nas atividades de exploração dos recursos minerais e hídricos. Os primeiros bairros do pé da serra (distrito de Tremembé) foram formados por operários das pedreiras.

Em decorrência do crescimento do Parque Industrial nos anos 50 as dinâmicas do crescimento econômico geraram um processo de urbanização extensiva e segregação sócio espacial que levou grande massa de trabalhadores dos campos para as periferias das grandes cidades. A urbanização extensiva impactou profundamente a economia e a sociedade paulistana que levou a uma diminuição sensível da população ocupada com as atividades agropecuárias nas áreas mais próximas da capital.

Com o grande êxodo rural e aumento da população, o tecido urbano e florestal começaram a se tangenciar e interpenetrar, promovendo no entorno das florestas modos de vida periurbanos mais ou menos degradados, onde a “ocupação urbana irregular de áreas rurais desativadas nos esporões da Serra da Cantareira consolidou um tecido urbano no qual, à dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura, somou-se um quadro grave de degradação ambiental” (SILVA, 2005).

Com o desenvolvimento urbano, o Cinturão Verde foi-se tornando cada vez menos agrícola, sendo cada vez mais escassa a agricultura tanto na região Sul quanto na região Norte de São Paulo. O desenvolvimento dos setores secundários e terciários e sua violenta sobreposição sobre os antigos usos produtivos dos territórios culminaram na degradação do antigo Cinturão Caipira, conhecido, anteriormente, por abrigar áreas hortifrutigranjeiras que produziam alimentos básicos para a população paulistana. O cinturão caipira se dispersou, se degradou e se transformou, sem todavia desaparecer por completo.

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade [...]. A relação “urbanidade- ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade, etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano. (LEFEBVRE, 2008)

O QUE RESTOU DA AGRICULTURA (HOJE DENOMINADA COMO URBANA E PERIURBANA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Realmente não desapareceu por completo, mas isso quase aconteceu. Em trabalho sobre os bairros e subúrbios rurais da metrópole, Oliveira (2004)

relata que, em 1954, São Paulo tinha três milhões de habitantes e que nas últimas décadas a expansão urbana tratou de acabar com os muitos sítios e chácaras que havia em sua área territorial. No entanto, existem ainda no município de São Paulo unidades de produção agropecuárias que resistem ao processo de expansão da mancha urbana. O município conta hoje com aproximadamente 440 agricultores localizados principalmente na região sul, mas com alguma presença também em áreas da região leste e norte. Somadas, as áreas chegam a cinco mil hectares, mas uma parcela considerável dessa área é constituída por reservas florestais, sobretudo na região sul⁵.

As famílias envolvidas com a atividade agrícola no município, não correspondem aos padrões convencionais das áreas agropecuárias. Se por um lado elas enfrentam as mesmas limitações impostas à agricultura familiar no Brasil, por outro sofrem ainda o embate com a questão imobiliária extremamente deletéria para atividade agrícola na região (FERNANDES, 2006).

A agricultura urbana e periurbana desenvolvida no município de São Paulo é bastante heterogênea, tanto pelos sistemas produtivos desenvolvidos e pelo contexto das regiões em que se insere, quanto pelos aspectos socioeconômicos dos produtores. Entretanto, existe um predomínio no que toca ao desenvolvimento das atividades agrícolas nas áreas periféricas à cidade, regiões que frequentemente se configuram por serem áreas com baixa oferta de empregos, apresentarem taxas de crescimento populacional elevadas e por exibirem indicadores sociais com valores abaixo da média municipal. Ao mesmo tempo, muitas dessas periferias salvaguardam remanescentes florestais e áreas de mananciais importantes, configurando-se como áreas que frequentemente se deparam com conflitos socioambientais.

A maioria dos produtores agrícolas encontram-se no extremo sul, como pode se observar na Figura 1, e localizam-se nas áreas de proteção aos mananciais referentes às represas Billings e Guarapiranga e estão inseridas também nas Áreas de Proteção Ambiental Bororé-Colônia e Capivari-Monos ou em seu entorno.

5 Os dados são do Cadastro do Produtor Rural (CPR) elaborado e fornecido pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento do Município de São Paulo.

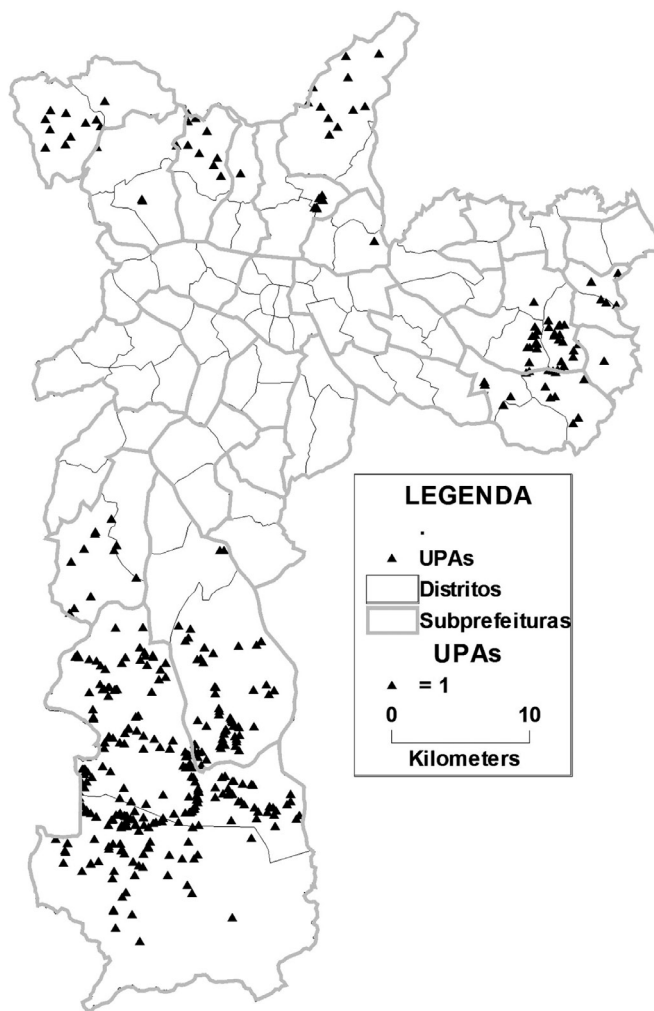


Figura 1. Unidades de Produção Agropecuárias no município de São Paulo.
 Fonte: VALDIONES, 2013.

Esses produtores, portanto, conduzem sua atividade produtiva em áreas de grande relevância ambiental, pois além de manter parte significativa dos remanescentes vegetais do município, trata-se da área produtora de um terço da água que abastece São Paulo.

Em contraposição às restrições impostas pela legislação das áreas de proteção e recuperação dos mananciais, a maioria das unidades de produção ali

instaladas desenvolve uma agricultura baseada no sistema convencional de produção, com o uso de agroquímicos e práticas inadequadas do ponto de vista da conservação dos solos e recursos hídricos.

As unidades de produção agropecuárias (UPAs) no extremo sul têm áreas maiores do que a média das propriedades nas demais regiões do município, com um intervalo que varia de 0,1 hectare a mais de 100 hectares, sendo a mediana de 7,3 hectares. As principais culturas são as hortaliças e as plantas ornamentais. Os agricultores do extremo sul possuem quantidade relativamente maior de maquinários e equipamentos. Entretanto, Carvalho (s.d.) afirma que os maquinários empregados na região sul, especificamente na área da APA Capivari-Monos, geralmente são antigos, indicando a descapitalização dos produtores.

Muitos dos produtores da área norte do município, por sua vez, estão localizados nas imediações da Serra da Cantareira, destacando-se os descendentes de portugueses e japoneses que se instalaram ali desde o início do século 19. Ao longo dos anos, esses produtores adaptaram a horticultura às condições adversas do meio, como à elevada declividade, sendo diferentes hortaliças o foco ainda da produção. A maioria das UPAs tem até cinco hectares, e desenvolve uma agricultura com pouco apoio de maquinário e equipamentos e comercializando a produção com o Centro Atacadista e o consumidor final diretamente. Atualmente, parte dos agricultores dessa região apresenta uma situação incerta, devido à implantação do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, obra de infraestrutura urbana que poderá desapropriá-los.

Na região norte do município ainda existem suinocultores que praticam a atividade há mais de trinta anos no bairro Jardim Damasceno nas encostas da Serra da Cantareira. Ali, a criação de suínos é feita com a utilização de restos de comida recolhida nos restaurantes e lanchonetes das áreas centrais da cidade. Desenvolvem, portanto, uma atividade de criação de animais atrelada à coleta de resíduos urbanos, semelhante ao apresentado por Santandreu et al (s.d.) em Montevideu. Essa modalidade de AUP segue invisível aos olhos do poder público e suscita conflitos quanto à regularização da atividade, o que implica na manutenção dos impactos ocasionados pela inadequação e falta de assistência técnica. Além disso, essa atividade constitui fonte de riscos à saúde humana, tanto pela ausência de controles sanitários da carne ali produzida quanto pelo poder contaminante dos resíduos gerados.

Os produtores da porção leste de São Paulo, por sua vez, encontram-se localizados nas áreas administrativas das Subprefeituras de Itaquera e de São Mateus. A região de Itaquera na década de 1950 foi uma das maiores produtoras de pêssego da América Latina. Com a expansão urbana, a atividade agrícola retrocedeu, restando algumas unidades de produção que ainda se dedicam à fruticultura. A maioria das UPAs em Itaquera tem até cinco hectares e, além das frutas e hortaliças, existem alguns produtores que se dedicam à criação de pequenos animais, como as codornas. A produção é realizada com baixa utilização de maquinários e equipamentos agrícolas e a comercialização realizada geralmente diretamente com o consumidor final.

Os produtores de São Mateus praticam uma AUP substancialmente diferente. Desenvolvem uma agricultura urbana em pequenos espaços subutilizados do tecido urbano, ocupando áreas embaixo de linhas de transmissão de energia elétrica, em áreas de adutoras e em terrenos públicos cedidos. São áreas menores, com aproximadamente 300m², que são exploradas em regime de comodato. Os volumes da produção são pequenos, se comparados com os obtidos pelos produtores da zona leste, e sua destinação é principalmente para autoconsumo, comercializando os pequenos excedentes. A Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste é responsável pelo apoio tanto para a produção quanto para a comercialização.

Em relação às UPAS do município de São Paulo como um todo predomina a agricultura familiar e essa é a principal atividade econômica de quase 70% das famílias que a praticam. A carência de assistência técnica e extensão é a realidade da maioria das UPAs, sendo que os serviços oficiais chegam a apenas para uma pequena parcela dos produtores (11%). A insuficiência da assistência técnica e extensão diante da demanda da agricultura familiar são evidenciadas a nível nacional, restringindo as possibilidades das famílias em ter acesso a conhecimentos, resultados de pesquisas voltadas ao setor e as políticas públicas de modo geral, contribuindo para a ampliação da diferenciação e exclusão social (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

Apesar do uso do solo nas UPAs variar de acordo com a região, a vegetação natural ocupa 37% da área total das unidades, uma porcentagem bastante significativa que incentiva a discussão sobre a função ambiental desempenhada por parte das UPAs. Para Bellenzani (s.d.), o uso agrossilvipastoril tem papel de destaque no extremo sul do município, uma vez que, sendo adequadamente

manejado, pode conciliar atividade econômica e conservação ambiental, evitando assim uma das principais ameaças a manutenção dos remanescentes florestais nessa região, que é a instalação de loteamentos irregulares.

Na zona norte esse aspecto também é importante, uma vez que as UPAs localizam-se em áreas próximas ou mesmo na própria Serra da Cantareira, e podem significar, dependendo das técnicas adotadas, um uso do solo menos intensivo e mais adequado à zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira em comparação a urbanização que se estende aos limites do Parque, colaborando para a conservação da biodiversidade. Na zona leste, as UPAs também protegem os fragmentos contidos na APA do Carmo e protegem áreas verdes em regiões extensamente urbanizadas como São Mateus. No entanto, o incentivo às boas práticas agroambientais é necessário, apoiando a recomposição das APPs, a redução do uso de agroquímicos, a destinação correta das embalagens de agrotóxicos, o manejo adequado do solo, dentre outras ações que impliquem na melhoria da qualidade ambiental das propriedades e do entorno.

Diante desta função ambiental potencial da agricultura em São Paulo e do reconhecimento dos múltiplos papéis que a agricultura pode desempenhar no contexto urbano, diferentes atores têm auxiliado na conformação de políticas públicas voltadas à atividade, constituindo algum reconhecimento institucional à AUP.

As políticas públicas municipais voltadas para a agricultura são fruto de um processo recente ainda em curso, que busca influenciar a adequação ambiental dos sistemas produtivos com a adoção de boas práticas agroambientais, a criação de canais diretos de comercialização da produção a permanência de moradores na periferia e a organização de base dos produtores, dentre outros aspectos. Entretanto, ainda existem dificuldades técnicas e institucionais, sendo que o número reduzido de técnicos, a escassez de recursos e a falta de vontade política constituem-se em elementos que influenciam diretamente na execução das ações e políticas públicas voltadas à AUP em São Paulo.

O CINTURÃO VERDE NA REGIÃO DO ALTO TIETÊ

No Alto Tietê ainda podemos encontrar áreas agrícolas extensas e contínuas que justificam a sua denominação como Cinturão Verde. Verde, porque

ainda conta com remanescentes florestais e áreas de proteção aos mananciais, mas também porque ali encontramos uma agricultura ligada de forma dinâmica ao mercado.

As pequenas e médias propriedades rurais predominam na região que conta com uma estrutura edafoclimática variada, o que cria condições completamente diferentes em áreas muito próximas, permitindo a diversificação de culturas. O Rio Tietê cuja Bacia de planície dá origem a extensas áreas de várzeas, cortando a região de Leste a Oeste, conta com uma malha de cinco barragens. A Área de Proteção aos Mananciais abrange a metade Sul do território e contribui para conter o avanço do desmatamento, protegendo assim as cabeceiras hidrográficas e preservando o sistema de abastecimento de água.

Um elemento importante de caracterização da região consiste na presença significativa de uma população de origem japonesa que concentrou suas atividades de modo significativo na agricultura e de certa forma contribuiu para moldar a própria característica produtiva dessa região.

A instalação da primeira família de origem japonesa na região de Mogi das Cruzes no então bairro de Biritiba Mirim, atualmente cidade independente, ocorreu em 1915. Nessa época, a característica da agricultura era de subsistência com a atividade agrícola muito restrita, criação de galinhas e porcos e fornecimento de lenha para o mercado consumidor da cidade.

Com a finalidade de efetuar o pagamento da terra adquirida, as culturas escolhidas foram aquelas que apresentavam um ciclo rápido de crescimento, e assim a horticultura apresentou-se como uma das alternativas viáveis.

Os imigrantes de origem japonesa apresentavam características específicas de relacionamento social que se manifestaram na constituição de associações culturais e cooperativas que apresentaram um importante papel no apoio às atividades dos imigrantes e seus descendentes. Essas organizações basearam sua prática na realização de eventos comemorativos e no apoio aos trabalhos dos técnicos e entidades que trabalham diretamente com a agricultura, dinamizando o contato entre produtores e técnicos.

As cooperativas desempenharam um importante papel na difusão de técnicas agrícolas, apoio financeiro e infraestrutura de comercialização da produção agrícola e quando as duas principais (Cooperativa Agrícola Sul-Brasil e Cooperativa Agrícola de Cotia) faliram em 1994, isso teve um impacto extremamente negativo para grande parte dos produtores.

Entretanto, a forma de organização em associações focadas na cultura, esporte e agricultura (Kaikans), centralizadas através do Bunkyo, onde se coordenam as estratégias e se tomam as decisões que envolvem todas as associações dos bairros, persiste até hoje.

Segundo informações do “Projeto LUPA 2007/08: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo”, existem nesses municípios aproximadamente 2900 UPAs. 83% delas apresentam menos de 10 hectares e a área plantada média dos cultivos temporários é de 4,2 hectares, tratando-se, portanto de pequenos e médios produtores. Trabalhadores permanentes e membros da família participam em porcentagens muito próximas do processo de trabalho (53% e 47% respectivamente).

A região do Alto Tietê apresenta quatro importantes cadeias produtivas: hortaliças, frutas, flores e cogumelos. Na produção de frutas a região se destaca nacionalmente na produção de caqui e de nêspera e é também o principal produtor nacional de cogumelos. Entretanto, a horticultura é a prática agrícola que ocupa a área mais extensa, o maior número de propriedades e ocupa a maior parte da mão de obra agrícola. Em função disso, concentraremos nossas atenções na cadeia produtiva de hortaliças em função de sua particular expressão na região em termos de área plantada e especialização dos produtores rurais.

Entre os produtores de hortaliças há os que cultivam concomitantemente grande número de espécies e os especializados no cultivo de uma cultura principal em termos de utilização da área cultivada, do tempo de trabalho disponível e também na formação da receita do estabelecimento, podendo haver uma cultura secundária de pequena importância.

A produção de hortaliças é extremamente fragmentada e pulverizada por uma grande quantidade de produtores em áreas agrícolas muito diferenciadas em termos de tamanho e aspectos do meio físico. Além disso, as hortaliças apresentam um ciclo vegetativo extremamente curto, o que leva alguns produtores a escalonar sua produção para ter sempre produtos disponíveis para comercialização.

Entretanto, a produção é muito afetada por fatores climáticos, sobretudo a presença de chuvas ou secas prolongadas, o que leva a considerar a informação sobre a dinâmica do tempo como estratégica e a utilização da irrigação artificial em grande número de propriedades, como forma de garantir retorno para os investimentos. Os produtos são altamente perecíveis, com a melhor qualidade justamente no momento da colheita, o que coloca como

necessidade a observação de procedimentos adequados para que a perda de qualidade seja minimizada até que o produto chegue ao consumidor final.

O mercado de consumo, sobretudo as redes de varejo, necessita de fornecimento que possa contar com uma ampla variedade de produtos diariamente. Com a tendência do processo de terceirização, as grandes organizações começaram a repassar várias funções para os seus antigos fornecedores. No setor supermercadista esse processo ocorreu de forma acelerada, e o papel de seus departamentos de compras se alterou de forma substancial.

Estruturam-se redes de fornecimento em que o produtor agrícola passou a ficar responsável pelo abastecimento dos estabelecimentos de todas as hortaliças, mesmo as que ele não produz, e compra de terceiros para fornecer para seus clientes contratuais. Essas redes de abastecimento compreendem então o processo de integração, embalagem e fornecimento direto, com exigências maiores em termos de qualidade do que aquela produção que é encaminhada para o CEAGESP e Feiras Livres.

No mercado, exige-se por contrato o fornecimento estável em relação ao volume, variedade e garantia de qualidade. A capacidade do produtor no atendimento a essas exigências é parte fundamental para a sua manutenção e competitividade dentro do processo comercial.

A comercialização das hortaliças produzidas na região do Alto Cabeceiras do Tietê, especificamente, nos municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Salesópolis e Biritiba-Mirim, ocorre através da transação direta com o pequeno varejo local ou próximo, aos supermercados regionais, pela venda às centrais de compras de redes de supermercados ou o produto chega ao varejo via atacadistas e intermediários. (SATO, nº 1, 2008).

No caso do setor supermercadista, que vem ampliando sua participação na comercialização dos produtos desse segmento, “frequentemente os contratos observados entre fornecedores e centrais de compras das grandes redes de autosserviço beneficiam as duas partes de forma bastante desigual, pelo poder de barganha exercido pelas redes.” (LOUREZANI, 2004).

Essas redes têm buscado empreender iniciativas no sentido de estabelecer alguns elementos relativos à coordenação da cadeia produtiva de hortaliças “por meio das exigências a respeito da origem dos produtos (rastreadabili-

de) e das exigências em qualidade. Isto faz com que os elos a montante trabalhem de forma mais coordenada para atender às necessidades do varejo.” (LOUREZANI, 2004).

As redes varejistas tem ampliado sua atuação relativa ao monitoramento dos processos produtivos de seus fornecedores. As maiores redes adotaram sistemas próprios de controle aos que os fornecedores devem se submeter, inclusive com o credenciamento e permissão para que as empresas de auditoria e certificação da rede tenham acesso às áreas de produção e seus registros, checando se o produtor cumpre os requisitos previamente estabelecidos.

Os itens monitorados abrangem todo o processo de produção e os procedimentos até a chegada do produto ao local de venda, averiguando-se a origem e produção das sementes e mudas, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, o controle da água de irrigação, as instalações de armazenamento dos insumos, os procedimentos de colheita e pós-colheita, as condições de trabalho, os aspectos ambientais e a relação com terceiros (fornecedores que complementam em número e variedade os itens que devem ser entregues à rede).

Por outro lado, os produtores também têm se movimentado no sentido de estabelecer padrões negociados de comercialização e controle do processo produtivo. Um exemplo dessa tendência pode ser encontrado na constituição e atuação da Aphortesp que “trabalha na transferência de capacitação para um número específico de associados juntamente com seus parceiros (médios e pequenos produtores).” (CARVALHO, 2008). Trata-se, efetivamente, de uma associação de produtores e processadores de hortaliças que estabeleceu contatos e negociações coletivas com o varejo, ao invés da manutenção apenas de contatos bilaterais de cada produtor.

A dimensão alcançada por esse formato de relações técnico comerciais pode ser melhor avaliada através da informação da abrangência do grupo. No topo, temos 10 associados que são produtores e processadores baseados na região do Alto Tietê e de Ibiúna. Somam-se a eles mais de 700 produtores parceiros e fornecedores, perfazendo uma área total de produção de aproximadamente de 1.500 hectares. Entregam seus produtos para 1.800 lojas e 250 cozinhas industriais, utilizando 200 caminhões diariamente.

A partir de 2008 a associação implementou uma parceria com a Associação Paulista de Supermercados, APAS, formatando processos de entrega, apresentação e garantia de qualidade dos produtos de forma pactuada, levando

a um controle de qualidade mais efetivo e caminhando no sentido da implantação da rastreabilidade total e estabelecendo os rumos no caminho da certificação. (www.aphortesp.com.br/aphortesp.html) acessado em 07/2013.

Portanto, podemos concluir que a produção hortícola dessa região é fundamentalmente articulada com o mercado e os produtores se vinculam a ele na maior parte das vezes de forma individual, atuando de acordo com sua dimensão de produção e capacidade de articulação com sua rede de escoamento que tanto pode ser a venda direta ao consumidor, a venda às centrais de abastecimento ou através de contratos com redes varejistas.

Esse último tipo de articulação tem aumentado muito sua importância no processo de comercialização e, do ponto de vista do mercado, articula uma quantidade enorme de produtores substituindo de certa forma a função que as cooperativas exerciam anteriormente. De certa forma, pois as funções de apoio técnico, financeiro e de compras em conjunto não fazem parte dessa nova forma de articulação.

Além do mais, na medida em que as redes varejistas ampliam as exigências para os seus fornecedores, uma grande quantidade de produtores sai do sistema por não ter interesse em se subordinar às práticas exigidas ou mesmo por não ter condições técnicas nem financeiras de estruturar de forma adequada seus processos produtivos. Tornam-se assim, fornecedores do fornecedor.

Como a maioria da produção da região caracteriza-se pela adoção de seus processos produtivos majoritariamente dentro dos parâmetros da agricultura convencional com a utilização de agroquímicos, o seu controle tem sido objeto de pressões da sociedade e preocupações, não só das redes de comercialização, mas também de órgãos governamentais que atuam no setor.

Uma dessas preocupações levou à formulação e implementação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Produção Integrada é um sistema que emprega tecnologias que permitem a aplicação de Boas Práticas Agrícolas (BPA) e o controle efetivo de todo o processo produtivo, através de instrumentos adequados de monitoramento dos procedimentos e rastreabilidade em todas as etapas, desde a aquisição de insumos até a oferta do produto ao consumidor final.” (ANDRIGUETO, 2006).

Entretanto colocam-se dúvidas em relação à abrangência e alcance da implantação desses processos, sobretudo em relação a seus custos. “As iniciativas isoladas dessa proposta de produção integrada, embora importantes, não alcançam os objetivos propostos, devido aos altos custos de sua instalação, gestão e certificação.” (TARREGA, 2009). As dúvidas que se colocam residem no estabelecimento de barreiras à entrada e a dificuldade ou impossibilidade de acesso aos pequenos agricultores, aqueles que somente podem se inserir nesse processo desde que associados aos grandes produtores e processadores, como mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão das áreas edificadas da metrópole, assim como o aumento exponencial de sua população, ao mesmo tempo em que quase extinguiu os ares de ruralidade de seus interstícios, criou e ampliou um grande mercado consumidor de produtos agrícolas, entre eles os hortifrutigranjeiros que se caracterizaram ao longo do tempo por apresentarem áreas de produção adjacentes à cidade.

Do antigo cinturão de chácaras em que os próprios produtores se encarregavam da comercialização de seus produtos em sistemas de mercado, sobretudo locais, à constituição do Cinturão Caipira, áreas um pouco mais afastadas do centro urbano em que os agricultores praticavam uma agropecuária diversificada e comercializavam seus excedentes e à própria extinção desse cinturão com a expansão da mancha urbana, passaram-se poucas décadas de intensa transformação espacial.

As áreas agrícolas vão então se deslocando para localizações mais afastadas, mas persistem em seus interstícios ou porque estão em áreas de preservação ambiental, ou porque utilizam terrenos públicos ou particulares cedidos para a produção agrícola em que o principal objetivo não é o de abastecimento do mercado, mas a produção para autoconsumo e a complementação de renda dos próprios produtores.

Mas o consumo da grande massa de habitantes da região exige uma produção muito mais volumosa e as áreas próximas à aglomeração urbana se consolidam como produtoras e fornecedoras, sobretudo de produtos hortícolas, passando a se estruturar em formas empresariais modernas, utili-

zando tecnologias que garantem a produtividade, apelando em sua grande parte para a prática da agricultura convencional.

Em relação à comercialização dos produtos hortícolas, observa-se o aumento expressivo da participação das redes varejistas em detrimento da destinação da produção através das centrais de abastecimento e da comercialização em feiras livres. Essas redes estabelecem então sistemas de fornecimento que levam à constituição de sistemas empresariais concentrados de produtores agrícolas e seus fornecedores em rede.

A mudança espacial então se concretiza, não apenas em relação à mudança de lugar das práticas agropecuárias, mas sobretudo, pelas alterações nas relações sociais de produção que ocorreram no espaço tempo referido.

REFERÊNCIAS

ANDRIGUETO, J.R. et alli. **Avanços da Produção Integrada no Brasil**, Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas, Incaper, Vitória, 2006.

BELLENZANI, M. L. **APA Municipal Capivari-Monos e Legislação de Proteção aos Mananciais na Região Metropolitana de São Paulo: estratégias complementares**. s.d. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/MariaB.pdf . Acesso em: 07/2013.

BRITTO, E. **São Paulo Tramway Tremembé**. Ed. Pracom, São Paulo, 1999.

CARVALHO, K. L. **Gestão da Cadeia Produtiva da Alface: uma análise sobre a inserção do produtor rural**. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica da USP, Departamento de engenharia de produção, 2008. Disponível em www.pro.poli.usp.br/publicacoes/dissertacoes, acessado em 07/2013.

CARVALHO, Y. M. C. de. (coord.). **Diagnóstico da agricultura na zona sul paulistana (APA Capivari Monos)**. São Paulo, SP, s.d. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/capivari.pdf>. Acesso em: 03/2012.

FERNANDES, E. N. **O rural e o agrícola na Metrôpole**. II Encontro de Grupos de Pesquisa. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. Uberlândia, UFMG2006.

_____ **Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do município de São Paulo, 2008.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERRAZ, I. V. R. F. **Ações coletivas e Movimento ambiental em prol da Cantareira: 25 anos de resistência.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LANGEBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana.** Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1968.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____ **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2008.

LOURENZANI, A. E. B. S. e Silva, A. L. **Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças,** Gestão & Produção, v.11, n.3, UFSCar, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2004. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>. Acesso em: 01/2013.

MONTE-MOR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Ce-deplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuros.** In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI.** São Paulo: Contexto, 2004.

SANT'ANNA, D. B. **Cidade das águas - Usos de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822- 1901),** Ed. SENAC, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em www.cati.sp.gov.br/projetolupa. Acesso em 07/2013.

SATO, G. S. et alii. **Uma abordagem sobre a comercialização de hortaliças produzidas na região do Alto Tietê,** Informações Econômicas, IEA, São Paulo, v.38, n.1, jan. 2008.

SEABRA, O. C. **São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia.** In: Carlos, A. F. A. e Oliveira, A. U. (Orgs.). Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, L. S. **Proteção ambiental e expansão urbana: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-23112011-141803. Acesso em 02/013.

TARREGA, M. C. V. B. et alii. **Política agrícola e Produção Integrada.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, GV. 33, Goiânia, nº 1, 2009.

VALDIONES, A. P. G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLÍTICA PATRIMONIAL, UMA POLÍTICA PARTICIPATIVA?

SÍLVIA ZANIRATO, EDEGAR LUIS TOMAZONI

INTRODUÇÃO

Assiste-se hoje em dia a uma ampliação significativa do que podemos chamar de participação política, ou seja, uma ação que “tenta influenciar a distribuição dos bens públicos” (BOOT e SELIGSON, 1976, p. 6). A participação é um meio pelo qual “os cidadãos transmitem a seus governos as informações sobre seus interesses e preferências, pressionando-os a atenderem suas demandas” (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Tomando como referência essas definições, o objetivo do texto é o de discutir a política de proteção do patrimônio cultural como uma política pública que pressupõe a participação da sociedade civil para que seja democrática e que contemple os usos sociais dos bens culturais. Ao mesmo tempo, busca-se estabelecer os vínculos entre essa política e a política do turismo, compreendida como a forma mais usual de justificativa para a proteção dos bens herdados do passado. Com essa finalidade, o texto está organizado em seis partes. Na primeira é discutida a política cultural, como política pública. Na segunda, nos detemos na normativa que gere a política patrimonial como política pública, que é seguida pelas considerações acerca dos desafios para que, de fato, essa política seja participativa. Na sequência, são estabelecidas as relações entre a política de conservação e difusão do patrimônio cultural e as políticas de promoção do turismo, assim como as possibilidades e riscos que essa aproximação comporta. Nas considerações finais são apontados alguns caminhos para o avanço da participação nas políticas do patrimônio cultural e do turismo.

AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS

O patrimônio cultural é o legado que outros povos e civilizações deixaram em nossas terras e que contribui para perpetuar a memória dos caminhos percorridos. É constituído pela “acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos” (CHOAY, 2001, p.11).

Nele estão os bens culturais visíveis e tangíveis e os invisíveis, dentre estes, os artesanatos, línguas, conhecimentos e a comunicação.

A salvaguarda, difusão, conservação e gestão desses bens são procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o patrimônio expressa e impedir sua destruição ou descaracterização. Essa salvaguarda ocorre por meio de políticas públicas.

As políticas públicas constituem o conjunto de atividades materiais ou simbólicas geridas por autoridades públicas (BOLÁN, 2006, p. 60). São o conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender às necessidades da sociedade, direcionadas ao bem comum e que são implementadas segundo decisão do governo. São portanto, políticas resultantes de decisões e atos de governantes, destinadas à resolução de determinados problemas coletivos para os quais são necessárias a distribuição de bens e recursos (Idem, p. 60). O Estado é quem estabelece quais fins públicos são possíveis de serem realizados, assim como os instrumentos e as opções de ação.

A política pública pressupõe a participação pública ou seja,

o procedimento que permite a uma sociedade implicar-se na tomada de decisões sobre políticas que lhe concernem: no caso da planificação, compreende os processos que tornam possível a indivíduos ou grupos incidir sobre os resultados dos planos que lhes afetam (FERNÁNDEZ, 2006).

Entre as política públicas encontra-se a política cultural, que não se resume em ações do Estado, mas que abarca o vasto conjunto de instâncias, agentes, instituições e organizações com vistas ao financiamento, desenvolvimento e acesso equitativo das pessoas aos espaços de criatividade e difusão

artística, ao patrimônio cultural, às indústrias culturais (livro, audiovisual, música, etc.) e à comunicação.

Com esses propósitos essa política cultural compreende um

programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (COELHO, 1997, p. 293).

Para que seja efetivada, essa política requer um “conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (Idem).

Não se trata, reafirmamos, de uma tarefa meramente administrativa, pois envolve “conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p. 01).

Para que essa política seja compreendida é imprescindível a clareza do que seja cultura.

Por cultura entendem-se os valores, práticas e representações que compreendem toda atividade humana. Nela se expressa a totalidade da experiência apreendida nas relações sociais, as convenções, os valores.

a cultura pode ser considerada [...] como o conjunto dos aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba ademais das artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (CORTÉS, 2006, p. 25).

A cultura é então “o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social” (UNESCO, 1982). É ela que proporciona ao indivíduo a capacidade de refletir sobre si mesmo e discernir os valores e efetuar escolhas. A cultura se expressa nas criações artísticas, ou seja, nos processos de produção dos

bens criativos, na difusão dessa criação e no consumo dos frutos da criatividade humana (BOLÁN, 2006).

Em face da amplitude conceitual da cultura, a política cultural se caracteriza por uma gama muito ampla de possibilidades que estão mais além das políticas setoriais relacionadas com a arte e a educação artística e nelas se incluem o fomento à criatividade, à proteção do patrimônio, o apoio às criações e à recepção artística e o consumo cultural, a interlocução com diferentes agentes culturais, a geração de um marco normativos no qual a cultura se desenvolve (BOLÁN, 2006, p. 63).

É uma política na qual se vê a soma total dos usos, ações ou ausência de ações de uma sociedade, dirigidas à satisfação de certas necessidades culturais através da ótima utilização de todos os recursos materiais e humanos disponíveis a uma sociedade determinada em um dado momento (UNESCO, 1976).

Essa política tem por objetivo a gestão da atividade criativa da sociedade, tanto a erudita como a que se denomina popular e que consiste em ordenar, hierarquizar ou integrar um conjunto heterogêneo de atores, discursos, orçamentos e práticas administrativas (BOLÁN, 2006).

Por isso mesmo, ela envolve diversos agentes que participam do campo cultural e que tratam tanto de seu sentido simbólico quanto dos fins práticos e imediatos como o desenvolvimento urbano e a promoção turística.

A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A gestão do patrimônio cultural tem como finalidade a conservação de determinados elementos, produzidos pela atividade humana em um passado remoto e que perduraram até o presente. A preocupação da gestão é a de preservar, para a posteridade, os bens patrimoniais. Essa proteção se inclui entre as ações da política cultural.

A UNESCO é a entidade responsável pela proteção jurídica internacional do patrimônio cultural. Sua ação se faz por meio da administração de acordos entre os Estados membro da organização, entre os quais as diversas convenções e recomendações destinadas a proteger os bens culturais.

Cada Estado membro, por sua vez, normatiza como deve ser a gestão nacional. No Brasil, a participação na política de proteção do patrimônio en-

contra amparo na Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 216 define:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Essa mesma Constituição dispõe que: “§1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Idem).

No Artigo 30 fica explícito que “compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual”.

Com base nesse artigo, o município é o executante da política patrimonial, tendo como parceiros representantes do setor público e privado na elaboração, discussão e decisão com relação ao que deve ser patrimonializado.

Esses representantes se organizam em forma de conselhos, instrumentos de gestão democrática previstos na Constituição de 1988, uma forma de participação que inclui representações estatais e das entidades da sociedade civil, que decidem a respeito da elaboração e implementação das políticas patrimoniais.

Os conselhos de políticas públicas possibilitam um maior controle social das políticas produzidas e articulam representantes da Sociedade Civil e do Estado, em composição paritária, eleita (GOHN, 2003). Os conselhos podem ser de caráter consultivo, como mero instrumento de consulta estatal, ou deliberativo, como instrumento de determinação e decisão das políticas.

A partir do estabelecido no Artigo 30 da Constituição Federal, os municípios criaram conselhos de cultura e/ou de preservação do patrimônio.

Os conselhos da política patrimonial são instrumentos de gestão democrática, no qual os representantes da comunidade atuam como conselheiros, numa interface entre o Estado e a sociedade. A gestão ocorre por meio de instrumentos de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação de bens.

Com a emenda constitucional de 1996 foi ampliado ainda mais a possibilidade de efetiva gestão uma vez que favoreceu a todos os conselhos de patrimônio a terem composição paritária e atuação propositiva e decisória a respeito dos meios de proteção dos bens móveis e imóveis.

No entanto, isso não significou a democratização do acesso para uma gestão mais participativa pois as escolhas do que proteger são sempre atos políticos que implicam em negociações, razão pela qual está sempre posta a possibilidade de um conflito. A definição do que deve ser considerado patrimônio cultural, como deve ser sua conservação, para quem e que usos dar aos bens considerados patrimônio são decisões que ocorrem em um campo de negociações, não raras vezes, conflitivo.

Soma-se a isso o fato de que a criação dos conselhos gestores depende de leis ordinárias estaduais ou municipais. Não é incomum a criação de conselhos meramente consultivos, que “restringem suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação”, sendo muitas vezes conselhos opinativos, que se tornam um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e da elite” (GOHN, 2003, p. 8).

Dai resulta que grande parte dos conselhos de patrimônio se configuram como estruturas corporativistas e com funções meramente consultivas.

Tudo isso explica porque as ações para a divulgação do patrimônio, a manutenção e a revitalização de áreas históricas tenham sido implementadas em poucos municípios (CALABRE, 2009)

Também não se pode ignorar que:

no país, durante muito tempo predominou a ideia de cultura associada à ilustração, ou seja, ter cultura ou promover a cultura seria sinônimo de levar a educação e a arte erudita para o conjunto da população. Era a ideia de que o Estado deveria levar cultura para o povo ou elevar a cultura do povo, buscando alcançar padrões culturais de matriz europeia, preservando algumas manifestações folclóricas em

seu estado “original”. Entendimento que “ainda resiste enraizada no imaginário de parte significativa da sociedade” (CALABRE, 2009, p. 90).

Disso decorre que a promoção de cultura é muitas vezes considerada

sinônimo de realização de atividades de entretenimento e lazer, ou seja, para ter uma política de cultura, basta que haja a realização de espetáculos e eventos. Uma hipótese bastante provável é a de que, ao responder que o principal objetivo da política cultural do município era a dinamização das atividades culturais, o gestor estivesse se referindo à realização de eventos isolados (Idem).

Tem-se, então, a possibilidade efetiva da participação da sociedade civil na política patrimonial; no entanto, os entraves para a gestão democrática dessa política ainda são muito presentes. Os conselhos tanto podem ser meios de se alcançar a democracia participativa e melhoria da gestão pública, como podem se converter em mecanismos reprodutores de práticas patrimonialistas e clientelistas.

A participação que objetiva a democratização da política nos conselhos, para ser efetiva, precisa ser qualificada (GOHN, 2003). Superar essa situação requer investir na formação de pessoal, educar para a política pública de cultura.

DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

A política de proteção do patrimônio, nos dizeres de Canclini (1999), se faz num campo de disputa econômica, política e simbólica, e é permeado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

O setor privado expressa seus interesses no assunto pois essa política implica em regulação do solo urbano e pode ser um fator limitante para a mercantilização e especulação imobiliária. O Estado, por sua vez, tende a converter o patrimônio em abstrações político-culturais, símbolos de uma identidade nacional na qual se diluem as particularidades e os conflitos.

Em relação aos movimentos sociais, considera o autor citado, faz pouco tempo que a defesa e o uso do patrimônio se converteu em objeto de interesse dos movimentos sociais. Segundo ele, isso se explica pois o patrimônio foi durante muito tempo entendido como um assunto de especialistas do passado: restauradores, arqueólogos, historiadores, às vezes antropólogos. Só recentemente esse entendimento foi modificado em face da constatação de que o patrimônio é muito mais do que isso, é um processo social que se acumula, se renova, gera renda e é apropriado de forma desigual por diversos setores (CANCLINI, 1999).

Em seu entendimento, a pouca preocupação dos movimentos sociais também se explica pois,

por décadas, la izquierda cometió el grave error de juzgar, por ejemplo, a la lucha por preservar monumentos coloniales como tarea del guardarropa evocativo de la derecha, quizás algo plausible, pero de ningún modo tarea prioritaria. En su preocupación por adueñarse del sentido del porvenir, la izquierda le “regaló” el pasado a la derecha, reservándose sólo la cláusula de la interpretación correcta y científica (CANCLINI, 1999, p. 21).

Recentemente, novos movimentos sociais, desde os populares urbanos até os ecologistas, mudaram, ainda que lentamente, essa forma de ver e começaram a se interessar pelo tema da conservação. Para tanto, argumentam que a questão do patrimônio não é responsabilidade exclusiva do governo; reconhecem que sem mobilização social será muito difícil que o governo o vincule com as necessidades atuais e cotidianas da população, como no caso de habitar os edifícios históricos e que o efetivo resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática. Para tanto, é imprescindível “crear condiciones materiales y simbólicas para que todas las clases puedan compartirlo y encontrarlo significativo” (Idem).

Segundo Canclini, não é possível uma política efetiva de preservação e desenvolvimento do patrimônio se este não for valorado adequadamente pelo público dos museus e sítios arqueológicos, os habitantes dos centros históricos, os receptores de programas educativos e de difusão (Idem, p. 25).

A política patrimonial inclui não somente ações para a conservação do bem, como para sua valorização e seus usos sociais e turísticos. É assim

uma ação complexa, que implica na necessidade de “fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil” (UNESCO, 2005, p. 211). Algumas dessas ações se fazem no entrelaçamento e em interfaces com a política do turismo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM APROXIMAÇÃO COM A POLÍTICA DO TURISMO.

A defesa do patrimônio comporta uma pluralidade de discursos e práticas. Os grupos que atuam em defesa do patrimônio em boa parte das vezes o fazem em resposta a problemas apresentados pelas profundas transformações e pelas incertezas em face aos projetos de globalização (ZANIRATO, 2011).

Se esse é o ponto que os une, há diferenças na condução de suas demandas que explicam propostas diferenciadas e respostas igualmente diferenciadas. Essas diferenças se expressam no âmbito territorial de atuação, no caráter de institucionalização de cada um, na concepção de patrimônio e nas atividades que protagonizam (HERNÁNDEZ, 2008, p. 47).

Alguns grupos atuam em âmbitos territoriais muito amplos, como a rede iberoamericana SOS Monuments, outras, pelo contrário, centram sua ação em bairros; uns são ligados a instituições, outros são independentes e fundamentam grande parte de suas ações na confrontação com as instituições públicas.

No que diz respeito às ações, há os que defendem o patrimônio cultural aspirando sua restauração e conservação, já outros tem uma visão integral do patrimônio e aspiram aos usos sociais e à ativação de novos referentes. Uns veem o patrimônio desde o terreno turístico com argumentos em favor do desenvolvimento local e ecologicamente sustentável.

Os que assim agem, argumentam que os locais detentores de atributos culturais e naturais expressivos devem investir na divulgação de suas qualidades, como um meio de atrair visitantes que gerem renda ao local. A atividade turística converte-se assim numa oportunidade de divulgar o patrimônio, atrair visitantes, gerar empregos, incrementar rendimentos econômicos, favorecer a comercialização de produtos locais e o intercâmbio de ideias, costumes e estilos de vida.

É inegável que o turismo está adquirindo cada vez mais espaço na economia mundial, tornando-se uma das principais atividades econômicas,

chegando a representar 10% do PIB mundial. A força do empreendimento turístico é tamanha que analistas desse setor insistem em afirmar que o turismo pode ser “um fator de esperança para o desenvolvimento dos povos, em particular dos países do Terceiro Mundo” (BALLART, 2005, p. 17).

De fato, o turismo pode contribuir para isso, mas não se pode ignorar que a atividade turística não é inócua. Ela pode produzir efeitos negativos na localidade que o adota em face do incremento do consumo do solo, de água e energia, da modificação da paisagem, do aumento da produção de resíduos, da perda de valores tradicionais e do aumento dos preços que afeta a população local (SANTAMARTA, 1998).

Por isso mesmo, a Organização Mundial do Turismo enfatiza a importância da prática de um turismo de bases sustentáveis, ou seja, um turismo “que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo em que protege e melhora as oportunidades do futuro”. Para que esse tipo possa ser aplicado é necessário que a gestão de seus recursos “satisfaça as necessidades econômicas, sociais e estéticas ao mesmo tempo em que respeite a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida” (FULLANA e AYUSO, 2002, p. 30).

Para que isso efetivamente ocorra é preciso que haja:

- a) a compatibilidade com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
- b) a integração com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
- c) a inserção no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local;
- d) a gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local, calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local (PRATS, 2005, p. 19).

O turismo sustentável que conta com o patrimônio cultural como atrativo o vê como um produto capaz de gerar riqueza e emprego, dá especial atenção a sua conservação e garante o desfrute do mesmo pela população do local onde o bem patrimonial se encontra. Para isso, é fundamental a convergência entre as políticas culturais e turísticas, e se torna necessário estabelecer umnexo que reforce as complementaridades postas.

INTERAÇÕES ENTRE A POLÍTICA PATRIMONIAL E A POLÍTICA DO TURISMO

As políticas e a gestão pública são fundamentais para o desenvolvimento do turismo. No campo do turismo cultural, a conservação do patrimônio material e imaterial circunscreve-se nos limites de mudanças aceitáveis para o conjunto das populações envolvidas e legitimamente representadas pelos gestores públicos e pelas instituições democráticas.

No estudo das relações entre turismo e cultura, além dos equipamentos da estrutura de mobilidade e hospedagem, que são de natureza tangível, identifica-se uma série de aspectos intangíveis do campo de circulação dos atores na produção e no consumo do produto turístico. Com essa identificação, tornam-se mais viáveis o planejamento, a implementação e o controle de estratégias de gestão do turismo cultural. Além disso, ao mesmo tempo em que o turismo cultural constitui-se em um sistema de comunicação, a sua gestão organizacional contempla a articulação de diversas formas de intercâmbio em sistema de governança, visando ao efetivo desenvolvimento socioeconômico. (TOMAZZONI, 2009).

O turismo e o lazer originam-se e constroem-se em um amplo e complexo processo de difusões e de interações culturais. As identidades e diversidades culturais, transformadas em produtos de consumo, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do turismo como atividade social e econômica. (PIRES, 2001). Por meio dos patrimônios culturais, em suas mais diversas formas e manifestações, o turismo tem conquistado visibilidade e valorização no mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

A dimensão cultural do turismo abrange a valorização e o fortalecimento das identidades e manifestações da cultura regional. Por meio das manifestações e expressões culturais (costumes, tradições, hábitos, arte, arquitetura) potencializam-se os atrativos turísticos. Cria-se um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do turismo em razão da

maior satisfação e fidelização dos clientes, proporcionando-se mais retornos para as empresas e organizações que se beneficiam com o fluxo de turistas apreciadores da oferta de atividades culturais. (ARANTES, 1995, HALL, 2003).

A hospitalidade é um dos traços marcantes da cultura como diferencial dos serviços de uma comunidade turística. É por meio do significado, socialmente assimilado do turismo, que se produz a oferta turística de serviços e produtos turísticos. Essa oferta, entretanto, não é necessariamente material, mas cultural. A linguagem da oferta turística reúne relatos da história e de aspectos intangíveis e abstratos das manifestações culturais, sintetizados pelos conceitos de cultura e de cultura popular.

Entender o sentido e as implicações sociais e econômicas da cultura é fundamental para analisar a sua relação com o turismo e para construir novas teorias que possibilitem conhecer e conceituar o próprio turismo, validando conhecimentos ou elaborando novos conhecimentos sobre o turismo cultural. Sem cultura não há turismo, e os elementos da dimensão cultural são fundamentais para o planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável do turismo. (BARRETTO, 2000; BENI, 1997).

O planejamento e a gestão sustentáveis do patrimônio e do turismo culturais são, portanto, fundamentais para controlar os impactos negativos do crescimento da atividade turística, tanto sobre o meio ambiente quanto sobre as identidades e as manifestações das comunidades locais. (BONIFACE, 1996) O turismo deve constituir-se em meio virtuoso de conservação da memória histórica, com base na humanização das relações de produção e de mercado, em cujo processo deve prevalecer o empreendedorismo, a criatividade e a inovação dos atores nativos ou autóctones das comunidades locais. Nesse sentido, são vários os exemplos de estudos que contribuem significativamente para o conhecimento das políticas e da gestão pública do desenvolvimento do turismo do Brasil.

POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO CULTURAL

O conhecimento da história das políticas de turismo do Brasil ainda é limitado. Maior valorização da história das políticas públicas de turismo contribuiria para destacar as experiências de desenvolvimento dos diversos destinos (estados, município, regiões) do país.

O advento das políticas públicas de turismo no Brasil foi no primeiro governo Vargas, no Estado Novo, ao final década de 1930. O turismo foi controlado ideologicamente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS). (SOARES, 1995). Como estratégia de marketing internacional do Brasil, o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira criou, em 1968, a Companhia Brasileira de Turismo (Combratur). No regime militar, a criação do CNTur e da Embratur, na década de 1960, representaram esforços de institucionalização das políticas federais do setor. Na década de 1970, o turismo foi relegado a segundo plano, mantendo-se nessa condição na década perdida de 1980. A transformação da Embratur em Instituto Brasileiro de Turismo e o Plantur, do Governo Collor, foram indicadores de destaque à política nacional do setor na década de 1990.

A estratégia, para o setor, do governo Fernando Henrique Cardoso foi a descentralização dos investimentos, por meio do Prodetur-NE, do Prodetur-Amazônia Legal e da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994-2002).

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, pelo governo Luis Inácio Lula da Silva, fortaleceu-se a institucionalização do setor. Os Planos Nacionais de Turismo (2003 - 2007 e 2007 - 2010) representam iniciativas consistentes de planejamento estratégico setorial. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – PRT (2007), “Uma Viagem de Inclusão”, e o Projeto dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional, são considerados incoerentes por diversos autores. Sua implementação foi exógena, e ter-se-iam desconsiderado as próprias identidades e participações democráticas regionais.

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) poderia ter sido mantido, concomitantemente ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com base no sistema político-administrativo constitucional brasileiro. (RODRIGUES, 2012).

O desafio das políticas públicas de turismo é a inovação, apesar dos empecilhos burocráticos. Para a gestão pública de qualidade, aplicam-se as mesmas estratégias inovadoras das empresas privadas. O conceito de inovação das políticas públicas é fundamental para a competitividade do turismo municipal, regional e nacional. Entre as várias áreas do sistema interdisciplinar do turismo, os estudos da geografia são fundamentais para as políticas públicas do turismo do Brasil.

Região é um dos conceitos mais importantes da geografia, além de ser de amplo domínio acadêmico e social. O conceito tornou-se reconhecido desde os estudos de Vidal de La Blache (1845 – 1918), um dos pioneiros da teoria geográfica. (LENCIONI, 2008). Esse conceito é aprofundado pela ideia de território-rede ou por territórios zonais. Região é conceito em elaboração, ainda não plenamente definido, mas que motivou muitos estudos e publicações e que tem proporcionado relevantes contribuições em diversos campos, como na economia, administração, sociologia, antropologia, além da própria geografia, bem como do turismo, agregando-lhe produtivas visões e análises.

A estruturação de regiões turísticas surgiu com o PNMT, cujo objetivo era a descentralização da gestão do turismo em âmbito municipal. Com o PRT, cuja diretriz é a gestão do turismo em escalas regionais, fortaleceu-se a ideia de gestão na escala dos municípios. As diretrizes políticas do turismo brasileiro, portanto, tornaram-se dialéticas. (FRATUCCI, 2013). As políticas de desenvolvimento do turismo contextualizam-se na abrangência espacial, cuja configuração pode ser local ou regional. Essa visão aplica-se às políticas públicas de turismo das três instâncias federativas, nação, estados e municípios. As secretarias estaduais e municipais têm políticas próprias e adequadas às realidades locais. Na maioria dos casos, o turismo tem-se desenvolvido pela descentralização e fortalecimento das secretarias municipais.

Uma das funções desses órgãos é a realização do inventário da oferta turística, presente em praticamente todas as políticas públicas nacionais promulgadas (incluindo a atual Lei Geral do Turismo). Para a gestão competente do turismo, é necessário conhecimento de sua realidade, por meio indicadores confiáveis, pois não se pode administrar o que não se conhece. A ideia de que os indicadores turísticos são complexos dificulta sua sistematização. Os indicadores devem ser simples e objetivos. (SCHUCH, 2001).

Os inventários são os instrumentos aplicados para coleta de informações e de oferta e desempenho do setor. Na era da tecnologia da informação e da comunicação, na grande maioria dos municípios, não há sistemas de indicadores básicos dos serviços, produtos, atrativos e infraestrutura turísticos.

Por um lado, a elaboração de políticas públicas depende de indicadores consistentes, por outro, são as políticas públicas que definem os métodos de identificação e sistematização de indicadores do turismo. Na cidade de São Paulo, o Observatório de Turismo, da São Paulo Turismo (SPTuris), or-

ganismo municipal, sistematiza e disponibiliza indicadores dos segmentos do oferta e do desempenho do turismo em portal eletrônico.

Outra premissa das políticas públicas de turismo é a formação de redes, com base nas visões de lugar, território, espaço e região. De acordo com o Ministério do Turismo (2007), o embrião da rede nasce quando dois ou mais atores têm objetivos comuns. Nesse contexto, têm-se diversos exemplos, tanto em âmbito de municipalização quanto em âmbito de regionalização. A inovação em turismo contempla a criação de roteiros regionais. Entre os exemplos de roteirização, os Circuitos Turísticos de Minas Gerais mostram avanços e desafios da iniciativa de regionalização do turismo em contexto de território-rede. Suas experiências de articulação de diversas realidades socioeconômicas e suas estratégias de planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo pode ser modelo para novos roteiros. (EM-MENDOERFER ET. AL., 2001; SOARES, 2012).

Outro exemplo de iniciativa que preserva a identidade cultural por meio do turismo é a Rede Brasilidade Solidária, que foi concebida para promover o desenvolvimento local por meio do turismo e de contribuir para minimizar os problemas socioambientais, com base na cooperação e na solidariedade. As diretrizes teóricas e metodológicas atuação fundamentam-se na atuação política dos atores para atuação no campo do turismo. Uma das realizações da Rede Brasilidade Solidária é o programa Retrato Brasil, que mostra os modos de implantação e de organização de turismo solidário. Para os gestores da rede, “apesar das oportunidades do cenário turístico, existe grande quantidade de grupos e de pessoas que têm dificuldade em empreender um novo negócio nesse segmento contribuam para o desenvolvimento local”.

Em Santa Catarina, várias são as políticas e ações. O mapeamento do estado em zonas e a instigante criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) motivam análises sobre as vantagens e desvantagens do sistema político-administrativo do Brasil, que se concentra na delimitação dos três entes federativos – união, estados e municípios. As características, os problemas e as dificuldades da regionalização e do desenvolvimento integrado do turismo do Vale Europeu suscitam reflexões sobre as realidades de todas as regiões turísticas do Brasil. A falta de espaços de debate seria o maior problema da integração e não a falta de interesse dos atores. (BOR-TOLOSSI ET. AL., 2013).

Na Rota da Amizade, uma das principais iniciativas de roteirização de turismo no estado de Santa Catarina, a questão central é a estruturação da rede

que integre o trade e o poder público e as instituições de ensino e pesquisa, por meio da governança, no sentido de planejamento e gestão democráticos e participativos do turismo. Alguns organismos públicos de turismo não têm atuado no exercício de seu papel de governança. Infere-se que a maior dificuldade é a criação de instâncias, organizações ou lideranças, que coordenem o processo de formação da rede, motivando os atores, que devem se comprometer com as propostas. Os atores reconhecem a importância da Rota da Amizade, e a rede municipal deve fortalecer as relações de parceria e de cooperação com a rede da rota regional. Os empresários que compõem o trade turístico local são céticos quanto à cooperação, mas o que faltaria não seria interesse deles e sim a coordenação do processo de formação da rede de turismo, com base na governança. (CONTE et. al. 2013).

No mesmo estado, o projeto Viva Ciranda é realizado em Joinville (SC), no turismo rural, um dos segmentos de maior potencial no Brasil. A iniciativa mostra a importante e exitosa estratégia de articulação entre os atores do desenvolvimento do setor, destacando a demanda turística, constituída por alunos e professores. (KLEIN E SOUZA, 2013). Os educadores são também atores da realização do projeto, representando a fundamental participação e atuação das instituições de ensino. Neste sentido, o grande diferencial do projeto, que é a integração entre os campos do turismo, da educação e da cultura, por meio de dinâmica pedagógica prática e interativa. A articulação desses campos constitui ciclo virtuoso de ensino, aprendizagem, incentivo à preservação das manifestações da identidade da cultura local e ao rural como atividade de desenvolvimento humano e socioeconômico. O turismo rural pedagógico tornou-se uma prática economicamente rentável para os proprietários rurais.

Além do potencial turístico-cultural do Brasil e das oportunidades de implementação de políticas e de gestão pública do turismo em âmbitos municipal e regional, por meio de roteiros, diversas realizações também podem ser destacadas na área de eventos. As festas temático-culturais, como o Carnaval do Rio de Janeiro, a Festa da Uva de Caxias do Sul, a Oktoberfest de Blumenau e o Natal Luz de Gramado são exemplos de realizações planejadas e coordenadas pelo setor público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível pensar em políticas públicas e em planejamento e gestão do patrimônio e do turismo sem contemplar a cultura como essência da oferta

turística. Se as políticas culturais podem ser implementadas sem contemplar o turismo, a recíproca não é verdadeira. As políticas de turismo dependem atavicamente do patrimônio cultural, em suas diversas modalidades e manifestações. Uma vez que se priorizem os interesses das comunidades locais no próprio bem estar e no desenvolvimento socioeconômico, o turismo pode ser justificativa importante das políticas de preservação da memória e do patrimônio culturais.

Para isso há que se ter clareza da necessidade de participação cidadã na regulamentação dos usos sociais do patrimônio cultural, entre os quais os usos turísticos. A simples exposição do patrimônio sem a devida regulação pode acarretar processos negativos, entre os quais a destruição dos bens e de seu entorno, assim como o deterioro social, justamente pelo fato de patrimônio ser considerado prioritariamente como uma mercadoria capaz de gerar lucros.

Por essa razão, há que se fortalecer a integração entre as políticas públicas de cultura e as políticas públicas de turismo. A prioridade deve ser o desenvolvimento local ou endógeno, com base no respeito aos interesses das comunidades em sua participação nas formulações das diretrizes de planejamento e de gestão. O que está em jogo é a capacidade de se efetivarem políticas públicas que propiciem a mais ampla e democrática participação social.

Segmentos da cultura popular e do patrimônio cultural marginalizados podem ser protegidos, conservados e valorizados pelas políticas de turismo cultural. É fundamental que os gestores do turismo conheçam e apliquem os conceitos de cultura e de cultura popular. As políticas públicas devem abranger a educação e a qualificação, por meio de programas de ensino, de estudos, pesquisas e cursos para valorizar, conservar e desenvolver a cultura popular como fonte de sabedoria, conhecimento e atratividade turística.

Os inventários das tipologias de manifestações e produções culturais (artesanato, música, construções históricas, biografias, crenças, lendas, rituais, receitas, jogos) deveriam ser mais articulados e integrados pelas organizações públicas setoriais da cultura e do turismo. O incentivo à conservação e à produção culturais proporciona trabalho e renda aos produtores, em contexto de socialização de oportunidades e benefícios. A implementação de políticas de turismo cultural justifica-se, sobretudo, em razão do desenvolvimento socioeconômico local, cujo conceito transcende a visão reducionista dos retornos materiais.

O desenvolvimento socioeconômico é processo político-participativo, que envolve os atores, desde a definição das diretrizes das políticas públicas, até a produção dos bens e serviços culturais, bem como a apropriação dos retornos e benefícios gerados pelo mercado turístico. O reconhecimento dos valores imateriais, espirituais e culturais dos destinos pelos turistas é a essência do fortalecimento da autoestima e da motivação das populações autóctones ou locais. Essa dimensão interativa entre visitantes e visitados constitui a hospitalidade como fundamento das políticas pública do patrimônio cultural e do turismo.

A oferta turística transcende as fronteiras geográficas, configurando-se regionalmente. Ainda que a gestão pública restrinja-se aos limites político-administrativos constitucionais, o mercado da demanda não se circunscreve às delimitações municipais. A articulação entre as políticas públicas nas várias instâncias (federal, estadual e municipal) é complexa. A regionalização do turismo não é administrativamente institucionalizada e depende de acordos de cooperação entre os atores públicos e privados do setor. As prefeituras e secretarias municipais são obrigadas a cumprir as determinações constitucionais da administração públicas, mas diversas ações podem ser realizadas pelo conjunto de municípios do território regional. Exemplos de políticas e de gestão pública do turismo de base local e de conservação das identidades culturais são diversos no Brasil. Os casos inovadores, de sucesso, como roteiros e festas temáticas, são referências para novas iniciativas de regionalização e de roteirização do turismo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

BALLART, Josep Hernández. Patrimonio Cultural y Turismo Sostenible en el espacio Iberoamericano: retos y oportunidades del presente. Revista Diálogos. Vol. 9, Nº 1, 2005.

BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural. Campinas – SP: Papyrus, 2000.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora Senac, 1997.

- BOLÁN, Eduardo Nivón. La política cultural. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.
- BONIFACE, Priscila. Managing quality cultural tourism. London and New York: Routledge, 1996.
- BOOTH, J.; SELISON, M. A. Political participation in Latin America. Vol. 1: Citizen and State. Holmes & Meyer Publishers, 1978.
- BORTOLOSSI, S.; MANTOVANELLI, Oklinger Júnior; SAMPAIO, Carlos A, GUZZATTI, Thaise C. O programa de regionalização do turismo em SC: estudo de caso sobre o Vale Europeu. Gestão pública do turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago, EMMENDOERFER, Magnus, TOMAZZONI, Edegar L. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://migre.me/9QzCa>. Acesso em 17 de agosto de 2013.
- BRASILIDADE SOLIDÁRIA. Disponível em <<http://www.brasilidadesolidaria.com/>>. Acesso em: 10. 09. 2013.
- CALABRE, Lia. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. Políticas culturais : reflexões e ações / organização de Lia Calabre. –São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- CANCLINI, Néstor G. “Los usos sociales del Patrimonio Cultural” En Aguilar Criado, Encarnación Cuadernos Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio, Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999, Páginas: 16-33.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. Cultura e imaginário. São Paulo, Iluminuras, 1997.
- CONTE et al. In: PIMENTEL, Thiago, EMMENDOERFER, Magnus, TOMAZZONI, Edegar L. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.2013.
- CORTÉS, Guillermo. Tan cerca y tan lejos: los vaivenes de las políticas culturales. In: CORTÉS, Guillermo; VICH, Victos (Org.). Políticas culturales. Lima: Instituto de Estudios Peruanos e Instituto Nacional de Cultura, 2006, p. 19-43.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C. da; LIMA, A. . Evidências de inovação social na gestão Pública do turismo em Minas Gerais – Brasil: O modelo de Circuitos Turísticos em análise. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v. 9, n. 2, p. 397-410. abr. 2011.

FRATUCCI Aguinaldo C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago, EMMENDOERFER, Magnus, TOMAZZONI, Edegar L. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

FULLANA, Pere e AYUSO, Sylvia. Turismo sostenible. Barcelona: Rubes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2003.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERNANDEZ-RAMIREZ, Javier. Movimiento patrimonialista y construcción de la ciudad. In: FERNANDEZ, José A. de Rota y Monte (coord). Ciudad e historia: la temporalidad de un espacio construido y vivido. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía/Ediciones Akal, 2008.

KLEIN, Angela; SOUZA, Marcelino. Planejamento e gestão do turismo rural pedagógico: o caso do projeto Viva Ciranda, Joinville/SC. In: PIMENTEL, Thiago, EMMENDOERFER, Magnus, TOMAZZONI, Edegar L. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

MCGUIGAN, Jim. Culture and the public sphere. London and New York: Routledge, 1996.

PRATS Lorenço. “Concepto y gestión del patrimonio local”. Cuadernos de Antropología Social n. 21, 2005, pp. 17-35.

PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. São Paulo: Manole, 2001.

RODRIGUES, Adyr. Apresentação. In: BENI, Mario C. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão. São Paulo: Manole, 2012.

SANTAMARTA, José. Turismo y médio ambiente. GAIA: ecología y desarrollo. n. 14. P. Imprenta: 1998, pp. 48-51.

SCHUCH, Carlos H. Desempenho da cadeia produtiva da indústria do Turismo. In: Barretto Margarita e REJOWSKI, Mirian (Org.). Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

SOARES, Leda (Ed.). Getúlio Vargas: Diário. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995..

SOARES, Erica. Planejamento público estadual e desenvolvimento turístico de destinos indutores em minas gerais (2007-2010). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2012.

TOMAZZONI, Edegar L. Turismo e desenvolvimento regional dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

UNESCO - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais - MONDIA-CULT, México, 1982. disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Acesso em 23 de ago. 2013.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. 2005. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em 23 de ago. 2013.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. Voice and equality: civic voluntarism in American politics. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. Estudos Avançados, 2011, vol.25, n.71, pp. 189-204.

COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL GLOBAL

DENNIS DE OLIVEIRA, MARCO ANTONIO BETTINE

INTRODUÇÃO

Mudanças significativas impactaram a sociedade nas últimas décadas do século passado. O sistema de mundo bipolar construído após a II Guerra Mundial, com a confrontação do chamado bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco “socialista”, liderado pela extinta União Soviética termina com a vitória do primeiro. O marco simbólico deste final do mundo bipolar foi a queda do Muro de Berlim, em 1989.

A vitória do bloco estadunidense deu um contorno próprio ao fenômeno que se chamou de globalização. Esta pode ser definida como um processo civilizatório marcado pela universalização de três paradigmas:

- a-) a economia de mercado;
- b-) a democracia liberal;
- c-) a liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais.

Este processo civilizatório conformou um modelo de mundo “conectado” garantido pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As infovias garantiram tanto uma possibilidade de irradiação ideológica deste processo civilizatório como nunca visto antes na história da humanidade, como também possibilidades novas para a expansão do capital tanto na indústria da cultura e da mídia, e ainda na organização das novas estruturas produtivas que se configuraram como uma linha de montagem global.

O processo civilizatório significou também um momento de avalanche ideológica conservadora sem precedentes. Os projetos utópicos foram coloca-

dos em cheque, principalmente com a ideia de fim das “grandes narrativas” e “crise dos paradigmas”. Alguns conceitos como o de pós-modernidade foram apropriados como qualificativos ideológicos no sentido de serem sustentadores da ideia de uma era do fim dos projetos, da emergência do “homem astuto” em lugar do “homem planejador”.

Contraditoriamente, o processo civilizatório da globalização neoliberal fez emergir novos conflitos, principalmente no campo das perspectivas culturais e identitárias. O fundo desta contradição é de origem social embora seja transmitida como de “conflito de civilizações”, próximo a ideia do pensador ultradireitista Samuel Huntington (2009).

A guerra das civilizações profetizada pelo ideólogo estadunidense serve como justificativa para a manutenção da poderosa indústria bélica da única superpotência do planeta. No nível macro, o projeto geopolítico das grandes potências capitalistas vai no sentido de dissuadir pela via das ameaças bélicas qualquer projeto soberano que emerja de nações do chamado Terceiro Mundo. A justificativa ideológica é sempre o desrespeito a qualquer dos valores presentes no tripé do modelo da globalização neoliberal: ou a não existência de um sistema de democracia liberal clássico (por isto, os inimigos são sempre chamados de “ditadores”, “autoritários”, “opressores”) e, contrariamente, os que são autoritários, opressores e ditadores mas amigos do império tem sua existência justificada pelo papel que desempenham na sustentação do modelo econômico hegemônico (como o caso das monarquias autocráticas do Oriente Médio, caso da Arábia Saudita e do Kuwait).

O poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz (mídia).

Ideologicamente, o sistema de comunicação de massa ocupa um papel central. Primeiro, é ele que faz a ponte e constrói este cenário mundial – o mundo, hoje, é acessível pelas disponibilidades de acesso às informações via o sistema de comunicação. Segundo, porque a comunicação se transformou no principal “intelectual orgânico” deste processo de globalização neoliberal, conforme afirma Otávio Ianni.¹ E, terceiro, que a própria indústria

1 IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

da comunicação e da cultura se transformaram na mais recente fronteira de expansão e reprodução do capital, sendo ela própria, um “grande negócio”.

O MONOPÓLIO DO DINHEIRO

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman chama o momento em que vivemos atualmente de “tempos líquido-modernos”. Para ele, este momento pode ser caracterizado por várias traços, entre eles, destacamos o que ele chama de “separação e iminente divórcio entre poder e política”.²

Para Bauman, o poder se desloca da esfera política para o domínio das corporações privadas. A nova ordem econômica que emergiu do mundo pós-Guerra Fria consolidou um novo paradigma do capitalismo em que os processos produtivos de conectaram mundialmente formando uma grande “linha de montagem global”. As corporações capitalistas passaram a articular diversas localidades produtivas, gerenciadas a partir de um comando central. Alguns exemplos:

a-) a corporação Nike articula uma rede mundial de empresas e empreendimentos que se responsabilizam pela produção de parte dos seus produtos – confecção do material, pintura, acabamento, etc – tudo sob a direção centralizada que confere algumas exigências de qualidade e de identidade da marca.

b-) a corporação Boeing – fabricante de jatos – utiliza peças produzidas por várias empresas ao redor do mundo, entre elas a própria Embraer brasileira.

Desta forma, a produção capitalista articula diversas dimensões e realidades produtivas, até mesmo trabalho em condições degradantes (como a escravização de crianças na Tailândia para a produção de materiais para a Nike ou de bolivianos, em São Paulo, para a confecção de roupas que recebem a etiqueta da C&A e Marisa ou ainda o trabalho escravo empregado na extração do minério tântalo na República Democrática do Congo, utilizado para a fabricação de celulares e tablets). Com isto, conseguem otimizar ao máximo os recursos dispendidos para a produção, aproveitando as condições mais favoráveis em cada país/lugar.

2 BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

O capital passa, então, a pressionar os Estados nacionais a criarem condições mais favoráveis que são, nesta lógica, a desregulamentação do trabalho e a liberalização dos fluxos de capital. Estas são as premissas principais para a redução do Estado e, conseqüentemente, para o desmonte dos mecanismos institucionais de proteção social.

Os dados abaixo comparam os PIBs de países com o faturamento das maiores empresas do mundo no ano de 2009, segundo a revista *Fortune* e o Fundo Monetário Internacional. A maior corporação global em termos de faturamento é o WalMart (rede varejista) que teve um faturamento maior que os PIBs da Argentina, Suécia, Arábia Saudita e próximo da Polônia.

Posição no Ranking	País / Empresa	PIB Nominal / Anual (milhões US\$)
1°	Estados Unidos da América	14.256.275
2°	Japão	5.068.059
3°	China	4.908.982
4°	Alemanha	3.352.742
5°	França	2.675.915
6°	Reino Unido	2.183.607
7°	Itália	2.118.264
8°	Brasil	1.574.039
9°	Espanha	1.464.040
10°	Canadá	1.336.427
20°	Bélgica	470.400
21°	Polônia	430.197
22°	<i>Walmart Stores</i>	408.214
23°	Suécia	405.440
27°	Arábia Saudita	369.671
31°	Argentina	310.065
34°	<i>Royal Dutch Shell</i>	285.129
35°	<i>Exxon Mobil</i>	284.650
37°	<i>British Petroleun</i>	246.138
44°	<i>Toyota Motor</i>	204.106
45°	<i>Post Holding Japão</i>	202.196
50°	<i>Sinopec</i>	187.517

Empresas - Fonte: revista Fortune Países - Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

A forma que a corporação WalMart conseguiu chegar a esta posição é evidente. A empresa é conhecida, nos EUA inclusive, pelo desrespeito sistemático às leis e convenções de trabalho, impede os funcionários de se filiarem aos sindicatos (punindo-os com demissão ou transferência para outras localidades) e há denúncias até mesmo de exploração do trabalho infantil.

O Wal Mart é o símbolo de um mundo marcado por brutal concentração de riquezas. Os seis herdeiros de Sam Walton, fundador da empresa, tem uma fortuna calculada em US\$93 bilhões, equivalente a renda acumulada pelos 30% mais pobres dos EUA!³

Uma das áreas mais importantes do poder global das corporações é o sistema financeiro. Segundo dados do FMI e outras agências, entre 2007 e 2009 circulavam no mercado financeiro mundial o equivalente a 720 trilhões de dólares em produtos financeiros e derivativos especulativos. O PIB de todos os países do planeta, porém, somava apenas 62 trilhões, ou seja em torno de 9% disto. O que significa que o mercado financeiro movimentava 91% de recursos “virtuais”, sem lastro. Comparando: o comércio mundial movimentou 15 trilhões.

Este capital especulativo circula no mundo a partir de centros localizados em determinadas partes do mundo. As movimentações destes centros especulativos determinam, em boa parte, a saúde financeira de nações no mundo todo, impondo situações que potencializam ou limitam os recursos disponíveis para os Estados nacionais desenvolverem políticas públicas. Assim, todo o universo político fica subordinado ao verdadeiro centro do poder, o poder do capital.

O mapa abaixo mostra a desproporção da movimentação de recursos nas bolsas de valores, um dos principais centros do capital especulativo. Este mapa foi publicado em uma edição especial da revista “Le Monde Diplomatique”. Segundo a publicação, “apesar da emergência das Bolsas de Valores asiática, os fluxos financeiros irrigam antes de tudo os países do Norte, submetidos a uma concentração frenética”.

3 Ver o artigo de Heloisa VILELLA, “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Vioomundo” (<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)



O poder do capital ainda se manifesta pela institucionalização das chamadas agências de risco. Estas instituições criadas como empresas de assessoria e consultoria para o grande capital definir as suas estratégias de investimentos transformaram-se nos verdadeiros tribunais de julgamento de nações. Ao atribuir-lhes notas ou conceitos favoráveis e desfavoráveis, indicam ao capital especulativo os movimentos de entrada e/ou saída. Com isto, uma nota desfavorável de uma agência de avaliação de risco significa a saída imediata de uma imensa soma de recursos que, em um capitalismo movido a especulação, pode significar a ruína de uma economia nacional.

Por esta razão, as medidas econômicas tomadas pelos governos nacionais se direcionam para a satisfação não dos cidadãos que, teoricamente, os elegem e os mantêm, mas sim à aprovação destas agências que, em última instância, representam os interesses do grande capital.

O MONOPÓLIO DAS ARMAS

O poder global que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal tem um segundo pé que é a indústria bélica, extremamente concentrada nos Estados Unidos da América.

O fim do bloco soviético e da sua articulação militar – o “Pacto de Varsóvia” – transformou a OTAN e os EUA na “polícia do mundo” que sequer é controlada pelos fóruns internacionais.

Segundo a revista *The Economist*, os gastos militares dos EUA são da ordem de 700 bilhões de dólares, maior que o total de orçamento militar de 17 países, conforme se mostra no gráfico abaixo, retirado da revista. O valor do orçamento militar dos EUA supera, de longe, o segundo colocado – a China, que pouco passa dos 100 bilhões.

País	Gastos militares em % PIB	Em US\$ bilhões
EUA	4,8	700
China	2,1	Todos somados: 650 (inferior aos EUA)
Grã Bretanha	2,7	
França	2,3	
Rússia	4,0	
Japão	1,0	
Arábia Saudita	10,4	
Alemanha	1,3	
Índia	2,7	
Itália	1,8	
Brasil	1,6	
Coreia do Sul	2,8	
Austrália	2,0	
Canadá	1,5	
Turquia	2,4	

Fonte: Stockholm International Peace Reserach Institute (SIPRI)

As Forças Armadas dos EUA se organizam globalmente com a presença de bases em todas as regiões do planeta, o que possibilita o deslocamento de tropas de forma rápida para qualquer parte do mundo que for “necessária”. Ao lado disso, os gastos vultosos no orçamento militar possibilita a sofisticação tecnológica da máquina militar dos EUA.

Um exemplo disto é a guerra dos drones executada pelos EUA em regiões do Paquistão dominada pelo grupo Al-Qaeda desde 2004. Drones são aviões teleguiados, que permitem as forças armadas estadunidenses atacarem regiões sem colocar em risco seus soldados. Eles dirigem estes aviões tranquilamente de bases localizadas no próprio território estadunidense, não passam pelo desgaste de combaterem em um terreno hostil e não há perigo de baixas – sempre um problema de desgaste político junto a opinião pública dos EUA. Guerrear virou uma tarefa prosaica, o soldado comparece à

base no seu horário de trabalho e depois pode tranquilamente voltar para a sua casa. (Parks, 2011)

O desenvolvimento extraordinário desta política bélica possibilita também uma nova fronteira para a expansão do capital. A indústria bélica no mundo cresce assustadoramente e chegou a faturar US\$1 trilhão com as guerras no Oriente Médio patrocinadas pelos EUA. A revista *The Economist* publicou também um ranking das principais indústrias de armamentos no mundo que crescem com esta corrida:

	Empresa	Faturamento com venda de armamentos (em US\$bi)	% da venda de armamentos sobre o total da receita
1º.	BAE Systems (Ing)	33	95%
2º.	Lockheed Martin (EUA)	30	70%
3º.	Boeing (EUA)	28	48%
4º.	Northrop Grumman (EUA)	26	77%
5º.	General Dynamics (EUA)	23	78%
6º.	Raytheon (EUA)	21	91%
7º.	EADS (Europa)	18	28%
8º.	Finmeccanica (Itália)	13	52%
9º.	L3 Com (EUA)	12	82%
10º.	Thales (França)	11	58%

Fonte: Stockholm International Peace Reserach Institute (SIPRI)

Percebe-se que das dez primeiras colocadas neste ranking, seis são dos EUA – Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics, Raytheon e L3 Communications, todas com faturamento que vão de 11 a 35 bilhões de dólares. A concentração aqui é semelhante a que se viu na concentração do poder do capital – empresas norte-americanas e algumas europeias dominando o cenário.

O crescimento da indústria de guerra não ocorre à toa. A concentração do poder do capital conforme se viu no item anterior gera uma brutal desigualdade, principalmente porque ele ocorre via a desregulamentação do trabalho e o aumento da exploração do trabalho. O poder bélico aparece assim, como um elemento de dissuasão de qualquer foco de rebeldia ante a este processo civilizatório. É a tarefa que coube ao Estado – se o poder se divorciou da política, conforme afirma Bauman, o poder de Estado não desapareceu, apenas se concentrou e especializou como instituição repressora. Esta acaba sendo a única razão de ser da existência do Estado.

O terceiro ponto do tripé que constitui o poder global é o monopólio da indústria da comunicação e da cultura. Neste aspecto, é importante apontar algumas características.

A primeira delas é a transfiguração do sentido do que é *jornalismo* no seu sentido original do termo para o que é *mídia* atualmente. O jornalismo é produto do projeto moderno. Conforme afirma Ciro Marcondes Filho (2001), a aventura do jornalismo se confunde com a aventura da modernidade e do espírito burguês. Nos seus primórdios, o jornalismo significava uma atividade voltada ao *esclarecimento* no sentido iluminista da palavra, era a expansão da esfera pública para além dos círculos restritos dos cafés e clubes das elites. Esta era a ideia de “quarto poder” – um poder que representaria os cidadãos na fiscalização dos poderes da república, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Esta primeira fase do jornalismo, do publicismo de ideias, da busca do esclarecimento e da ilustração, da representação de ideias, vai ser paulatinamente transfigurado para uma fase de *mercantilização*. Isto em função do desenvolvimento das tecnologias produtivas, da percepção por parte das classes dominantes de que este jornalismo de esclarecimento era, também, apropriado pelas correntes socialistas e operárias (aqui é importante lembrar e registrar a participação de grande parte das lideranças socialistas nos jornais da época) e também pelas possibilidades abertas do jornalismo se transformar em uma nova dimensão de expansão do capital.

É aqui que se consolida o jornalismo como uma atividade comercial, que se profissionaliza a atividade de jornalista e que se consolidam os cânones de um jornalismo “neutro, imparcial e objetivo”. A própria ideia de “liberdade de expressão” presente na maioria dos documentos liberais – “*freedom of speech*” – vinculava-se a ideia de uma livre expressão de todos os segmentos sociais e não apenas dos poderes constituídos. Liberdade de expressão é, portanto, um direito da sociedade. A medida que o jornalismo se articula como *empresa*, o capital “sequestra”, apropria-se deste direito público e transforma o direito da “liberdade de expressão” em direito da “liberdade do capital”.

Os grandes conglomerados jornalísticos que vão se formando permitem que certos magnatas da imprensa cheguem ao cúmulo de criar fatos, como é a fala de Cidadão Kane (filme de Orson Welles), grande empresário

da comunicação inspirado em William Hearst, que se gabava de poder “inventar uma guerra pelos seus jornais”.

Este poder da imprensa sofre uma transformação com a transfiguração das empresas jornalísticas em *empresas midiáticas*. Entendemos aqui mídia toda a transmissão de informação e entretenimento pelos dispositivos tecnológicos de massificação. O esvaziamento da política como lócus de debate público, o seu divórcio do poder, praticamente esvazia o jornalismo tradicional – mesmo aquele *manipulado* pelos empresários – e a construção dos consensos ideológicos vai sendo erigida por uma indústria de entretenimento midiático.

Muniz Sodré afirma que esta indústria da comunicação opera com mecanismos de sensibilização muito mais do que mecanismos racionais. A construção de imagens, de modelos de comportamento de consumo, de celebridades midiáticas que passam a ganhar uma legitimação de fala acima das autoridades tradicionais, tudo potencializado com a emergência de uma sociedade imagética – aqui é importante destacar o marco que foi a entrada dos dispositivos midiáticos audiovisuais – criam um espaço de jogo de seduções. Ele chama este processo de “modelo irradiante de midiatização” que, segundo ele:

(...) dá-se uma equivalência generalizada das coisas, inclusive entre sujeito e objeto. Em vez da troca simbólica, dá-se uma interatividade movida por simulacros, redes ou centrais de comutação, que provoca a autonomização das linguagens codificadas e dessubstancializa as referências clássicas do real. (Sodré, 2006: p. 34)

A razão instrumental – aquela razão dissociada de aspectos éticos e voltada única e exclusivamente para a reprodução do capital – criticada por Adorno e Horkheimer para demonstrar a falência do projeto iluminista também reduz o seu espaço. A dominação contemporânea não se exerce pela razão instrumental principalmente mas pelos mecanismos de sedução imagética.

A mesma concentração que se observa nos monopólios da armas e do capital acontece também na indústria cultural. Seis corporações globais dominam mais de 80% da produção midiática e cultural no mundo: Disney, Time Warner, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann.

Esta concentração unifica, sob uma mesma direção, produções midiáticas voltadas para a informação, lazer e divulgação publicitária. Uma avalanche de bens simbólicos circula pelas redes conectadas e dirigidas por estes centros irradiadores, construindo uma esfera de consumo.

A segunda questão a ser tratada é que esta estrutura de poder coloniza a construção de identidades sociais atendendo as expectativas de um modelo capitalista centrado nos nichos de mercado. Para McLaren (2000):

Os profissionais da publicidade e marketing podem cortar a sociedade em segmentos ou subgrupos, cada qual caracterizado por certas atitudes, comportamentos e estilos de vida. Estes são os desejos coletivos elaborados por demandas de mercado da cultura dominante – correlações inevitáveis de formas particulares de poder econômico. (McLaren, 2000: p. 185)

Com isto, a indústria cultural e da comunicação dá sustentação ao modelo do capitalismo global vigente, incorporando as diferenças sob a lógica do mercado globalizado. As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural.

Um outro aspecto importante a ser considerado com relação ao monopólio midiático é o seu papel de “destruição da esfera da opinião pública”. O conceito clássico de opinião pública, definido por Habermas (2003), prevê um espaço onde cidadãos livres expressavam suas opiniões – com base na *razão esclarecedora* – e a imprensa, nos seus primórdios, representava e ampliava este território.

Porém, a transfiguração do jornalismo *stricto sensu* para o espaço midiático significou também a transformação dos valores presentes na ideia de jornalismo e esfera pública. Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo*, afirma que para o discurso midiático hoje não interessa mais o verídico, mas sim o verossímil, o confiável e o célebre. (Lasch, 1983)

Sai de cena a autoridade da fala do conhecimento (e, por tabela, do intelectual, mesmo o orgânico da classe dominante) e entra a celebridade, cuja autoridade de fala é dada tautologicamente pela mídia – está na mídia porque é famoso e é famoso porque está na mídia.

A informação passa a ser subsumida pela lógica do entretenimento e do consumo (o que gerou a estranha categoria midiática do *infotainment*, o infotenimento) consolidando o esvaziamento da política enquanto espaço de poder. A esfera política vira, assim, mero território cênico, onde imagens

de celebridades desfilam falas, narrativas visuais, sentimentos e projeções de sensações articulando a organicidade social pelas “sensibilidades”.

O julgamento do chamado escândalo do mensalão em 2012 que teve uma cobertura significativa dos aparelhos midiáticos brasileiros trouxe esta dimensão de sensibilidades e verossimilhanças para uma dimensão do poder até então mediada pelo discurso de uma tecnicidade acima das disputas políticas – o Poder Judiciário. O debate político explícito no julgamento desta causa ficou obliterado pela mobilização dos desejos de punição, aproximando de sentidos existentes em linchamentos públicos. Também foi subsumido o debate técnico-jurídico que existiu no julgamento, fazendo com que as divergências se transformassem em um jogo de mocinhos e vilões, bem contra o mal.

A síntese apresentada pelos telejornais da Rede Globo de Televisão no dia 23 de outubro daquele ano é esclarecedora a este respeito: cenas entrecortadas dos debates, uma montagem com frases de efeito pinçadas dos discursos dos ministros do supremo, as imagens frequentes de falas do relator do caso sempre em pé, indignado, de cara amarrada, como um inquisidor, contrastada com o revisor do caso (que sempre tinha uma postura divergente do relator), falando sentado, sereno, expressando uma postura defensiva ante o “inquisidor”. Pouco se esclareceu sobre o percurso do caso, sobre os argumentos de cada parte, sobre quais são as teorias jurídicas em jogo, etc.

Com isto, ao irradiar esta maneira de sociabilidades, ao construir uma territorialidade simbólica que altera significativamente as formas dos embates políticos, o monopólio da voz realiza, silenciosamente, a supremacia do poder global do capital.

A POLÍTICA SE DESLOCA E SE DESFOCA

O cenário construído por esta estrutura de poder reduz – chegando ao mínimo – o debate ideológico (aproveitando a situação favorável com a derrocada dos regimes do Leste Europeu no final dos anos 1980 que gerou as condições objetivas para o discurso do “fim do socialismo” ou “fim das grandes narrativas”) e deixa um vácuo que é ocupado pelo *debate moral* e o *debate tecnicista-gerencial*. Assim, os embates políticos se transfiguram para uma discussão de “competências técnico-administrativas” e por “prin-

cípios morais”. Aproxima-se, assim, do que Adorno e Horkheimer (1991) conceituavam como uma “sociedade administrada” ou regida pela razão instrumental.

O problema da corrupção, por exemplo, sai do terreno político – a corrupção como produto de um determinado sistema político que envolve modelos de financiamento de campanhas, tipos de relações entre Poder Público e Poder econômico, influência eleitoral do poder econômico, entre outros – e se desenvolve no terreno moral: a corrupção é vista única e exclusivamente como produto do “caráter” do agente público. Ou então é generalizado de tal forma como se fosse um comportamento “natural” de quem está na política.

Este moralismo do debate político acaba também por trazer questões de vida privada para o cenário público. Comportamentos pessoais são avaliados por princípios morais de cunho religioso. O moralismo conservador inclusive coloca barreiras a participação feminina na política, uma vez que as regras morais consolidadas são mais controladoras dos comportamentos das mulheres.

Já a competência técnico-gerencial ou técnico-administrativa encaixa-se em um perfil de poder público que tem a funcionalidade empresarial como paradigma. Subsumido à lógica do capital, o poder público se organiza para dar atendimento e sustentação as ações do capital globalizado. Assim, garantir uma política econômica que esteja de acordo com as demandas do grande capital não é tratada, pelo discurso midiático, como uma “opção política” e sim como uma “ação competente e correta”. Os “analistas” de mídia na área econômica, por exemplo, transformam a economia em uma ciência exata. As decisões são avaliadas na perspectiva da correção ou incorreção e não como uma opção política.

Por fim, as ações do Estado se concentram no aspecto repressivo. Em lugar da política, a polícia. A manutenção de uma ordem como esta que implica na concentração crescente de renda, no poder transferido para o grande capital e na colonização do poder público pelos agentes do capital só pode ser garantida com um sistema repressivo sofisticado. Este sistema repressivo, entretanto, não se realiza por meio de regimes ditatoriais no sentido clássico, mas em regimes “democrático-liberais” com espaços públicos esvaziados, com poder fora da política, com debates políticos despolitizados e marcados pela presença de valores moralistas e/ou tecnicistas.

Não há espaço nesta forma de sociabilidade para um jornalismo fomentador do debate político como foi o jornalismo no período publicista. O jornalismo se coloniza pelo discurso midiático na perspectiva de uma tecnologia de sociabilidades – de compreensão e ação – centrada nas sensações e no entretenimento imediato.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

Dossiê Le Monde Diplomatique – “Quem manda no mundo”, - n. 10, jul/ago de 2012, p. 22

HABERMAS, J. **A mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: Tempo Universitário, 2003

HUTTINGTON, S. **Choque das civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983

MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2001

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000

PARKS, Lisa. **Coverage**. NY: Paperback, 2011

SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006

VILELLA, H. “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Viomundo” (<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES,
SANDRA PAULA DA SILVA BATISTÃO, SANDRA APARECIDA SANTANA ASSALI
ISABEL AKEMI HAMADA, ELIANE CANDIDA PEREIRA

INTRODUÇÃO

O texto tem a finalidade de comunicar concepções teóricas que organizam as pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Políticas de Estado realizadas pelos integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural – GEPESPP USP, assim como divulgar os resultados das pesquisas mais recentemente produzidas pelos seus integrantes, no que se refere aos possíveis caminhos para as transformações na realidade social.

A atividade de estudo no GEPESPP inicia-se no ano de 2008 com o objetivo de fundamentar teoricamente o desenvolvimento de projetos de extensão sobre educação e desenvolvimento do psiquismo humano e de subsidiar pesquisas de término de curso no campo do trabalho, da educação e do lazer. No ano de 2010, oficializam-se as ações de estudo e pesquisa no GEPESPP, quando o mesmo é cadastrado no CNPq, visando a inserção do grupo nos programas de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política¹ e em Educação², ambos na Universidade de São Paulo.

O marco teórico-metodológico dos estudos e pesquisas no grupo é o Materialismo Histórico Dialético, enquanto método de investigação e explicação da realidade concreta, e a Teoria Histórico-Cultural que orienta os

1 O GEPESPP vincula-se, desde a sua implantação em 2010, ao programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

2 Em 2011 o GEPESPP passa a receber estudantes nos níveis de mestrado e doutorado no programa de pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da USP.

estudos sobre a constituição e o desenvolvimento do psiquismo humano (VIGOTSKI, 2001) a partir das mediações simbólicas (BERNARDES, 2012), das atividades humanas em geral (MARX, 1996; LEONTIEV, 1983) e das atividades específicas, no caso a atividade pedagógica (BERNARDES, 2009; MOURA, 2010), como aquela que organiza os processos educativos no contexto escolar.

A partir da análise crítica da realidade educacional brasileira, as pesquisas no GEPESPP visam contribuir para o desenvolvimento dos processos educativos, entendidos como mediadores nas transformações da realidade social, ao assumirem a condição de *virem a ser* promotores do desenvolvimento psíquico dos sujeitos e da própria sociedade. Neste contexto de pesquisa, são contempladas situações desencadeadoras de “modos de ação” (LEONTIEV, 1983; BERNARDES, 2012) na atividade pedagógica e na atividade de formação de professores, assim como são analisados os processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação de políticas de Estado no campo da educação.

A ATIVIDADE DE PESQUISA E O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Políticas de Estado em educação, práxis como atividade formadora e trabalho, educação e lazer: contribuições para o desenvolvimento humano são identificadas como as linhas de pesquisa no GEPESPP. De forma geral, tais eixos de investigação são objetos das pesquisas que analisam os limites e as possibilidades de objetivação das potencialidades humanas (enquanto ser genérico) nos sujeitos singulares, por meio das condições mediadoras que expressam as contradições presentes na sociedade contemporânea.

Pela lógica dialética, a produção teórico-prática no grupo procura explicar os meios para a superação do processo histórico de alienação (HELLER, 2008) presente no cotidiano da sociedade. Como método de investigação e de produção do conhecimento, a relação entre o ser genérico e o ser individual, mediada pelas condições dadas pela vida em sociedade, é representada, segundo Oliveira (2005), pela relação *singular-particular-universal* própria do materialismo histórico.

O *singular* é compreendido como o ser individual que precisa se relacionar com o conjunto de produção humana elaborado historicamente (bens materiais e intelectuais) para emancipar-se. O *universal* é entendido como

ser humano genérico, que se produz histórica e socialmente, representado como a meta máxima de humanização a ser objetivada nos seres individuais. O *particular* é identificado como o conjunto de ações possibilitadas pela vida em sociedade que medeiam a relação entre o ser genérico/social e o ser individual, ou seja, o particular representa as condições historicamente instituídas na sociedade que determinam a forma e o conteúdo das mediações nas relações interpessoais. Salienta-se que as condições particulares não podem ser entendidas como as condições máximas de humanização, mas apenas como aquelas que validam o movimento de exclusão existente nas sociedades de classe. Segundo Tanamachi, Asbahr e Bernardes (2013, p. 6), quando o particular é concebido como a condição de existência do ser social “a emancipação é entendida como emancipação meramente política, a liberdade é a de mercado e a adaptação é o princípio fundamental nas condições particulares”.

Assim, a mediação é considerada uma categoria fundante nas pesquisas realizadas no grupo, uma vez que é pela mediação da produção humana (a cultura elaborada historicamente pelo conjunto dos homens) que se concebe ser possível criar condições para que as potencialidades do gênero humano possam ser objetivadas nos seres individuais. O estudo das *atividades mediadoras (o particular)*, que criam possibilidades para a objetivação das máximas potencialidades humanas nos indivíduos singulares, é entendido como *uma necessidade* nas pesquisas no GEPESPP.

Neste sentido, a Educação é entendida como mediação no movimento de transformação da realidade social. Ao mesmo tempo em que se entende que a Educação, em si, não pode promover a transformação da própria sociedade, concebe-se também não ser possível nenhuma transformação social sem que uma Educação - pautada numa visão crítica da própria sociedade - seja mediada, como um conjunto de valores sociais instituídos histórico e culturalmente. Assume-se, portanto, coletivamente um compromisso ético e político na produção do conhecimento no campo da Educação como uma atividade mediadora que visa a emancipação humana e, conseqüentemente, a transformação da própria sociedade.

Entende-se, portanto, ser a partir do movimento dialético de apropriação e de produção da cultura presente pelos processos educativos que os sujeitos atuam sobre a realidade concreta transformando-a e se autotransformando (mesmo que de forma diferenciada), de acordo com as atividades que participam. Esta objetivação do ser genérico no ser individual, a partir

pelas mediações possibilitadas pelas relações interpessoais é representada na figura abaixo e expressa a relação entre o singular-particular-universal (OLIVEIRA, 2005), própria do método de investigação que orienta as pesquisas no grupo.

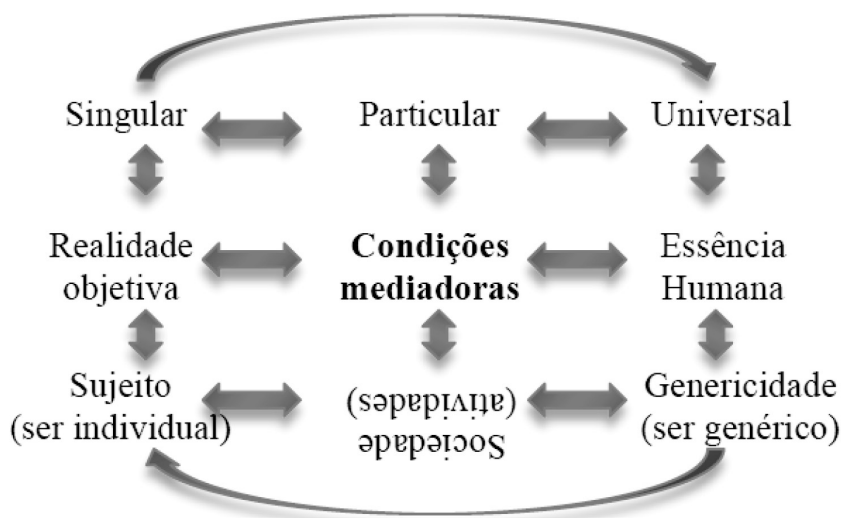


Figura 1 – Relação Singular-Particular-Universal
 Fonte: (Bernardes, 2010, p. 303)

De forma geral, entende-se que as *condições mediadoras* são determinadas pelos diferentes processos sociais que se organizam historicamente na sociedade. Ao mesmo tempo em que a dimensão histórica dos fenômenos e fatos sociais é considerada determinante na constituição da sociedade e do próprio sujeito, a possibilidade de atuação dos sujeitos sobre a realidade modifica e determina os fatos e fenômenos sociais produzindo a própria história, num movimento dialético mediado pelas condições concretas presentes na vida em sociedade. Os processos políticos, econômicos e culturais são considerados determinantes históricos integrados ao conjunto da produção humana. Sendo assim, tais processos são possíveis de serem transformados pelo conjunto dos homens ao fazer parte da história e por transformar as condições mediadoras que a determinam, ou seja, (re)fazendo a própria história.

No estudo do movimento dialético de transformação da realidade, a Educação assume a condição de ser atividade essencialmente humana que me-

deia a formação dos sujeitos e da própria sociedade (BERNARDES, 2010b) a ser investigada nas pesquisas no GEPESPP. Seja na forma de atividade prática (práxis) no contexto escolar, seja na forma de políticas de Estado que determinam as condições concretas da educação na sociedade brasileira, o foco de análise nas pesquisas.

As abstrações que medeiam a análise dos objetos de pesquisa no GEPESPP são, portanto, a concepção dialética de constituição de homem e de mundo e o conjunto de elementos determinados e determinantes históricos que implicam no desenvolvimento e na constituição da sociedade e dos sujeitos. Assim, a orientação das pesquisas realizadas no grupo fundamenta-se na necessidade de explicar os fatos e fenômenos sociais e não limitar-se à sua descrição; dá-se ênfase à análise dos processos históricos de objetivação da realidade no intento de superar a imediatez da mesma; busca-se a essência do objeto de pesquisa para além do que é possível de ser identificado como a aparência captada pelos sentidos.

Ao se conceber a realidade concreta com o ponto de partida das investigação em Educação no grupo, os temas educacionais emergentes expressam o movimento instituído historicamente na sociedade que evidenciam o distanciamento entre o significado social e o sentido pessoal que a Educação assume para as instituições e para os sujeitos na contemporaneidade. Enquanto ponto de chegada, as pesquisas visam apresentar possibilidades e encaminhamentos necessários para a superação das condições concretas na realidade pela via da produção teórico-prática elaborada pelos integrantes do grupo.

Assim, configura-se a necessidade de uma coletividade de estudo e pesquisa que tem como finalidade a produção de conhecimentos científicos que apresentem caminhos para a transformação da própria sociedade. Para que tal finalidade se objetive nas pesquisas, dá-se grande ênfase à atividade em comum (RUBTSOV, 1996) entre os integrantes do grupo. Enquanto atividade coletiva, a pesquisa sobre Educação no GEPESPP vem desenvolvendo um conjunto de ações e operações com o intento de criar possibilidades para que a finalidade do grupo seja correspondente aos seus objetivos. Tal relação é entendida por Leontiev (1970) como necessária para que a atividade, no caso a de pesquisa, seja objetivada. O esquema a seguir é uma representação da unidade molar (LEONTIEV, 1983) na estrutura da atividade.

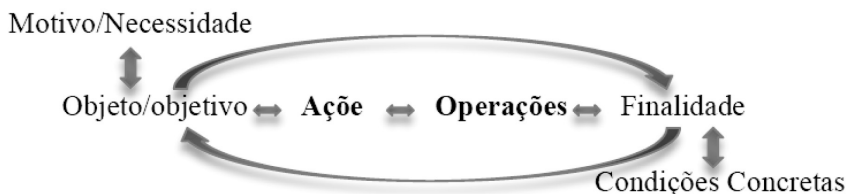


Figura 2 – Unidade Molar na Atividade

Em síntese, a necessidade social que emerge das contradições presentes na sociedade em geral e nos processos educativos contemporâneos desencadeiam motivos para o desenvolvimento de novas pesquisas. Estes, por sua vez, orientam a definição dos objetos de estudo que necessitam de respostas teórico-práticas para a superação da realidade concreta e estabelecem os objetivos das pesquisas. Para que a unidade dialética de fato ocorra na pesquisa enquanto atividade, a finalidade da mesma deve ser correspondente aos seus objetivos. No entanto, tais finalidades somente podem ser objetivadas nas pesquisas mediante determinadas condições criadas pela própria sociedade, as instituições e os agentes sociais, que viabilizam a execução das pesquisas. Mediante tais condições, é organizado um conjunto de ações e operações, identificado como os procedimentos metodológicos específicos em cada pesquisa, definidos de acordo com suas próprias necessidades, para que o método de investigação seja exercitado e cumprido na análise e explicação da realidade concreta.

A REALIDADE CONCRETA E A ATIVIDADE DE PESQUISA NO COLETIVO

Os integrantes do GEPESPP vêm se dedicando ao exercício do pensar sobre as necessidades sociais que emergem de atividades práticas, pessoais e profissionais, e coletivamente têm buscado formas de organização das pesquisas.

No eixo *Trabalho, Educação e Lazer: contribuições para o desenvolvimento humano* o objetivo é elaborar um aporte teórico que relacione trabalho, educação e lazer como atividades humanas que criam condições para a potencialização das características do humano no homem.

A pesquisa realizada³ por Oliveira (2011), *O Trabalho e o Lazer como Unidade Dialética no Processo de Humanização*, parte do pressuposto de que o processo de transformação do homem e da natureza ocorre a partir da apropriação dos bens materiais e ideais elaborados historicamente por meio das atividades humanas; neste aspecto, a unidade entre *produção e apropriação* é assumida como o meio de análise do trabalho e do lazer no processo de humanização. No movimento histórico de transformações ocorridas no modo de produção, entende-se que o tempo passa a ser contado entre o tempo de trabalho alienado e o tempo livre. Neste contexto teórico-metodológico, o objetivo da pesquisa foi discutir o conceito de lazer como uma produção humana que se manifesta como necessidade a partir das transformações ocorridas no trabalho do homem. Oliveira e Bernardes (2012) anunciam como resultado da pesquisa uma concepção de lazer para além das dimensões temporal e individual, considerando-o como uma produção social humana de cunho histórico, cultural e político. Questionam-se, portanto, algumas teorias do lazer que o identificam, em si mesmo, como promotor do desenvolvimento humano e considera-se que tal relação somente pode ser objetivada se o trabalho for identificado como *atividade* que humaniza o próprio homem, fato que se distancia da realidade vigente na sociedade contemporânea.

Na pesquisa *Lazer e Atividade Pedagógica no Contexto Escolar: caminhos para a educação para o lazer* realizadas por Medeiros (2011) e na pesquisa *Projeto Pedagógico Interdisciplinar: caminhos para a educação para o lazer* realizada por Elias (2012)⁴ o objetivo foi encontrar caminhos teórico-práticos para a *educação do lazer* no contexto escolar que visa ampliar as reflexões sobre a educação *pele e para* o lazer, presentes nas teorias contemporâneas do lazer. Os resultados das pesquisas indicam que o lazer está presente na escola, ainda que de forma contraditória, e que o ensino do lazer é inexistente neste contexto, embora os estudantes tenham interesse ao aprendizado do tema. Conclui-se também que os profissionais da educação não entendem a importância do lazer integrado às práticas pedagógicas no contexto escolar (MEDEIROS, 2011). Um dos caminhos encontrados para a superação desta realidade, segundo Elias (2012), foi o desenvolvi-

3 A pesquisa realizada por Sueli Mara de Oliveira vinculou-se ao curso de especialização em Psicologia Política na EACH USP.

4 As pesquisas realizadas por Jaqueline Maria de Medeiros e Ana Claudia Elias foram financiadas pelo CNPq e vincularam-se ao programa de iniciação científica – PIBIC- na EACH USP.

mento de projetos pedagógicos interdisciplinares com a finalidade do *ensino do lazer*, integrado a outras áreas do conhecimento, como meio para o desenvolvimento humano; neste estudo, anuncia-se a necessidade de que o lazer, enquanto fenômeno social de cunho histórico, cultural e político, seja considerado um conteúdo escolar a ser apropriado pelos estudantes na educação formal.

Outro eixo de pesquisa no GEPESPP, *Práxis como Atividade Formadora*, tem como objetivo investigar a unidade dialética teoria-prática na formação profissional do professor e no desenvolvimento de modos de ação na atividade pedagógica, entendida como unidade entre a atividade de estudo e de ensino. Neste eixo concentra-se parte das pesquisas (BERNARDES, 2012, 2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b) desenvolvidas no grupo, sendo que muitas delas integram-se ao GEPAPe – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica – ativo desde 2002, na FE USP, coordenado pelo professor titular Manoel Oriosvaldo de Moura. No entanto, a ênfase neste texto é dada às pesquisas desenvolvidas no GEPESPP, algumas já concluídas e outras em desenvolvimento.

A pesquisa⁵, em desenvolvimento, *A Necessidade de Conceituação Teórica da Práxis na Realidade Educacional* apresenta um estudo teórico sobre o conceito de práxis e tem como objetivo aprofundar o conceito de práxis nos marcos do Materialismo Histórico, de Karl Marx. Defende-se ser esta a referência a elucidar o conceito enquanto ação de transformação, por resgatar uma perspectiva de homem e de mundo desvelada pela compreensão da dimensão ontológica e da filosofia da práxis. Tal concepção possibilita a construção de uma práxis educativa como caminho para superação de práticas cotidianas sedimentadas no senso comum. A pertinência no aprofundamento teórico emerge da necessidade em referendar e subsidiar as ações e reflexões existentes nas diversas áreas da realidade educacional, que requerem a implicação de alguns elementos fundamentais, para *chegar a uma verdadeira concepção da práxis*, conforme afirma Vázquez (2007). Uma práxis consciente, que compreendendo o indivíduo como ser social, com os aspectos subjetivo e objetivo de sua existência, assevera também uma realidade historicizada. Realidade esta, que para ser superada nos seus pontos de vista mecanicista, imediatista e idealista, necessita ser considerada nas

5 Esta pesquisa no nível de mestrado está sendo realizada por Isabel Akemi Hamada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na FE USP.

estruturas sociais e políticas envolvidas. Tendo em vista que contemplar as categorias fundantes da teoria ora discutida, possibilitam a realização do suporte necessário para a construção de uma adequação teórica, o estudo pretende contribuir como caminho para efetivas ações transformadoras no campo da educação (HAMADA; BERNARDES, 2013).

No campo das *políticas de Estado em educação*, outro eixo de pesquisa no GEPESPP, os princípios teórico-metodológico vem se objetivando na análise da atividade de formação de professores e dos processos de inclusão dos sujeitos na sociedade de classes. Algumas pesquisas neste eixo de investigação integram-se ao eixo *práxis como atividade formadora*, uma vez que analisam a práxis dos profissionais da educação em atividade de estudo e de ensino em determinadas políticas de Estado no campo da educação.

A pesquisa⁶ *O Professor em Atividade de Estudo no Movimento de Formação Continuada: Contribuições da Perspectiva Histórico-Cultural* analisa o processo de constituição de uma coletividade de estudos com a finalidade de contribuir para a melhor compreensão das condições necessárias para formação de professores em exercício. O estudo de campo ocorre em uma escola pública municipal, da cidade de São Paulo, quando se viabiliza uma proposta de acompanhamento de atividades de estudo na formação de professores em exercício, dentro do horário coletivo denominado *Jornada Especial Integral em formação – JEIF*. Os pressupostos do materialismo histórico dialético e da teoria histórico-cultural, nos campos da Educação e da Psicologia, fundamentam o entendimento da constituição do sujeito pela mediação do conhecimento no coletivo de estudos, considerando-se a complexidade que envolve as relações sociais neste contexto. Saliendam-se as contribuições da teoria da atividade para o estudo da práxis pedagógica, considerada essencial para o desenvolvimento das ações pedagógicas e para a formação do professor. Os procedimentos metodológicos da investigação visam explicar o conjunto de ações e as condições para a apropriação de conhecimentos científicos, articulando teoria e prática, para orientar a constituição do trabalho educativo do professor no contexto escolar. A pesquisa, em fase final de elaboração, explicita as ações pedagógicas organizadas no processo de formação que criam possibilidades para que o professor entre em atividade de estudo, assim como evidencia as ações e operações que fa-

6 Esta pesquisa é realizada por Sandra Aparecida Santana Assali junto ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, na EACH USP.

vorecem a constituição dos sujeitos pela práxis pedagógica na coletividade de estudo. Tais fatores são considerados relevantes para o desenvolvimento concreto da consciência e da práxis dos professores que integram a coletividade de estudo, junto ao programa de formação em exercício, visando à qualificação deste profissional. A partir das necessidades produzidas na coletividade de estudo, são criadas condições objetivas para que os professores se constituam como sujeitos ativos da atividade pedagógica, entendendo-a como mediadora do processo de desenvolvimento humano. Assim, na articulação da atividade teórico/prática, busca-se explicitar as condições e as circunstâncias na coletividade de estudo que produzem implicações na constituição do professor como sujeito ativo em atividade. Tais condições particulares são entendidas como necessidades para o desenvolvimento da consciência crítica de tais profissionais da educação, mediante as reais possibilidades do ensino no movimento de transformação da realidade. Diante dos dados obtidos na pesquisa participante é possível identificar que o movimento de formação de professores na coletividade de estudo deva criar condições concretas para uma práxis educativa que promova a apropriação de um conhecimento que supere as condições alienantes da escola atual, próprias das políticas educativas vigentes no sistema político e econômico vigente (ASSALI, BERNARDES, 2012).

A pesquisa⁷ em desenvolvimento, *Caminhos para a transformação da práxis do professor na educação inclusiva: um estudo envolvendo alunos com Transtornos do Espectro Autista*, tem como finalidade analisar as condições de inclusão no ensino regular de alunos deficientes, com Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas habilidades. Mais recentemente, a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse cenário, torna-se importante analisar como essas ações tem se objetivado nos sistemas públicos de ensino. Diante disso, esse estudo visa produzir uma contribuição teórica sobre a transformação da práxis do professor para uma atuação voltada à educação para todos, considerando também especificidades do ensino aos alunos com Transtornos do Espectro Autista. O referencial teórico metodológico da pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico Dialético no que se refere à concepção de homem, de

7 A pesquisa está sendo realizada por Eliane Candida Pereira junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE USP.

ciência e à perspectiva de explicar a realidade e as possibilidades concretas para a sua transformação. Com essa perspectiva será realizada uma pesquisa-ação no contexto de formação de professores voltado às práticas inclusivas de uma escola pública municipal da rede de São Bernardo do Campo, SP. Participarão da pesquisa: professores(as) dos anos iniciais do ensino fundamental que tenham um aluno com diagnóstico de Transtornos do Espectro Autista, professor(a) de atendimento educacional especializado (AEE), coordenador(a) pedagógica(a) e diretor(a) escolar dessa unidade escolar da rede pública municipal de São Bernardo do Campo, SP. A prática e intervenção do próprio pesquisador, atuando como orientador pedagógico nessa rede de ensino, será também analisada. São delimitados como objetivos dessa pesquisa: analisar o significado das formações oferecidas para os professores que atuam em turmas regulares em que estão matriculados alunos com Transtornos do Espectro Autista; discutir condições concretas para superação das dificuldades encontradas pelos professores para a organização da atividade pedagógica envolvendo alunos com Transtornos do Espectro Autista; analisar caminhos para a transformação da práxis do professor. Para tal pesquisa-ação serão analisadas, junto com a equipe de gestão da unidade escolar, possibilidades para qualificar as ações formativas e o acompanhamento das práticas pedagógicas no âmbito escolar, de forma a complementar ou alterar as ações, os tempos e os espaços formativos em andamento nessa escola, ainda que dentro dos limites impostos pelas condições de trabalho e a carga horária dos respectivos profissionais. Serão, então, acompanhadas: a organização de momentos formativos dos professores do ensino regular; as discussões sobre as especificidades do ensino para o aluno com Transtornos do Espectro Autista envolvendo também o professor de AEE; as ações e articulações dos sujeitos envolvidos. Esse acompanhamento se dará por observações de reuniões e aulas, entrevistas semi estruturadas com os professores envolvidos, bem como, por meio dos registros sobre a atuação do orientador pedagógico, pesquisador nesse trabalho. Para a compreensão do fenômeno em sua totalidade será preciso também buscar informações sobre a organização da educação inclusiva no sistema educacional no qual está inserida a escola onde ocorrerá a pesquisa, a fim de tomar possível articular a discussão das inter-relações dentro do sistema, tais como as relações na própria escola e as relações da escola com a política educacional vigente, por meio de análises documentais. Será realizada uma análise documental sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, destacando-se o conhecimento sobre os planos de ensino da unidade escolar e os planos da formação continuada para os professores. Com

essas ações, no movimento final da pesquisa, espera-se ser possível analisar quais são as necessidades de superação para a educação inclusiva envolvendo alunos com Transtornos do Espectro Autista concretizar-se nas práticas educativas no cotidiano escola por meio da formação dos professores, bem como espera-se apontar caminhos para a transformação da práxis do professor.

A pesquisa⁸ *A Condicionalidade de Educação dos Programas de Transferência de Renda: uma análise crítica do Programa Bolsa Família* aborda os programas de transferência de renda atrelados às propostas educacionais, especificamente o programa Bolsa Família. Questiona-se a condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF), que implica na transferência direta de renda às famílias beneficiárias, conforme frequência escolar mínima exigida às crianças e adolescentes. A tese que sustenta a eficácia de tal condicionalidade pela política de Estado é interpelada à luz do materialismo histórico e dialético. A educação na execução do programa é analisada e colocada em xeque a partir da exposição teórica que se debruça sobre a função e a importância da educação enquanto instrumento capaz de intervir efetivamente no enfrentamento à pobreza. Entende-se que programas de transferência de renda atrelados à educação devem se fundamentar em uma proposta mais efetiva, prática e teórica sobre seu papel na contribuição do processo educativo das famílias beneficiárias do PBF, portanto sobre sua real influência na tentativa de romper o círculo da pobreza. A perspectiva crítica deste entendimento passa pela análise e revisão da formação socioeconômica vigente no país, a fim de que se possam traçar horizontes teórico-metodológicos capazes de superar as condições instituídas na sociedade e o aperfeiçoamento operacional dos programas de transferência de renda condicionados, todavia pouco efetivo no enfrentamento massivo da condição de pobreza/extrema pobreza que acerbam milhões de brasileiros (Carnelossi; Bernardes, 2011).

A pesquisa⁹ *Educação Inclusiva ou Educação para todos? Contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar* investiga os limites e as possibilidades, a partir da gestão de política de Estado, para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor

8 A pesquisa foi realizada por Bruna Cristina Neves Carnelossi junto ao curso de especialização em Psicologia Política na EACH USP.

9 Esta pesquisa foi elaborada por Sandra Paula da Silva Batistão junto ao Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política da EACH USP.

frente à proposta de um contexto educacional inclusivo. A finalidade da pesquisa é problematizar os fenômenos de inclusão e exclusão educacional enquanto produção social, visando sinalizar possibilidades de superação do que está instituído no processo educacional inclusivo, no município de Santo André. Durante o percurso de investigação os conceitos de Estado, Educação, Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais são tratados a partir dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. O contexto de análise da pesquisa contempla a totalidade que integra a *gestão de política pública*, o *professor assessor de educação inclusiva – PAEI*, a *professora das séries iniciais do ensino fundamental que integrada à pesquisa*, e a *equipe escolar* composta pela diretora, vice-diretora, assistente pedagógica e agente social de inclusão. Destaca-se nesta análise a função social dos sujeitos envolvidos no processo educativo, quando estes, no cotidiano da escolar, deparam-se com alunos com diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e ou deficiência. Sabe-se que muito tem sido discutido sobre a escola inclusiva como sendo aquela que matricula alunos com deficiência na sala regular de ensino, no entanto, esta pesquisa problematiza não somente a inclusão educacional do aluno com deficiência ou do aluno com dificuldades de aprendizagem, mas a inclusão através da mediação do conhecimento científico como aquele que deve ser oportunizado para todos os alunos da escola pública. Os procedimentos metodológicos da pesquisa na análise da política de Estado consistiram em: consultar as fontes primárias buscando o historicismo da política de educação, desde o princípio da educação inclusiva no município de Santo André; analisar a atuação do PAEI por meio da consulta às agendas mensais e semanais e às pautas de reuniões da assessoria, entre outros; analisar os registros de planejamento das ações educativas e de instrumento de avaliação da professora assessorada sobre o CADE; analisar registros da equipe escolar sobre o cotidiano da escola realizados no exercício da assessoria. As categorias de análise, que emergiram da própria realidade investigada, são *a dimensão tarefaira na ação pedagógica*, *a imediatividade na realidade concreta* e *a governança do tempo e do espaço* no conjunto de ações presentes na educação inclusiva. Os resultados encontrados na pesquisa (Batistão, 2013) possibilitam a proposição de um conjunto de elementos que indicam novas necessidades a serem viabilizadas em todo o contexto de análise, como forma de garantir as reais possibilidades para o exercício de uma educação que pretende ser inclusiva.

NOVAS NECESSIDADES E A PESQUISA NO GEPESPP

Ao assumir a Educação como tema central das pesquisas no GEPESPP, reitera-se a proposta do grupo em realizar estudos científicos que analisem os processos educativos enquanto realidade concreta, entendida como produto de determinantes históricos, com implicações políticas, econômicas e sociais. A análise teórico-prática desta realidade diversa, caótica, é mediada pelas teorias críticas da educação e das políticas de Estado, de acordo com o referencial teórico-metodológico citado anteriormente.

A investigação, portanto, das novas necessidades emergentes dos processos educativos instituídos na sociedade contemporânea pressupõe a produção de conhecimento que explicitem caminhos para a superação das condições vigentes na sociedade, sendo estes estendidos como uma nova possibilidade de explicação da realidade, agora reelaborada no pensamento. Tal compreensão da realidade pressupõe uma ação interventiva sobre a mesma, transformando-a.

Este contexto de investigação, neste momento, propõe estudos sobre problemas que se relacionam às políticas de Estado que organizam a educação brasileira nos âmbitos, federal, estadual e municipal. O estudo das propostas educacionais nos diferentes níveis de escolarização, visam contribuir para o desenvolvimento das propostas de formação de professores, assim como das diretrizes pedagógicas para o ensino em busca de caminhos para a superação do fracasso escolar. Ao propor a análise da práxis, as pesquisas no grupo também focalizam a atividade pedagógica como a forma de organização do ensino que seja promotor do desenvolvimento das funções psíquicas superiores.

Esse é o compromisso ético político dos participantes que integram o GEPESPP, ao assumirem que a finalidade das pesquisas é contribuir para o desenvolvimento da Educação como atividade que promova a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ASSALI, S. A. S.; BERNARDES, M. E. M. O professor em atividade de estudo no movimento de formação continuada: contribuições da perspecti-

va histórico-cultural. In: **ENDIPE**, 16, Campinas, SP: UNICAMP, 2012. p. 002379-002390.

BATISTÃO, S. P. da S. **Educação Inclusiva ou Educação para Todos? Contribuições da Teoria Histórico Cultural para uma análise crítica da realidade escolar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BERNARDES, M. E. M. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica: contribuições da teoria histórico-cultural para o ensino e aprendizagem**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

_____. O método de investigação na psicologia histórico-cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. **Revista Psicologia Política** (Impresso), v. 10, p. 297-313, 2010a.

_____. A educação como mediação na teoria histórico-cultural: compromissos ético e político no processo de emancipação humana. **Revista Psicologia Política** (Impresso), v. 10, p. 293-296, 2010b.

_____. Atividade educativa, pensamento e linguagem: contribuições da psicologia histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional** (Impresso), v. 15, p. 323-332, 2011a.

_____. O pensamento na atividade prática: implicações no processo pedagógico. **Psicologia em Estudo** (Impresso), v. 16, p. 521-531, 2011b.

_____. Ensino e aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica. **Psicologia Escolar e Educacional** (Impresso), v. 13, p. 235-242, 2009.

CARNELOSSI, B. C. N.; BERNARDES, M. E. M. **A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise do programa Bolsa Família**, p. 1-15, 2011, Disponível em: <http://www.estudos-dotrabalho.org/texto/gt2/a_condicionalidade.pdf> Acesso em: 10, jul. 2013

ELIAS, Ana Claudia. **Projeto Pedagógico Interdisciplinar: caminhos para a educação para o lazer**. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências da Natureza) - Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2012.

HMADA, I. A.; BERNARDES, M. E. M. A conceituação teórica da práxis: uma necessidade na realidade educacional. In: **V Seminário Internacional-Teoria Política do Socialismo “Marx: Crise do capitalismo e tran-**

sição” Disponível em: <<http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/20136204115.pdf>> Acesso em: 12, jul., 2013.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia, personalidad**. Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 15. ed. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1996. v. 1.

MEDEIROS, Jacqueline Maria de. **Lazer e Atividade Pedagógica no Contexto Escolar: caminhos para a educação para o lazer**. Iniciação Científica. (Graduando em Lazer e Turismo) - Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2011.

MOURA, M. O. de. (Org). **Atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. Brasília, DF: Liber, 2010.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S.T. F. **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. cap. 2, p. 25- 51.

OLIVEIRA, Sueli Mara de. **O trabalho e o lazer como unidade dialética no processo de humanização**. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Psicologia Política) - Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. 2011.

OLIVEIRA, S. M. de; BERNARDES, M. E. M. O trabalho e o lazer como unidade dialética no proceso de humanização. In: **ANPED**, 35, 2012, Porto de Galinhas. Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT09%20Trabalhos/GT09-1522_int.pdf> Acesso em: jul.2013. p. 1-17.

RUBTSOV, Vitaly. A atividade de aprendizado e os problemas referentes à formação do pensamento teórico dos escolares. In. GARNIER, C.; BERNARZ, N.; ULANOVSKAYA, I. **Após Vygotsky e Piaget: perspectivas social e construtivista escolas russa e ocidental**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996. p. 129-137.

TANAMACHI. E. R; ASBHAR, F. S. F.; BERNARDES, M. E. M. Teoria, método e pesquisa na psicologia histórico-cultural. In.: SOUZA, M. P. R.; BEATÓN, G. A.; BRASILEIRO, T. (Orgs.). **Interfaces Brasil-Cuba em es-**

tudos sobre a psicologia histórico-cultural. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (no prelo).

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas.** Vol. III. Madrid: Machado Libros, 2000.

MATERNIDADE, PATERNIDADE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE JOVENS QUE VIVEM E CONVIVEM COM HIV/ AIDS.

ELIZABETE FRANCO CRUZ

INTRODUÇÃO

A AIDS é um fenômeno social que trouxe à tona um profundo debate sobre valores ligados à sexualidade, às relações de gênero, à moral, aos direitos humanos e à vida¹. As discussões desse trabalho estão centradas na interface da epidemia com a juventude², entretanto, convém lembrar que os debates aqui apresentados inserem-se nesse quadro mais amplo da construção da própria epidemia, que há mais de 25 anos vem se configurando como um dos grandes desafios da humanidade.

O Ministério da Saúde estima que mais de 600 mil pessoas estão infectadas pelo HIV no país e, em consequência desta realidade, temos que orfandade e infecção pelo HIV/AIDS são situações vividas por crianças e jovens brasileiros.

No caso dos jovens, podemos identificar várias interfaces com a epidemia: ser portador do HIV/AIDS (o que aqui denominamos vivendo com HIV/AIDS) e/ ou ser parente (filho, sobrinho, neto, irmão) namorado, marido, amigo de alguém portador de HIV (que aqui denominamos convivendo com HIV/AIDS).

1 A respeito da trajetória da epidemia, ver por exemplo: Câmara & Lima (1991), Parker (1994, 1994a, 1997).

2 Segundo a OMS a adolescência vai do período de 12 a 18 anos e a juventude até 24 anos. Há divergências sobre a utilização dos termos na literatura da área. Neste estudo utilizo o termo juventude e adolescência como sinônimos e de forma genérica (incluindo o período que se classifica como adolescência e também aquele que se nomeia como juventude). Este debate conceitual extrapola os limites deste plano de pesquisa. Aqui optei por utilizar jovens e adolescentes como sinônimos – referindo-me ao grupo etário de pessoas com idade entre 12 a 24 anos.

Este capítulo apresenta alguns resultados de um estudo que buscou compreender instigantes e desafiantes questões que se configuraram neste cenário: o exercício da sexualidade e a vivência da paternidade e maternidade por jovens vivendo e convivendo com HIV/AIDS. Namorar, ter ou não ter filhos, revelar ou não revelar sua condição sorológica ao parceiro(a) e lidar com as mudanças corporais passaram a ser temas dos adultos (profissionais de saúde e educação, familiares, cuidadores) e dos/das próprios(as) jovens.

Estas questões, associadas à produção histórico cultural das concepções ao redor das relações de gênero, da maternidade/paternidade, dos direitos sexuais e reprodutivos³, de juventude e da própria AIDS, têm gerado informações e significados, produzido dispositivos que vêm construindo o processo de subjetivação dos jovens vivendo e convivendo com HIV/AIDS⁴. Neste processo, possibilidades e principalmente limites, vem sendo construídos de modo que por vezes os próprios jovens passam a reproduzir a discursividade que impede o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

As situações vividas por garotos e garotas têm similaridades com as questões enfrentadas por homens e mulheres soropositivos adultos, mas têm interfaces com as tessituras dos discursos sobre a adolescência - que em sua grande maioria enunciam que crise, dificuldade, irresponsabilidade, conflito e resistência são características tidas como naturais dessa faixa etária.

Uma pergunta recorrente, tanto entre os próprios jovens como entre quem os educa e cuida (profissionais de saúde, familiares, educadores, voluntários), é: *Quem tem HIV “pode” ter filhos?*

Entremeadada nessa questão está a ameaça da transmissão vertical do HIV, o que implicaria o nascimento de uma criança portadora do vírus.⁵

O verbo “poder” frequentemente utilizado nessa pergunta, remete à possibilidade de ter um filho sem HIV. Porém, o “pode” também adquire o sentido

3 Os direitos sexuais e reprodutivos são tomados a partir das considerações de Berquó (2003).

4 Os conceitos de dispositivo e subjetivação são tomados a partir da perspectiva foucaultiana. Em especial da ideia de que um conjunto de práticas discursivas e não discursivas compõe tecnologias que através de relações de poder-saber-verdade vão produzindo sujeitos. Ver Foucault, 1990; Foucault, 2003; Foucault, 2004.

5 Hoje, por meio da adoção de procedimentos profiláticos, pode-se prevenir a transmissão vertical do vírus. Os principais procedimentos profiláticos são a identificação precoce do HIV, o monitoramento das condições de saúde da mãe e, principalmente, o uso do AZT via oral na gravidez e endovenoso no trabalho de parto e no parto, o uso de xarope de AZT para o bebê e suspensão do aleitamento materno. E também a realização de teste rápido nas maternidades.

de “ter direito a”. *Quem tem HIV tem o direito de ter um filho?* Essa é uma pergunta que “paira no ar”. Se a profilaxia existe, a resposta poderia ser sim, porém, neste momento, o “pode” começa a relacionar-se com o verbo “dever”, adquirindo o sentido de “deve”. A questão do “pode” fica amalgamada com a questão do “deve”. E por isso, ouvimos pode e deve muitas vezes como sinônimo: *“Mas será que eles podem/devem?”*. Para um grande número de pessoas a resposta é não, quem tem HIV não deveria “nem sonhar” em ter um filho e, portanto, o verbo não é importante, como não é importante a questão dos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com HIV.

Os argumentos frequentemente utilizados para justificar a posição contrária sinalizam que, apesar de pequeno, o risco de infecção existe; os pais da criança podem morrer e *“daí quem vai cuidar da criança?”*. Outros comentários ouvidos no cotidiano do trabalho com AIDS são: *“vai ser ruim para uma criança ter uma mãe, um pai ou ambos portadores de HIV”*; *“a gravidez pode debilitar a gestante”*. Enfim, para um grande número de pessoas *não pode, não deve* e se o fizer é sinônimo de *falta de consciência*.

No cotidiano, toda essa argumentação é utilizada como tentativa para dissuadir mulheres e homens soropositivos da ideia de terem bebês. De um jeito mais doce ou menos doce, explícito ou implícito, a mensagem é *“tira isto da cabeça”*. Nesse sentido, pouco importa a subjetividade ou os sentidos que um portador ou portadora de HIV atribui a ter um filho e a constituir uma família. A priori, isso já está dado como impossibilidade

Paiva et. al (2002), no estudo “Sem Direito de amar? A vontade de ter filhos entre homens e mulheres vivendo com HIV/AIDS”, identificam a resistência de profissionais de saúde em relação ao direito das pessoas vivendo com HIV terem filhos.

Para os autores e autoras parte das respostas a essas questões pode ser encontrada na idealização do modelo de família que continua existindo, apesar da diversidade de famílias que observamos na atualidade e também na estigmatização em relação à AIDS

No caso de adolescentes vivendo com HIV/AIDS, a questão da gravidez estabelece interface com a ideia de que gravidez na adolescência é precoce, é um risco, é uma inconseqüência.

Altmann (2004), ao discutir a sexualidade adolescente, problematiza como em vários programas e debates aquilo que é chamado de “o ‘drama dos jovens que vivem as primeiras relações sexuais’ tem outro nome gravidez na

adolescência” (p.1). Seguindo a perspectiva foucaultiana, a autora sinaliza que, ao abordar esse tema, o que emerge não é somente uma questão individual, ou a preocupação com o jovem, mas um problema populacional, que passa a ser objeto de políticas públicas e de várias áreas do saber, como, por exemplo, a demografia. Nesse mesmo artigo a autora relata:

(...) A utilização dos adjetivos precoce, indesejada ou não planejada para referir-se à gravidez na adolescência demonstra que essa é considerada uma época inadequada para a maternidade e a paternidade que, devem ser postergadas e planejadas. Esses termos demonstram um pouco do modo de se conceber a gravidez hoje em dia: ela deve ocorrer em determinado período da vida da mulher, deve ser desejada por ela e racionalmente planejada. (ALTMAN, 2004: 6-7)

Se tomarmos os dois trabalhos acima citados, o de Paiva et. al. (2002) e o de Altmann (2004), começamos a observar que a intersecção entre soropositividade, adolescência e gravidez torna-se algo culturalmente visto como inadequado. Certa vez ouvi de uma profissional de saúde, referindo-se às(aos) adolescentes soropositivos *“bom, mas eles vão ter que se acostumar com a ideia de não poder ter filhos”*.

Retomo aqui a questão do verbo, pois quando se diz que eles “não podem”, o que se está dizendo é que eles “não devem”. E certamente isso, como bem mostrou o estudo de Paiva et. al., não se refere somente aos jovens, pois em várias oportunidades fui procurada por mulheres que queriam ter filhos e não encontravam apoio no serviço de saúde que frequentavam ou com amigos(as) próximos(as). Ou seja, mesmo que exista uma possibilidade de ter um bebê sem HIV, essa possibilidade torna-se uma impossibilidade, principalmente por uma interdição moral do “não deve tê-lo”.

Quando fazemos essa conexão com adolescência, a ideia da irresponsabilidade de desejar ou ter um filho recrudescer, pois associa-se ao imaginário do precoce e, portanto, do não apto para cuidar do seu bebê, ou exercendo a sexualidade fora do tempo tido como “normal”.

Ter HIV e ter um filho pode não ser uma decisão fácil e vários fatores podem interferir. Mas a questão é: por que isso aparece como um impedimento a priori? Por que não se acha que soropositivos e soropositivos adolescentes têm direito à escolha? Altmann (ibid.) mostra que no caso

dos adolescentes, há uma ideia de aceleração do processo da vida e a desconsideração da construção histórica da discursividade em relação à gravidez (afinal, nossas avós tinham filhos com 16 anos...). No caso da soropositividade, segundo Paiva et. al. (2002), há uma dificuldade de superar o estigma, a discriminação e oferecer suporte de informação e acolhimento para as escolhas,

Enfim, cabe perguntar: Somos capazes de ter uma dada perspectiva sobre um determinado fenômeno e perceber que aqueles (as) envolvidos(as) na questão podem ter uma perspectiva diferente da nossa? Por que escutamos pouco e, muitas vezes, tomamos a decisão pelo outro (a) ou sentenciamos suas (im)possibilidades?

Na esteira desse debate, as relações de gênero se entrelaçam com as questões ao redor da sexualidade dos (as) adolescentes, seja no caso do olhar sobre o corpo, seja no caso sobre a reprodução, negociação de preservativo, tipo de comportamento ou expressão tido como adequados para cada um dos gêneros e, também, na construção das ideias ao redor da maternidade e paternidade.

No caso da gravidez, é possível observar que ela é tida como uma questão das mulheres. No cotidiano também observo que a preocupação dos adultos em relação à gravidez envolve com maior frequência as garotas do que os garotos, como se a possibilidade de exercer sexo sem engravidar dependesse das mulheres. Contudo, em função do HIV, a preocupação de que usem preservativos estende-se a ambos os gêneros.

No trabalho de Paiva et. al. (ibid.), observamos que os homens com HIV querem ser pais. O estudo de Lyra (1998) sobre paternidade adolescente sinaliza como os garotos são, com frequência, excluídos da questão pois quando pensamos em gravidez na adolescência, logo pensamos nas meninas. No caso da AIDS, a questão não é diferente, o discurso sobre o controle da natalidade envolve, principalmente, as meninas.

Ao considerarmos as questões da sexualidade, maternidade/paternidade/juventude e AIDS não devemos, portanto, desconsiderar suas interfaces com as relações de gênero, que impactam a vida de meninos e de meninas.⁶

⁶ A este respeito, ver, por exemplo, Arilha et al., 1998. Com relação à sexualidade na adolescência o artigo de Arilha e Calazans (1998) oferece um panorama interessante, com um balanço de programas e literatura produzida na área.

O processo de subjetivação dos jovens é permeado de um lado pelas construções sócio culturais que envolve um determinado conceito/tema/objeto, de outro pelo acesso a espaços qualificados de informação e, também, de reflexão.

Nestes espaços existem adultos/profissionais que também são subjetivados nas teias das construções sociais de significados sobre sexualidade/AIDS/juventude e que, por vezes, reproduzem estereótipos e preconceitos.

No plano teórico destaca-se ainda a escassez de trabalhos que abordem esta temática não somente no que concerne à juventude vivendo e convivendo com HIV/AIDS, mas também no que se refere a juventude em geral. Neste sentido a produção de um trabalho que tome as perspectivas de relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos dos jovens e AIDS contribui para a diminuição de lacunas existentes na literatura da área como, por exemplo, o debate ao redor da subjetivação dos jovens, de suas perspectivas sobre maternidade, paternidade, gênero e sexualidade.

Vale lembrar que se a literatura abordando aspectos psicossociais, em especial a dimensão da sexualidade, de jovens vivendo com HIV/AIDS é restrita, no que se refere a jovens convivendo é praticamente inexistente. Além disto, filhos e irmãos de portadores de HIV /AIDS vivem uma situação de intensa vulnerabilidade (inclusive à infecção pelo HIV) e, com frequência, esta população é desconsiderada em estudos, políticas públicas e trabalhos sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas 17 entrevistas, 8 com jovens que vivem com HIV e 9 com jovens convivem com portadores de HIV-. A faixa etária dos entrevistados foi de 12 a 24 anos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. O material coletado foi categorizado e analisado à luz da literatura sobre direitos humanos, infância, juventude, família e instituições e saúde pública. Os jovens foram contatados a partir de ONGs que fazem trabalhos sócio- educativos com esta população. (GIV – Grupo de Incentivo à Vida, Associação Civil ANIMA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material coletado permite inúmeros recortes e leituras dos discursos dos/ das jovens sobre os temas do estudo. Neste artigo, faço uma síntese dos principais resultados e sinalizo alguns tópicos para reflexão.

1) MATERNIDADE/PATERNIDADE

Palavras como *ser mãe, ser pai, sonho, desejo, companhia, responsabilidade, família* foram utilizadas pelos jovens para definir maternidade e paternidade.

No decorrer das entrevistas foi possível avistar que vários elementos se entrelaçam na construção de sentidos ao redor da maternidade e paternidade, com destaque para:

a) a experiência que tiveram com os pais;

A experiência familiar parece ser fonte de inspiração para aquilo que se quer ou não se quer fazer. Uma jovem soropositiva de 15 anos foi criada pela mãe e diz que sentiu falta do pai, mas quando relata seu desejo de ser mãe faz uma previsão de futuro próximo - casar, ter filho com 17 anos e depois se separar. Imagina-se como uma “mãe sem marido”. Indagada porque imagina-se “sem marido” não sabe explicar e no decorrer da entrevista percebe-se que, na verdade, sonha com independência e teme não poder contar com um companheiro que atenda suas expectativas.

Eu não sei o porquê. Eu acho que é muita coisa pra gente falar, é traição, é batendo na mulher, a mulher está com ele e ela passa por várias coisas só porque não quer separar, porque tem dificuldade de trabalhar... de fazer essas coisas, ser independente. E eu sempre deixei bem claro pra minha mãe que eu vou ser independente e vou ter meu filho sozinha, ser uma mãe solteira. Eu sempre tive esse pensamento, sempre quis ser (mulher, 15 anos, soropositiva)

b) construção das relações de gênero;

Vários discursos sobre homens/pais e mulheres/mães calcados em estereótipos de gênero. A maioria dos entrevistados ficou órfão/ã de pai em decorrência da AIDS. Um caso curioso é o de uma menina soronegativa (14 anos) que tem uma mãe usuária de drogas que está institucionalizada. Ela está sendo criada pelo padrasto com quem tem uma ótima relação. E expressa um discurso dizendo que quem cuida são as mulheres, que os homens não tem compromisso. Quando indagada pelo fato de ser cuidada pelo padrasto atribui a uma exceção.

Contudo, existem rupturas e o desenho de novas possibilidades

E assim, é, eu tenho a maior vontade, agora o M já num, num... não tem aquela vontade assim de ser pai, assim.... (...) Mais aí a gente conversa, aí ele, a gente já pensou na possibilidade, (...) eu meio que espero o tempo dele. De ele querer ser pai, de ele, é... de ele poder exercer a paternidade dele né. E eu acho assim que paternidade não é só fazer e... e né, ir lá, fez, e pronto, é pai. Acho que na educação, (...) no carinho, porque assim não adianta você pegar, que nem eu vejo muitos exemplos (.....) Que nem a pessoa fala assim: ai eu tenho tudo, meu pai me dá dinheiro, mas ele não para e me dá um abraço. Ele não fala comigo. E aí às vezes a gente fala assim: ai o homem, o pai, ele tem que dar de comer, de vestir, tem que, que... que levar pra passear, e pronto, acabou. E eu acho que pai não é isso né, acho que é, é na hora que esta falando palavrão, intervir, na hora que está triste, perguntar o porque, né, as vezes está lá brigado, no caso de menino, com a namoradinho ou a menina com o namoradinho, e aí o pai conversar, né? Sabe eu acho que é, é, pai... é, tudo isso. É ter uma relação assim mesmo, de conversa, de troca...(mulher, 22 anos, soropositiva)

c) presença de condições materiais, “estrutura” e ser jovem;

Para os jovens está claro que a gravidez não é necessariamente indesejada, ao contrário, que ela pode ser desejada. Um grande impedimento é considerado a falta de estrutura material para cuidar dos filhos, por isso eles são pensados para mais tarde (vários jovens pensam a idade para ter filhos, a

quantidade de filhos), quando tiverem feito uma faculdade, tiverem casa, dinheiro, tempo, enfim, estrutura.

Eu acho que todo mundo pensa em um dia ter uma família, construir. Assim, eu não tenho muito contato com todo mundo da Rede⁷, mas as meninas que eu tenho, assim, lógico: “ai que bonitinho”, então faz você pensar que assim: “nossa, que bonitinho o bebezinho, queria ter um”, acho que já pensa né. Mas eu acho que com a vida já feita, acho que todo mundo já pensa assim, quando estiver já estável, tiver meu dinheiro ali, que eu tenho condições de constituir uma família. (mulher, 15 anos, soropositiva)

d) presença da AIDS;

A vinculação da AIDS neste contexto tem vários sentidos podendo representar renascimento

(...) eu tenho vontade de ter um filho, eu teria até um filho hoje. Independente da pessoa, com quem eu esteja, eu teria um filho mas pra mim, independente da pessoa que eu esteja, porque, é como se eu, por ser portadora desde que nasceu, estivesse nascendo de novo. (mulher, 23 anos, soropositiva)

e) motivo de preconceito alheio;

As pessoas acham que, sei lá, que até uma brutalidade com a criança, sabe, porque elas acham que a criança vai nascer com HIV. Até um repórter falou na TV, não faz muito tempo ele falou, que as mulheres que sabem que tem HIV não deveriam nem engravidar. Isso foi forte até. Porque é o cúmulo da falta de informação, e é você ter preconceito sem nem saber, sabe? Tendo dó da criança, mas você acaba agredindo a mãe. (mulher, 20 anos, soropositiva)

7 Menção à Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS (RNAJVHA).

f) desejo de transmitir ao filho as experiências, as vitórias, vontade de cuidar e de transmitir possibilidades - reafirmação da própria superação;

(...) Não. Porque assim, que nem no meu caso: eu não, não... acho assim, que nem, eu já ouvi casos de mulheres, dizer assim: Ah quando eu descobri que tinha AIDS, eu só não me matei por causa dos meus filhos... né? Eu já ouvi muito isso. Mas no meu caso, eu acho assim, aí eu não, eu não, eu vou, engravidar pra ter um filho, pra mim poder cuidar dele e me cuidar. Eu nunca pensei assim.

(...) Eu acho que eu tive que aprender a ter essa adesão, a gostar de mim, a cuidar de mim, agora, antes de ter esse filho, né. E talvez, é... eu ter esse filho, talvez seja pra mim poder ensinar pra ele como que é o mundo (...) que há muitas pessoas que tem preconceito, mostrar pra eles que tem possibilidades que às vezes a pessoa diz que não, e, e a pessoa vencer, entendeu? Acho que tipo, coisas que eu vivi, eu poder passar pra, pra... pra o meu filho e aí ele poder superar, mais fácil do que eu superei entendeu? (mulher, 22 anos, soropositiva)

O ponto mais relevante desta discussão é pensar que para todos os jovens entrevistados a construção da maternidade e paternidade não passa somente pela presença da AIDS.

Este aspecto merece destaque porque, em que pese a presença da AIDS na vida destes/as jovens, ela não é o elemento definidor, nem do desejo da maternidade e paternidade, nem das representações sobre maternidade e paternidade. A AIDS sem dúvida é um fio que se entrelaça nesta trama, mas esta trama não é composta somente pelos fios da AIDS. Isto é relevante porque nos ajuda a despertar escutas e olhares. Os jovens e seus desejos de maternidade e paternidade precisam ser compreendidos de modo mais amplo, precisam ser vistos como jovens com HIV, mas também como jovens, precisam ser vistos como jovens, mas também como homens e mulheres que tem sonhos e desejos engendrados no conjunto de suas vivências, no tempo histórico e da sociedade em que vivemos⁸.

8 Sobre gravidez na adolescência ver Brandão, 2005; Cruz, et. al., 2010

2)SEXUALIDADE

A dimensão da sexualidade também apresenta uma pluralidade de sentidos. Alguns já descritos em outros estudos (por exemplo, Ayres, et. al, 2004; Barica, 2005; Cruz, 2005) como a dificuldade para a:

a) revelação do diagnóstico ao parceiro;

eu tenho medo de namorar alguém quem não tem e esse alguém que não tem não me aceitar. (mulher, soropositiva, 12 anos)

b)Casais sorodiscordantes;

Dentre os jovens entrevistados existiam dois casais (uma jovem soropositiva com um jovem soronegativo e um jovem soropositivo com uma jovem soronegativa).

Aspectos que se destacaram das entrevistas foram a convivência como elemento de aprendizado para ambas as partes, a preocupação e cuidados mútuos, mas a preocupação do/a jovem soronegativo com o tratamento e o cuidado do/a parceira e a admiração e valorização da capacidade de superação do/a companheiro/a que vive com HIV.

c)Preservativo;

Apesar de terem informado que alguns jovens soropositivos não usam preservativo, os depoimentos sinalizam que a maioria dos jovens que vivem com HIV tem preocupação com a transmissão do vírus para parceiros fixos e eventuais

Uma jovem soropositiva relatou que gostaria de fazer sexo sem o preservativo, mas que não se sente a vontade, pelo medo de infecção do parceiro *“eu não desejo isso nem para o meu inimigo quanto mais para o meu amor...”*

Entretanto, quando se referem aos jovens em geral (amigos, colegas de escola) sinalizam claramente a dimensão já descrita em outros estudos: o não uso, pautado em confiança ou conhecimento do parceiro e ainda numa certa noção de invulnerabilidade (achando que não acontece com eles).

Os jovens que convivem com alguém que tem HIV demonstram maior preocupação com o uso de preservativo, contudo isso também não deve ser tomado como regra, posto que um jovem conta que, apesar da mãe ser soropositiva, seus irmãos não se preocupam com preservativos e um de seus irmãos faz sexo sem camisinha com frequência.

Por outro lado, a convivência entre pares discordantes e o uso de preservativos pode apresentar alguns desafios. Uma jovem relata que ela e o parceiro soropositivo apresentaram no início do relacionamento uma dificuldade com a relação a colocação e a retirada do preservativo,

(...) naquele momento pra mim já foi incrível, já fiquei em choque, já fiquei nervosa, falei: “meu Deus do céu”, olha só, a gente tem tanta informação, mas, na hora, parece que tudo, meio que se anuviou, a gente até sabia qual que era os procedimentos, mas parece que apagaram, o nervosismo acabou tomando conta, então nós acabamos tendo que procurar uma inserção, ajuda de outras pessoas que tivessem mais conhecimento do assunto na área. (mulher, 22 anos, soronegativa)

Esta dificuldade deixou o medo de uma possível infecção, então procuraram um serviço de saúde para obter informação e apoio.

(...) Você tem que estar ali para ajudar, não para condenar, porque, praticamente, o que houve? Eu fui condenada, eu recebi uma orientação: “ah não, você é louca!”, então: “eu sou louca, e ai, como eu posso resolver o meu problema? Você falar que eu sou louca não vai me ajudar agora, o fato de eu ser louca não vai conseguir resolver a minha dúvida, tirar as caraminholas que surgiu na minha cabeça, a confusão e tal, não vai ajudar”. (mulher, 23 anos, soronegativa)

Este depoimento é particularmente interessante para refletirmos sobre a escuta que os profissionais de saúde têm em relação aos problemas e a pers-

pectiva dos jovens. O problema para a jovem era: como eu coloco e retiro o preservativo sem riscos e ainda uma pergunta/preocupação incluída: nesse incidente que vivi houve risco de infecção? O problema para a educadora era: você é soronegativa e ele soropositivo e esta relação é perigosa e inadequada para você.

Difícil saber exatamente o que se processou neste encontro posto que temos somente os discursos de uma das partes envolvidas (o casal), mas a lucidez da jovem é marcante, ela consegue fazer uma avaliação do atendimento que teve, percebe as diferenças entre o que demandou e o que recebeu de resposta.

A partir destes relatos vale pensar em como nós profissionais de saúde e educação também estamos capturados por inúmeras representações e produções de sentido que “escapam” à formações, leituras, debates e a nós mesmos. Parece que a consciência disso que transborda em nós poderia ser um avanço a nos levar a permanecer sempre como profissionais em constante edição e revisão.

Isto é particularmente importante nas temáticas deste estudo, por exemplo, podemos pensar que uma jovem quando diz que não quer ser mãe o faz por conta do HIV e quando aprofundamos a conversa descobrimos que é pelo medo de ficar presa e não ir para a balada. Outra jovem relata dificuldades com o namoro. A questão da revelação existe, mas para ela é administrável, porque contou para dois namorados e não teve problemas com o fato. Seu grande desafio, na verdade, não se refere ao HIV e, sim, a decidir em qual momento vai perder a virgindade.

De esperar. É. De todo mundo falar que ele só quer tirar a sua virgindade e ir embora. Aí ficou meio que ‘eu não sei’, comigo... será que eu vou, não vou. Não, espera mais um pouco (mulher, 25 anos, soropositiva)

Aqui, vemos construções discursivas tradicionalmente associados à sexualidade e relações de gênero, como o valor da virgindade, a ideia de moça inocente, menino “comedor”, a ideia de uma idade “ideal” para o exercício da sexualidade.

A dinâmica das relações de gênero impõe às moças o recato em relação ao sexo, enquanto que, para os rapazes, é esperado que não haja muito pudor ou embaraço em relação ao tema. Isso resulta no elevado valor atribuído à virgindade, para as moças, e à experiência sexual para os rapazes. Tal descompasso de expectativas nem sempre corresponde às vivências individuais, mas dificulta o diálogo aberto sobre sexo e o compartilhamento de estratégias para que o início da vida sexual não traga surpresas desagradáveis. (Vilela; Doreto, 2006: 2469)

Em todos os temas até aqui debatidos é importante pensarmos que nossos conceitos e o que aprendemos com estudos e pesquisas são importantes para nossa atuação como educadores/as e profissionais de saúde, contudo estes elementos podem ser indicativos de ações, mas como regra de prudência cabe tomar cuidado com as generalizações e buscar entender o que os/as jovens estão pensando e sentindo em cada uma das temáticas em questão.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS?

A maioria dos jovens não conhecia a expressão “*direitos sexuais e reprodutivos*.” Ao serem indagados novamente alguns pensavam nas palavras e diziam que sim, tinham direitos, mas foi possível observar que os jovens que sabiam um pouco mais sobre o tema eram soropositivos e que têm envolvimento com a militância. O único soronegativo que sabia é também militante e parceiro de uma garota soropositiva.

Nas reflexões e tentativas de respostas, em dois casos observamos a associação de direitos sexuais com a homossexualidade.

(...) direito sexual acho que é....a pessoa que é homossexual tem um pessoal que não aceita (mulher, 12 anos, soronegativa)

Direitos Sexuais e Reprodutivos eu acho que já ouvi na parte de homossexualismo, mas na área de HIV/AIDS eu nunca ouvi...(mulher, 22 anos, soronegativa)

Outro aspecto destacado por uma entrevistada é que há uma questão de idade relacionada ao exercício dos direitos

– É. Eu sei que todos os jovens portadores, não, não é nem portadores que eu sei, que eles têm direito de engravidar, de ter filho, tanto homem, quanto mulher, que é, eu preciso a gente fez até umas conversas esses dias, que quando engravida na adolescência, ninguém pergunta para o casal se eles queriam, para o pai e para a mãe. Todo mundo critica e acaba sendo um problema, mas ninguém perguntou porque, apesar de ser jovem, tem o dever de ser pai e mãe, pode ter, por mais que seja complicado, e é um direito também, eu sei disso, que os jovens tem o direito ser pai, né? (mulher, 20 anos, soropositiva)

E por fim um aspecto interessante abordado por duas jovens nos deixa perceber que elas têm direitos porque sabem que os direitos existem! Antes deste conhecimento, elas não se consideravam como sujeitos de direitos....

Eu tenho, direitos sexuais e reprodutivos, porque, que eu tenho porque... ah... *por, eu tenho, acho que é por eu saber, sabe?* Que eu posso, na hora que quero, com quem eu quero. E se eu quiser ter um filho hoje, por mais que seja uma loucura, hoje, eu posso ter. Porque é de, de concretizar o desejo, né? Acho que isso que é muito do direito também (Mulher, 20 anos, soropositiva, grifo meu)

OS JOVENS ENTRE DOIS MUNDOS... ATRAVESSANDO FRONTEIRAS ENTRE ESTIGMA E SOLIDARIEDADE.

Em suas respostas, os jovens buscam não generalizar, reconhecem que existe preconceito e que, também, existe solidariedade. Palavras como medo, preconceito, sofrimento, força aparecem nos depoimentos.

Ser jovem e conviver com parentes ou parceiros com AIDS traz preocupações, vontade de cuidar e não afeta o amor que sentem pela pessoa que vive com HIV. A proximidade com alguém portador de HIV também serve como uma espécie de espelho que revela a própria vulnerabilidade e convida ao cuidado

(...) eu acho assim, que pra mim é normal, que eu não tenho nada contra, tudo, mas eu acho assim que, eu não quero isso pra mim. Mas já que aconteceu com ela eu acho que, eu não posso fazer nada só... me precaver, porque tipo um espelho né, tipo aconteceu com ela, eu não vou querer que aconteça comigo, não vou me descuidar de uma forma pra que aconteça comigo (....) (homem, 18 anos, soronegativo)

Os jovens, principalmente os soropositivos, percebem a diferença entre os valores e representações de pessoas que tem proximidade com a experiência da AIDS e de pessoas que não conhecem portadores de HIV/AIDS ou não se sentem vulneráveis à infecção pelo HIV . A distância é tão grande que parecem existir dois mundos:

Todo mundo que trabalha com todo mundo que tem, todo mundo que conhece a respeito, todo mundo que entende. E agora eu estou num mundo que ninguém entende, ninguém conhece, que conhece desse jeito da mídia, sabe? (mulher, 20 anos, soropositiva)

Os do projeto pensam de um jeito, os da escola pensam de outro (homem, 18 anos, soronegativo)

Também existe preconceito e valorização em relação às diferentes formas de infecção.

– De maneiras, sabe, até uma coisa que a gente fala na Rede, todo mundo pergunta, ah, você chega no grupo, “ah você pegou como?”, a gente estava discutindo isso, se for assim, “ah foi transmissão vertical”, aí eles têm um pouco de dó, é um preconceito com dó. Aí fala: “foi transmissão sexual”, aí eles tem um pouquinho de dó, mas tem preconceito. Foi sei lá, por drogas, aí tem só preconceito. (mulher, 20 anos, soropositiva)

Por mais paradoxal que seja, superado o momento inicial da dor, o HIV surge como uma possibilidade de fortalecimento, de desenvolvimento e principalmente da construção de um modo diferente (e na avaliação dos jovens, melhor) de ver a vida.

Ah, de conhecer pessoas, de conhecer lugares incríveis que eu não faria isso se fosse por mim, eu acho que eu não teria essa sensibilidade com as coisas do mundo, porque eu sei que eu enxergo o mundo diferente de muita gente. Porque até falam que as pessoas que sofrem bastante, enxergam o mundo, sei lá, dão mais tolerância para as coisas, não que eu tenha sofrido bastante também, não sei, mas eu acho que eu não, eu acho que eu seria outra pessoa completamente diferente, porque talvez eu moraria com o meu pai e com a minha mãe, e aí, no bairro onde a gente morava, que as pessoas que moram lá hoje, não teve um futuro, sei lá, não teve muito futuro, tenho primas que moram lá hoje que eu seria como elas e isso não mudaria nada, não influenciaria no mundo em nada, sabe? Eu acho que eu não seria outra Ana, não, eu seria essa. Com HIV, vivendo, sofrendo, aprendendo e lutando e confusa. (mulher, 20 anos, soropositiva)

(...) Eu, sim. Eu me sinto um jovem comum. Às vezes eu me sinto até privilegiado, porque eu tenho acesso à muitas informações que certas pessoas não têm, né.(....)

(...) Eu acho que mexe mais pra positividade, hoje em dia eu acho que me dá mais força pra enfrentar as coisas, me dá vontade de ir no GIV, de ajudar, de conversar, de trabalhar. No meu serviço lá eu ganho pouco, mas é uma coisa que eu gosto de fazer, que eu tento fazer as pessoas pra não acontecer o que aconteceu com a minha mãe, para não acontecer o que aconteça com novos jovens, entendeu, pra não acontecer o que eu vejo, tantos jovens ai sofrendo com HIV, não ter essas mesmas coisas, um dia né, as pessoas costumam dizer que é uma utopia, mas mesmo sabendo que é uma utopia a gente continua na luta. (jovem, 18 anos, soronegativo)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece que, para os jovens entrevistados/as a AIDS desenhou dois mundos, um marcado pela solidariedade e outro pelo preconceito, os jovens que transitam nestas fronteiras vão descobrindo os desafios, mas também as possibilidades.

E em nossa perspectiva é preciso perceber que rizomaticamente os mundos não são separados, não há um dentro e fora.

Curioso notar que a maioria dos jovens não vê a escola como um local de referência para debater estas questões (AIDS, transmissão vertical). Achrom que a escola trabalha pouco o tema. Este fato merece ser observado e precisamos dar maior atenção para jovens que não são portadores, pois se a escola parece não ter o espaço suficiente para ouvi-los, e eles não relatam proximidade com os serviços de saúde, podemos pensar que dois serviços nucleares na vida dos cidadãos (saúde e educação) não têm sido referência para jovens filhos de portadores de HIV.

Para as escolas isso merece um chamado, principalmente para que se perceba que este, que é tido como “outro”, é ao mesmo tempo “eu”:

Os/as jovens que vivem com HIV não são “os outros”. Eles/as estão nas nossas escolas, são nossos alunos e alunas. Por essa razão, a escola precisa estar preparada para acolhê-los/as, para tratar do tema da soropositividade e evitar que eles/as sejam discriminados/as e estigmatizados. (Silva, 2010:5)

Nas tramas da cultura desenham a construção de valores e a própria subjetividade em projetos de vida que incluem o exercício da sexualidade, da maternidade e paternidade, o amor filial e o amor associado à sexualidade e ainda uma grande vontade de fazer diferença e transformar o mundo, principalmente o mundo marcado pela doença, dificuldades e preconceito que a AIDS os fez conhecer, principalmente o mundo que marcado pela doença, dificuldades e preconceito que a AIDS os fez conhecer.

Espera-se que os resultados desta pesquisa ofereçam subsídios para que serviços de saúde, escolas e ONG (re)pensem suas intervenções (no âmbito da educação, da assistência e da prevenção), a partir das perspectivas dos próprios jovens - tanto no sentido de oferecer suporte para que garotos e garotas tenham as condições de exercer sua sexualidade de forma segura, evitando a transmissão do HIV (inclusive a transmissão vertical do HIV) como também, oferecendo condições para que possam tomar suas decisões no que se refere a dimensão reprodutiva.

A partir do que se pode apreender das entrevistas é preciso que a sexualidade dos jovens seja compreendida para além de sua dimensão biologizante e do binômio prevenção/transmissão e a maternidade e paternidade como direitos que podem ou não ser exercitados, mas que são possibilidades diante das quais os jovens têm escolhas e podem tomar decisões.

Temos elementos para pensar que é preciso que mudanças sociais se efetivem. A promoção à saúde depende de políticas públicas (de saúde, educação) que sejam capazes não somente de garantir acesso, mas também qualidade de atenção e garantia de direitos humanos. Condições estruturais e a formação de profissionais capazes de dialogar com pluralidades, revisitar conceitos, desconstruir estigmas são pontos importantes desse debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político educacional. *Educação em Revista* /Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação- n.1(1985) Belo Horizonte: FaE/UFMG n. 46,dez 2007.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito. (orgs.) **Homens e Masculinidades, outras palavras**. São Paulo: ECOS/ED.34. 1998. p. 235-258

ARILHA, Margareth & CALAZANS, Gabriela. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: Ministério do Planejamento e Orçamento - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998, pp. 687-709.

AYRES, José Ricardo (coordenador) **Adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS: cuidado e promoção da saúde no cotidiano da equipe multiprofissional-Enhancing Care Initiative**. 2004 Disponível em -www.eci.harvard.edu Acesso em set 2013.

BARICCA, Ana Maria. **Vivendo e crescendo com HIV AIDS**. Tese. Doutorado em Ciências. Coordenação dos Institutos de Pesquisas Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2005.

BERQUÓ, Elza. **Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, UNICAMP, 2003

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na Adolescência: um Balanço Bibliográfico in: HEILBORN, Maria Luiza, et al. (org.) **O aprendizado da sexualidade:reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2005

CÂMARA, Cristina; LIMA, Ronaldo Mussauer de. Histórico das ONG/ AIDS e sua contribuição no campo das lutas sociais. **Cadernos ABONG**. n. 28, p.29-74, out. 2000.

CRUZ, Elizabete Franco. **Espelhos d'AIDS. Infâncias e adolescências nas tessituras da AIDS**. Tese de Doutorado.Universidade Estadual de Campinas, 2005

CRUZ, Elizabete Franco; ARAUJO, Natalucia. M.; CAMPOS, Maria Teresa. A ; SILVEIRA, Joyce. C. Meninas gestando relações de gênero e cuidado de si. **Educação em Foco** (Juiz de Fora), v. 14, p. 31-59, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 295 p.

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 152 p.

_____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Tradução Mercedes Al-lendesalazar. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150 p.

LYRA DA FONSECA, Jorge L. C. **Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção**. São Paulo: 1997. 182 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) -PUC/SP.

PAIVA,Vera; LIMA,Tiago N.; SANTOS, Naila; VENTURA-FELIPI, Elvira; SEGURADO, Aluísio. Sem direito de amar? A vontade de ter filhos entre homens e mulheres vivendo com o HIV. **Psicologia**. USP, 2002, vol.13, no.2 p.105-133

PARKER, Richard. **A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA:IMS/UERJ, 1994.

PARKER, Richard. (Org.). **Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

PARKER, Richard et al. (Org.). **A AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA:IMS/UERJ, 1994a.

SILVA, Jeane Félix da. Juventude e vida com HIV: o que isso tem a ver com a escola? **Fazendo Gênero 9**, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

VILLELA, Wilza. DORETO, Daniella T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(11):2467-2472, nov, 2006.

A IDENTIDADE QUEIXADA COMO SÍMBOLO DE MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ANDREA VIUDE, SORAIA ANSARA

O propósito deste capítulo é tornar público o testemunho de um dos ícones do movimento dos Queixadas, trazendo à luz um pouco da história sobre a luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus¹, que foi objeto de pesquisa de Ansara (2000) sobre a memória coletiva da luta operária. Ao trazer à luz este testemunho, buscamos revelar, por meio da análise de discurso, de João Breno, a identidade dos queixadas que se construiu como forma de resistência impulsionada pela “firmeza permanente” destes operários que são até hoje um símbolo de mudança social e de incentivo à participação política.

Como afirma Ansara (2009: 241), a luta dos queixadas demarcada pelo “conflito e enfrentamento contra empresário, justiça do trabalho e governo - marcou a história do bairro e, principalmente, a vida das pessoas, influenciando as gerações que se seguiram e transformando-se, inclusive, em princípio ético de novas gerações”.

Construída em 1925 e inaugurada no ano seguinte, a Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland (CBCPP), foi uma das primeiras fábricas no Brasil, que surge num momento específico da industrialização brasileira.

Como outras indústrias grandes da época, a empresa oferecia aos seus operários, moradias com infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica) a preço simbólico. A CBCPP se instalou no bairro de Perus, situado a 30 km do centro de São Paulo, construindo em seu entorno algumas vilas operárias como Vila Triângulo, Portland e Vila Nova.

¹ Perus é um bairro localizado na zona noroeste da cidade de São Paulo.

A presença da Fábrica no bairro contribuiu para crescimento de várias áreas que foram loteadas onde foi construída várias vilas como: Vila Hungareza ou Margarida, Vila Fontão, Vila Triângulo, Vila Nova – vilas estas habitadas, inicialmente por trabalhadores da fábrica.

Os trabalhadores vinham de diferentes regiões de São Paulo (Água Branca, Lapa, Pirituba, Jaraguá), como também de vários estados brasileiros (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além de trabalhadores estrangeiros (provenientes da Itália, Portugal, Hungria, Alemanha, Espanha, Argentina Iugoslávia, Rússia, Inglaterra, EUA). A presença de estrangeiros, nos primeiros anos da companhia, justificava-se em função da necessidade de trabalhadores especializados em determinadas funções (PAOLI, 1992).

Por volta dos anos quarenta, teve início o movimento dos Trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland (CBCPP). Eles constituiriam o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Cimento Cal e Gesso* e, em 1946, fizeram a primeira greve. Em 1950, a empresa passou para a iniciativa privada tendo como proprietário J.J. Abdalla que assumiu o controle da companhia. Em 1954, a fábrica tinha cerca de mil trabalhadores que se dividiam entre São Paulo, onde se localiza a Fábrica, e Cajamar, distante 20 km de Perus, onde se localiza as jazidas de pedra para fabricação do cimento. Em fins desse mesmo ano, o “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento Cal e Gesso” passou a ter assessoria jurídica do advogado Mário Carvalho de Jesus, que não só acompanhava as causas trabalhistas, mas propunha uma nova maneira de luta baseada na “não violência ativa”- que posteriormente se chamaria “Firmeza Permanente”².

Em outubro de 1958, os trabalhadores fizeram uma greve que durou quarenta e seis dias reivindicando 40% de aumento de salário. Em 1959, foram dispensados oitenta empregados com mais de nove anos de serviço para impedir que atingissem os dez anos de casa e ganhassem estabilidade, conforme a lei lhes garantia. Desde então, aconteceu uma sequência de lutas: pela estabilidade, pelo salário família, pelo prêmio-produção, pela casa própria (ao redor da fábrica). Todas as reivindicações foram marcadas por um tipo de enfrentamento diferente, que se

2 JESUS, Mario C. (org.). A Força da Não-violência Ativa: A Firmeza Permanente, Loyola-veja, 1977.

baseava na orientação da “não violência ativa”³, cujo lema era resistir, sem usar de violência, o que significava não aceitar nenhuma provocação por parte da polícia.

Essa forma de luta deu origem ao nome “*Queixadas*”, nome este atribuído aos trabalhadores e que significa *porcos do mato que ao perceberem o perigo, reúnem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se*. O “Sindicato dos Queixadas” - como passa a ser conhecido - chegou a sindicalizar 99% dos trabalhadores assalariados. No período de 1954 a 1961, foi criada a cooperativa do “Queixada” com a finalidade de ajudar os companheiros que tivessem algum problema de família.

Os Queixadas, em 1959, além de suas reivindicações na fábrica se solidarizavam com outras categorias ajudando-as nas greves da Rhodia, da Fiação de Tecelagem Santo André, da Usina Miranda. Seu estilo de luta inspirou a formação da Frente Nacional do Trabalho (FNT) – criada em 1960 - que procura defender todas as categorias sindicais, por meio do assessoramento jurídico e formação de lideranças sindicais.

Em 1962, os trabalhadores da Companhia Perus-Portland iniciaram um movimento grevista que se estendeu até 1969. O movimento reuniu, no início, quatro sindicatos: Alimentação de Pirajuí, Têxteis de Jundiá, Papel e Papelão de São Paulo e os Queixadas de Perus num total de 3.500 trabalhadores que apresentavam reivindicações comuns não atendidas pelo mesmo empregador: o grupo Abdalla. Esse grupo era proprietário de um grande complexo industrial, bancário e agropecuário, além de ter referências políticas que lhes davam certas regalias junto ao poder público, conforme nos aponta Gonçalves (1989).

Durante os sete anos de greve, os trabalhadores fizeram diversas campanhas para angariar fundos. Atividades que envolviam mulheres e filhos. As mulheres dos grevistas organizaram também uma cooperativa de costura para cobrir a ausência dos salários. Além disso, os Queixadas receberam recursos de algumas autoridades que eram simpáticas à causa dos trabalhadores. Vale assinalar que o estilo de luta desses operários sensibilizou a

3 Este princípio da não violência ativa foi utilizado por outros movimentos sociais na época, entretanto como aponta Ansara (2004) “havia um estilo próprio assumido pelos Queixadas que, posteriormente, foi denominado *Firmeza Permanente*. Esta proposta inspirada na filosofia de Gandhi e fundamentada em valores evangélicos tinha como princípio a resistência dos trabalhadores e a eficácia da não-violência” (p. 129).

opinião pública da época, que passa a apoiá-los. Esse período, em contrapartida, foi de grande repressão por parte do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e da polícia. O DOPS, como forma de intimidação, realizava várias “visitas” à casa dos operários (PAOLI, 1992).

Com o golpe militar de 1964, o Sindicato dos Queixadas foi um dos primeiros a ficar sob intervenção e seus dirigentes sofreram inquéritos e prisões.

Em 1967, os operários conseguiram a estipulação de multa diária para reajuste dos salários. Isso repercutiu na imprensa e no sindicalismo. Obtiveram ainda o direito de greve, garantido pelo governador do Estado. Em 1969, dos quase mil grevistas, 309 operários estáveis foram reintegrados com direito a receber os salários dos sete anos de greve.

Os Queixadas continuaram a luta denunciando as fraudes e corrupção e reivindicando a co-gestão da fábrica. As denúncias eram contra as infrações cometidas por J.J. Abdalla: contra a legislação, a burla dos direitos trabalhistas, entre outras, conforme nos aponta Gonçalves (1989).

Os inúmeros processos abertos contra o grupo Abdalla teve como resultado, no ano de 1973, o confisco parcial dos bens da Fábrica de Cimento. A União passou a administrar a fábrica. O empresário permaneceu com a posse das pedreiras, vendendo a pedra superfaturada. Isso mobilizou novamente os trabalhadores que, em 1974, pediram ao presidente Geisel, por meio de abaixo-assinado, que fosse efetivado o confisco total, o pagamento dos salários em atraso e a instalação de filtros na fábrica para acabar com a poluição provocada pelo pó de cimento (PAOLI, 1992).

Em 1974, o sindicato sofreu nova intervenção que perdurou até o ano de 1977, sendo seu advogado, Mario Carvalho de Jesus, enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN). O sindicato, junto com a Frente Nacional do Trabalho (FNT), denunciou o governo brasileiro pela violação do direito de organização sindical dos trabalhadores, encaminhando a denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1976, a OIT interpela o governo brasileiro que suspende a intervenção de seis sindicatos, entre eles o dos Queixadas.

A greve dos sete anos⁴, que terminou em 1969, foi julgada no âmbito jurídico várias vezes e finalmente, em 1975, o governo federal pagou os salários

4 Existe várias publicações (cartilhas ou revistas) – que não encontramos em outros acervos - disponível para consulta na Sede do Sindicato de Cimento, que foi tombado como patrimônio histórico.

do período de greve – 2448 dias. Os operários saíram vitoriosos tendo o patrão, J.J. Abdalla, seus bens confiscados pelo Estado. Os operários se juntaram à população de Perus para lutar contra a poluição, exigindo equipamentos para a eliminação do pó que saía da fábrica.

Em 1981, o governo federal, com o objetivo de ter suas dívidas ressarcidas, coloca a fábrica para concorrência pública. A iniciativa privada, procurando reforçar a baixa do preço que o governo propôs, não participou do leilão. O grupo Abdalla se associa ao grupo Sérgio Stefano Choffi apresentando única oferta. Os herdeiros de Abdalla conseguem, dessa forma, recuperar a fábrica.

Em 1983, a administração da Fábrica de Cimento Perus decide encerrar as atividades da pedreira dispensando cerca de 170 operários, e passou a comprar o clínquer⁵ (pedra calcinada) da Fábrica de Cimento Santa Rita (multinacional).

Em 1984, o fornecimento de clínquer é suspenso pela Fabrica Santa Rita, interrompendo a moagem. A partir daí, a falta de matéria prima fez com que a fábrica paralisasse suas atividades inúmeras vezes.

A luta dos Queixadas foi além das simples reivindicações trabalhistas, era uma luta contra as leis trabalhistas injustas e contra as fraudes e corrupção e de solidariedade a outras categorias sindicais. Os anos oitenta foram marcados pela denúncia do cartel de cimento e pela luta junto a outros segmentos da sociedade, como por exemplo, os sem teto. A proposta dos trabalhadores era de autogestão da fábrica e o objetivo era garantir cimento mais barato para a construção de casas para a população que morava em barracos. Pouco a pouco, a constante falta de matéria prima levou ao fechamento definitivo da fábrica em 1986.

Os aposentados (ex-operários) incorporaram a luta pela preservação da ferrovia que ligava a fábrica às jazidas de pedra e do seu acervo (1987), propondo em 1989 o tombamento da Vila Triângulo (área da antiga Fábrica de Cimento) e em 1990, participando da oficina de memória desenvolvida com a assessoria técnica do Departamento de Preservação Histórica (DPH), sob a orientação da professora Maria Célia Paoli, que tinha o objetivo de assessorar os ex-operários e membros de diferentes movimentos

⁵ Clinquer: produto resultante da mistura de pedra e argila trituradas e calcinadas (a 1500°C) matéria prima para a produção de cimento.

populares do bairro na organização e sistematização dos seus arquivos para preservação de sua memória⁶.

O movimento grevista de operários que perdurou sete anos ao longo da ditadura militar no Brasil (1962-1969) demonstrou capacidade de mobilização e organização para manter uma greve durante tantos anos. Luta e resistência marcaram a trajetória deste movimento organizado e mantido por sua “firmeza permanente”. Estas características, como já apontamos em outras publicações, reaparecem na memória coletiva de netos dos Queixadas, de lideranças que atuam ainda hoje no Sindicato de Cimento e de lideranças comunitárias do bairro, mostrando que este evento não “caiu” no esquecimento e de diferentes formas é ressignificado em nossos dias, seja pelo que se ouviu falar, seja pela vivência familiar, comunitária ou política, ou ainda, pela permanência da fábrica no bairro (ANSARA, 2000, 2001, 2004).

A memória construída por netos, lideranças sindicais e comunitárias é uma memória da resistência, do engajamento dos trabalhadores na luta contra a exploração numa perspectiva de mudança social e não num sentido conservador, em geral fomentado por instituições oficiais. Isso de alguma maneira demonstra o comprometimento do sindicato, das comunidades e da escola local com os movimentos sociais e aqui vale ressaltar os projetos organizados por várias escolas em Perus, envolvendo a participação com movimentos populares e comunidades eclesiais de base. A memória resgata o acontecimento real, aquilo que é vivido pelo grupo ou indivíduo e, neste sentido “*atende a um processo de mudança ou conservação*” (MONTENEGRO, 1994: 19).

O grande Legado da Greve de Perus é a construção de uma memória coletiva de luta e resistência, que é também expressão da vitória dos trabalhadores contra os atos repressivos e contra as injustiças que sofreram. Talvez porque nas memórias “contadas”, o que foi sendo transmitido de geração para geração foi aquilo que estava no centro da identidade Queixada: a “firmeza permanente” - a resistência! Resistência essa que tem, para as gerações atuais, um significado de se contrapor as injustiças sociais e as formas de repressão, pois até hoje eles são referenciais de união, organiza-

6 O DPH, na ocasião, organizou um curso de orientação a agentes populares de Perus, através da SMC. Ver Revista do Arquivo Municipal nº 200 – PMSP/SMC/DPH. Neste mesmo ano a Fábrica foi tombada como Patrimônio Histórico.

ção, solidariedade, ou seja, o oposto àquilo que a sociedade neoliberal atual promove como valor.

O LUGAR DA INTERPRETAÇÃO: TRILHAS METODOLÓGICAS

A trajetória deste movimento operário ganha sentido com o discurso de uma de suas⁷ principais lideranças, um dos ícones dos Queixadas: João Breno Pinto, nascido em Piedade do Bagre (atual Felixlândia), em Minas Gerais, no dia 06 de outubro de 1932. Este líder do Sindicato de Cimento de Perus chegou a Perus em 1949, tendo trabalhado como metalúrgico na extinta Fundação Progresso, no bairro da Lapa, em São Paulo (1950-1953). Segundo Siqueira (2001, 2009), foi nesta época que ele teve contato com o PCB, chegando a se integrar à agremiação clandestina. Quando da sua demissão, em 1953, que se deu em virtude de sua atuação como liderança nesta Fundação durante a “Greve dos 300 mil”, foi encaminhado ao departamento jurídico do sindicato da categoria, tendo sido atendido pelo advogado Mario Carvalho de Jesus, que até então não o conhecia. Tal advogado viria se tornar advogado do Sindicato de Cimento e um grande companheiro de João Breno, um dos nomes mais referendados na luta dos Queixadas, na defesa dos operários, na luta pela justiça e no ensinamento da “firmeza permanente”, que marcaria o estilo de luta dos Queixadas. No ano de 1954, Breno começa a trabalhar na Fábrica de Cimento de Perus na qual permaneceu até 1982, quando se aposentou. Como aponta Siqueira (2009: 165)

(...) em 1956, houve eleição da diretoria. Breno foi, nessa ocasião, indicado suplente através do que ele (em depoimento colhido para a dissertação de mestrado) chamou de – *reforma* –, uma composição política com a antiga liderança. Em 1958, Breno se tornaria diretor efetivo do sindicato durante a greve.

Desde o início de sua atuação na Fábrica participou de várias greves a de 1958, a de 1959. Assumiu a presidência do Sindicato de Cimento, em 1962, liderando a mais longa greve, de 1962 a 1969. Além de dirigir o sindicato,

7 O discurso de João Breno, pertence ao arquivo de Ansara e foi coletado por meio de entrevista realizada em 17 de maio de 1999, em sua residência. João Breno faleceu em dezembro de 2002.

atuou como dirigente na Frente Nacional do Trabalho (FNT)⁸ em várias gestões.

Na década de 1960, foi candidato a deputado estadual pelo antigo MDB em 1966, além de ter sido preso e torturado pelo regime militar. Em 1981, integrou a comitiva que foi a Estocolmo, na Suécia, acompanhar a entrega do Prêmio Nobel da Paz ao argentino Adolfo Peres Esquivel. Em 1989/1990, no governo da Prefeita Luiza Erundina, trabalhou na Administração Regional de Perus como assessor (já era aposentado nessa altura). No período posterior, atuou na Associação dos Aposentados de Perus. (SIQUEIRA, 2009: 165)

Incansável militante, concomitantemente à sua atuação na Associação dos Aposentados, João Breno até o fim de sua vida participava das atividades das Comunidades Eclesiais de Base do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, também em Perus. Faleceu, em dezembro de 2002.

A entrevista realizada com João Breno fundamentou-se na Análise de Discurso, na linha francesa de Michael Pêcheux, na qual para esse autor o *“discurso é um efeito de sentidos entre locutores”* (ORLANDI, 2010). Nesse sentido a entrevista necessita de um roteiro prévio, cuja fundamentação refere-se ao processo sócio-histórico do sujeito com o qual se conversa. O curso da entrevista, por sua vez, terá no encontro desses sujeitos uma resignificação da entrevista. Com duração de mais de quatro horas, a conversa com João Breno ocorreu na cozinha de sua casa e iniciou-se com um roteiro de entrevistas contendo 22 abordagens do movimento Queixada, desde o processo de greve até as repercussões desse movimento nos dias de hoje.

As análises das transcrições seguiram a busca pelo sentido, pelo real sentido, lembrando que um sujeito não é produtor de um único discurso, mas, nele e por ele, operam múltiplos discursos. A análise é uma busca pelo processo discursivo, e nele se alimenta para compreender e significar o texto ou os textos nos quais essa significação se materializa.

8 A Frente Nacional do Trabalho – FNT – foi criada em 1960 com o objetivo de defender todas as categorias de trabalhadores, por meio do assessoramento jurídico e atuar na formação de lideranças sindicais.

“Vou falar um fato que foi muito curioso do Zacarias. Ele era um companheiro de cor, disposto, muito alegre, mas, analfabeto de todo. Foi sempre um cara firme, barbaridade! De brigar mesmo, não tinha medo de nada. E deram um megafone para o Zacarias, para ele, nessa proposta já, numa das propostas que foi feita, nesse meio todo ele mexia em tudo. Então, a gente colocava dentro da proposta, a empresa atendia as reivindicações todas, no caso da (...) em si e as propostas específicas das outras categorias. O (...) colocava, aceitava as nossas reivindicações ou então nós íamos reivindicar a desapropriação da fábrica. Que foi muito simpática naquela época, foi muito simpática naquela época a desapropriação da fábrica. Mas só que não deu. Então, mas, também, nós não estávamos muito afim. Nós queríamos. Você queria, no fundo a coordenação queria esse tipo de coisa. E o Zacarias ficou trabalhando nesta banca da rua Direita. E tinha apoio: um lençol no chão; os panfletos, mas nossa como juntava! Principalmente estudantes. E um dia, a gente passava de vez em quando por ali, a gente girava por ali. E um dia eu estava passando por lá, me chamaram; a gente girava em tudo que era canto, e me chamaram e disseram: - olha está surgindo um rolo lá com o Zacarias. Eu fiquei com medo! Eu estava ali no Largo São Bento. Eu peguei e voltei lá na ponta, lá na Rua Direita e o Zacarias: “vamos ver aqui coitado!”. “...Eu acabei de discutir com um Sr. ali! Aí foi assim, assim, ele veio me ensinar a falar e eu não vou levar isso para casa não! eu vou dar a resposta para ele”. Aí, o (...) fora ali, os companheiros nossos que estavam na banca também, até as pessoas que estavam participando daquilo informaram como é que foi o negócio. Então, é o seguinte: que o Zacarias estava falando mais ou menos isso, não dá para mim repetir as palavras certas, dizia ele mesmo: “ou atende as nossas reivindicações ou então nós de acordo com artigo 36, “sarrafo”, não estou lembrando o número, artigo 36 e sarrafo, não estou me lembrando qual era, que era o “parágrafo”, 90, não sei se era isso, nós vamos desapropriar a fábrica!. Ele era eloquente, saía andando daqui para lá, era muito divertido. Aí criou um rolo! E o cara enguiçou com ele, daí diz que o Zacarias falou: oh! o Sr. quer saber o seguinte? quem o Sr. é? – Não importa quem eu sou! – Eu acho que fica feio para vocês. “o que é que fica feio para nós é nós mesmo que sabemos!”. Zacarias! Isso para mim foi o máximo. De todas as coisas que houve, para mim isso foi o máximo partindo do Zacarias. E aí o cara quis contestar e a turma juntou toda e o pau ficou armado, a plateia aumentou e a propaganda subiu mais. O ibope! E aí ele disse: não é sarrafo é parágrafo!

O Zacarias falou: quer que eu te diga para você uma coisa: cala a boca!. Você conheceu o Zacarias? Ele é assim meio estourado, mas não era de briga. Era estourado, falava alto, aquele jeitão, gesticulando. “Cala a boca! Eu estou falando para o povo!”. Se fosse o povo que estivesse dizendo isso eu ia ter uma aula com você. Era inteligente, tinha um pessoal bom! Era analfabeto! Se fosse o povo todo que estivesse falando eu ia até escutar, mas é só o Sr. que está falando! Então eu vou consultar o povo: Vocês concordam que é sarrafo? – É sarrafo! Vocês estão entendendo? – Estamos! O povo entendeu, então, o Sr. pinica!. Isso era um escândalo naquela época, Soraia. Hoje até..., mas naquela época o Zacarias. Espetacular” (João Breno, 1999).

Em meio a tantas possibilidades de iniciar suas memórias sobre a greve de 1962 a 1969, João Breno, uma das lideranças dessa mobilização escolheu o relato de um fato vivenciado pelo seu companheiro Zacarias. Interessante escolha, pois nessa passagem múltiplos discursos se apresentam e se relacionam de modo importante com a identidade queixada. Um discurso muito presente em movimentos de greve é o da desqualificação do grevista por sua baixa ou inexistente educação formal. No caso de Zacarias esse fato fica evidente pelo não domínio da norma culta da língua portuguesa, decorrente tanto do analfabetismo como também de um reduzido vocabulário, observado pela troca vocabular de “*parágrafo*” por “*sarrafo*”. Ao ser questionado sobre seu domínio linguístico, Zacarias não cede ao discurso hegemônico da educação formal como requisito para a comunicação e constrói pela identidade socio-cultural, com seus interlocutores na Rua Direita, suas respostas. Em primeiro lugar ao dizer “*o que é que fica feio para nós é nós mesmo que sabemos!*”, nesse momento fica circunscrito os limites de identidades, o pertencimento a um grupo, com possibilidades de significados culturais que os unem, fortalece ações, mesmo por sujeitos que em outros cenários poderiam se sentir intimidados por outros interlocutores detentores da norma culta. Na sequência Zacarias utiliza a identidade com o povo que o ouvia, buscando nesse grupo, que não o dos queixadas a possibilidade de compreensão de sua fala, o que ocorre e que lhe fornece possibilidade de exercer o poder, antes nas mãos do detentor da norma culta e agora, depois do desvelamento público dos discursos identitários dos queixadas e do povo, nas mãos do negro, analfabeto, queixada e do povo.

Nesse exercício de participação, João Breno nos mostra também como ela é política, ao questionar como os lugares de poder se modificam na ressigni-

ficção dos sujeitos pela militância. Nesse sentido ele nos explica como as ideias de não violência, à luz de Gandhi, permeiam o movimento de greve, e que passa a ser reconhecido como Firmeza Permanente.

“O único que colocou pela primeira vez de Gandhi foi o Padre Bianchi. O padre Bianchi colocou que não esgotou todos os recursos. “...Esgotando todos os recursos pode-se até matar!...”. O Bianchi falou isso. Não aguardei tudo o que ele disse. Mas, o essencial a gente guarda. Duas pessoas falou isso para nós. Depois, posteriormente, o Dom Jorge Marques de Oliveira falou isso para nós. Segura isso aí que depois eu vou contar isso para você. Aí ele falou: “esgotando todos os recursos de uma camada social pode-se até matar”. O Biachi falou, naquela época. E aí ele explicou: - vocês já ouviram falar de Gandhi? Ele começou a falar um pouco sobre Gandhi, sobre o jejum, abstinência, etc. até aí não pegou muito. Mas, qual foi o exemplo que ele deu do Gandhi, agora me fugiu! Eu queria falar e me perdi. Depois eu acabei me metendo no meio do Gandhi também, mas eu dei um ponto do Gandhi lá, sobre não matar. Sobre em primeiro lugar está (...), aí ele falou: - é a não violência!. Depois o Mário sim, o Mário criou a “firmeza permanente”. Eu acho que é bem mais avançado. Foi o Mário mesmo, o Mário que inventou. Não digo que é mais avançado, acho que é mais atual. E Dom Paulo assinou em baixo da “firmeza permanente”. Eu sei que naquilo tudo ele falou. Eu quero propor para vocês; não lembrei as palavras dele! E depois ele falou assim: tem o seguinte – jejum! Oração! Oração o que é que é? não é só repetir as palavras, são atos. Naquela época, um (...) ruim! Hoje nós estamos bom demais. Por isso é que eu falo um Bianchi naquela época. E aí pegou a discussão em cima disso. Aí foi quando marcamos, para o Natal, foi quando marcamos lá a assembleia decidiu, o padre Bianchi deu a linha e a assembleia decidiu um jejum, um jejum em praça pública. Aonde seria? – não vou entrar em detalhes senão vai longe. Mas houve a participação da assembleia e aí voltou, interessante!, voltou a alegria na assembleia!” (João Breno, 1999).

A Firmeza Permanente, um desenvolvimento da prática de não violência, é uma das características dos Queixadas. Entendido como resistência permanente, permitiu aos grevistas sobreviverem ao longo dos sete anos de greve. A resistência não foi restrita aos operários, suas famílias sentiram e muito os efeitos dessa greve, e com a mesma resistência registraram sua impor-

tância nessa história. A seguir na fala de João Breno teremos discursos de gênero, de militância e solidariedade.

“Agora, eu não quero é continuar nessa linha que está meia periférica. Porque tem o miolo da questão, também, que eu acho que é importante. O miolo é o seguinte, por exemplo falar desse pessoal que não estava participando nessa altura que nós estávamos e que teve o seu papel, principalmente as mulheres; não é porque você está me entrevistando. Principalmente as mulheres. ... Então, por exemplo que eu falei para você da dona Iolanda. Eu vou falar da dona Iolanda que era a esposa do 2º tesoureiro do sindicato, Rafael Fernandes. Essa Dona Iolanda quando começou, que a coisa piorou mesmo; tem aqueles que vão aguentando, aguentando, sem pegar os recursos da greve. Tem uns que já logo no começo, e tem até nego também; e a gente sabia disso, porque o ser humano é assim, não quer dizer que todos, mas o ser humano é assim. Eu não fui e voltei para trás tantas vezes! E daí? E outras coisas mais! E o seguinte: tinha famílias e aí nesses casos é as mulheres, que geralmente os homens estavam rolando; e as mulheres tinham muitas que participavam, tinham as atividades das mulheres também, que não vinham na sede para pegar, como é que se fala? Eu não estou lembrando a palavra, a ajuda do povo que deixava. (Famílias) Não vinham (buscar), não vou dizer por orgulho, até mesmo por dizer: deixa para fulano, deixa para sicrano. Então, daí, essa dona Iolanda, eu não sei como é que foi que ela descobriu. Mas, conhecendo a dona Iolanda como eu conheci, ela sondou e viu que tinha muitas famílias que não pegavam nada e que estavam precisando. E descobriu que muitas que pegavam, talvez até podia ter deixado um pouco. Era sozinha percebeu isso. Ela veio conversar com a gente, era legal a Dona Iolanda. Espírita, daquelas mesmo de fazer os despachos junto com o Zacarias: - o João Breno não gostava! Até tem uma fita que ele gravou, ele falou assim: - o João Breno não gostava! Eu ia fazer os despachos, mas bem que ele ia rezar lá na igreja dele! Aí essa Dona Iolanda, veio propor, ela era muito humilde: - não sei, o que é que vocês vão achar, mas eu estava pensando se vocês não acham que era bom reunir umas companheiras aí. Naquele tempo não falava companheira não. Companheiro veio depois, no tempo do PT e mesmo assim não é tão companheiro não! É verdade né Soraia. De reunir algumas donas de casa eu me disponho a fazer isso, junto! Sozinha não! porque eu não posso julgar ninguém. E nem 3 companheiras juntas podem julgar, mas uma ajuda a outra. E nós sair nas casas das pessoas para saber se está faltando alguma coisa em casa. Ela já tinha todo plano que ela tinha organizado ela mesma, e ela já tinha passado...

Então, nós tudo bem, tudo bem dona Iolanda a ideia é ótima. Mas será que isto está acontecendo? – Vocês não sabem! Quer dizer que eu posso? - Falei: Meu Deus do céu! Não precisa nem perguntar se pode. Acho que isso foi uma das coisas mais sérias que teve. Quer dizer, não vou dizer que foi a mais séria, mas foi muito importante. Então, a Dona Iolanda começou a correr as casas mesmos e conversar com as pessoas e, chegou ela mesmo a ir levar nas casas; e a gente nem perguntou porque é que era, não havia razão de perguntar. Talvez a dona da casa lá não tivesse mesmo a coragem. Não sei se é coragem, a gente não é adivinho, para pegar. Ela tomou conta daquilo, e foi indo e o negócio era tudo controlado”(João Breno, 1999).

A solidariedade entre as mulheres, o reconhecimento do trabalho delas no movimento e a experiência que se construiu ao longo dos sete anos foram fundamentais para a união dos grevistas, união esta muito significativa para o líder do movimento.

“Que lembranças mais significativas: eu acho que a mais significativa para mim foi o símbolo da, o símbolo não! foi a união dos trabalhadores coisa que a gente estava começando uma greve; motivo fez com que eu entrasse na greve e no fundo eu não esperava que essa greve fosse durar aquele tempo todo. Eu nunca pensei que fosse durar aquele tempo todo e, de repente demora tanto tempo, com tanto vai e vem, com tanto encontros e desencontros e a gente manter 92%, 93% de companheiros unidos praticamente até o fim, até enquanto todos estavam fora, até voltarem todos ao trabalho depois de muito tempo. Eu acho que isso foi um dos pontos mais significativo que eu percebi. Que nunca me passou pela cabeça. A gente pensava que entrava numa greve, amanhã ou depois podia até ser de um jeito ou de outro a greve, mas que amanhã ou depois ela ia terminar. Esse amanhã ou depois eu nunca pensei que fosse levar o tempo que levou. Então, eu acho que o mais significativo foi esse”(João Breno, 1999).

O desejo de mudança, não apenas uma mudança individual, mas sobretudo coletiva, com melhorias de condição de trabalho foram a motivação para a entrada de João Breno na greve, retomando o discurso identitário, agora como trabalhador.

“Qual foi a minha principal motivação em participar e em contribuir com a greve? A minha principal motivação é porque eu era trabalhador, né? Então

havia uma injustiça muito grande com todos nós; esse era um motivo para eu ficar motivado. Uma parte grande, não vou dizer que todos estavam motivados, mas quando eu senti alguns motivados para aquilo eu também estava motivado. E essa era uma motivação muito grande” (João Breno, 1999).

Entre todas as injustiças que motivavam os trabalhadores, talvez a mais dolorida era a condição de trabalho que podia levar à morte. Em sua fala, João Breno narra a perda de um companheiro, longe de ser fato isolado, a morte, companheira dos trabalhadores fortalecia o discurso de proteção ao trabalhador.

“... E eu estou chegando lá e eu vi a mulherada toda apavorada. Ficava tudo pertinho, as casas. E a mulherada toda apavorada e a turma conhecia a gente. E eu foi bom chegar: - está acontecendo isso e aquilo... você não escutou o barulho? Não, não escutei não! Já fiquei apavorado – o que é que é? o que é que não é? aí corri para lá. A gente entrava na pedreira. Corri para lá. Aquele rolo todo e aí quando eu corri para lá vem correndo o Zelão. Lembro bem do Zelão, negão alto, sossegado . Nesse dia ele vem correndo e vira para mim e diz: Breno, Breno! Puxa! Você viu o que aconteceu? Eu não vi nada. O que é que foi que aconteceu? Ele falou: os marreteiros entraram e justo quem João Breno? Justo quem? – Ele ficava falando – Fala logo quem é? lembro bem. Nossa! eu lembro disso bem. Ele falou: O Amaro! O Amaro o que? O Amaro na 1ª marroada ele achou o veio! Tinha um nome eu não sei se era “matacão”, eles falavam da pedra. Ele achou o veio e na 1ª marroada que ele deu o dinamite tinha falhado e bateu na espoleta... A turma está catando os pedaços dele. Eu me lembro disso e me arrepio. Quantos anos faz isso? Eu conhecia a mulher dele, os filhos. Tinha um que tinha apelido (...), era amigo dos meus moleques e, depois, veio morar para cá da Purificação. Então, você vai ver. E depois, teve outros casos. O que eu mais senti não é o que eu mais senti, porque quando a gente não vê a gente não se impressiona. A gente senti. Eu não vi a explosão, mas eu vi lá catar os pedaços dos companheiros. Então, você vê como eram as coisas naquela época...” (João Breno, 1999).

Com todas essas experiências, resistência das mulheres, péssimas condições de trabalho, risco eminente de morte imagina-se que os queixadas são por natureza corajosos e destemidos. Um discurso de medo poderia manchar a

reputação de um líder, ou mesmo desmoralizá-lo diante de seu grupo. Mas quando ele nos relata ser medroso o sentido de seu discurso nos evidencia um homem comum, com ideais, família, emprego e que tinha medo. Sua escolha poderia ter sido dizer “eu não tenho coragem” porém sua fala foi “eu sou medroso”. Essa escolha aproximava esse homem dos demais, que poderiam idealizar como um grande corajoso, mas os atraía por seu medo, tão presente naquela época. O uso de medo ao invés de falta de coragem pode nos levar a pensar sobre o tempo vivido durante o período de greve. Momento em que não se questionava a hegemonia dos patrões e momento também da ditadura militar, onde imperava o medo. Coragem não era palavra que se empregava, o medo sempre estava presente.

“E o Mário vem: João Breno... contando as coisas, explicando exemplo, onde ele esteve, como é que foi, como é que não foi. Passando a lição a limpo. E ele corria muito no carro. E quanto mais ele conversava e começava a se entusiasmar... mas ele colocava o pé. E eu era medroso, eu sou medroso. Aí eu falei tem que segurar o Mário. Aí ele estava falando, um pouco colocava e eu já conhecia a vida dele. Aí eu falei: Mário! Ele falou: o que. Aí ele deu uma parada no carro subindo aqui a curva da (...), lembro bem! Ele subindo a curva da (...). Mário você está falando esse monte de coisa, eu já vi muita coisa que você fez, que a gente está junto e coisa e tal. Agora eu fico pensando, você está falando e eu estou remoendo o que você está falando, Mário eu já vi tanta gente falar, não tanto que nem você e não no sentido que você fala. (...) ele baixou a cabeça e se sentiu (...). Tenho impressão que foi isso, é tanto que depois ele chegou a falar isso para outras pessoas. E eu falei, uma grande parte de pessoas assim entusiasmada, fala tudo isso, daquilo e depois vão desanimando ou se cansam, fui colocando uma porção de coisa, e depois vira tudo como era antes. E não vai para frente. Aí ele me deu uma, mas aí é que eu grudei mais. Deixa eu ver se me recordo. Eu tenho isso naquele livro de testemunha. Aí ele virou e falou para mim: João Breno, tocou o carro, o carro mais devagar, foi e pensou bastante. Quando ele está pensando é gozado: ele diminui a marcha e encolhia a cabeça. João Breno você me fez uma pergunta muito séria e oportuna. Eu sou um instrumento de Deus! Eu me considero um instrumento de Deus...Eu sou um instrumento de Deus e tenho um compromisso com os meus irmãos operários. Enquanto houver quem acredita nessa proposta estarei firme. Aí quem balançou fui eu” (João Breno, 1999).

Em uma avaliação sobre os efeitos da greve João Breno nos fala sobre sua família e sua constante ausência, sua confiança na esposa e seu maior compromisso, a grande família, em referência aos companheiros. Aqui manifestam-se o discurso de valores, o valor da mulher que diferentemente do homem conhece seu lugar na família, o valor do trabalho, que pode colocar em segundo plano a família e o valor de pai, que não ultrapassa a questão genética.

“Na consciência política e nisso tudo. Porque não que eu quisesse fazer isso. Porque eu não tive tempo para os meus filhos, nem para a minha mulher. Não tive tempo. Se eles pegaram alguma coisa foi por eles próprio. Se algum deles sente alguma revolta; eu sei que sente, embora eles gostem da gente como pai, foi eles mesmos que pegaram. E eu não posso criticar nenhum dos meus filhos. Agora com isso também, não é porque eles não quisessem que eu fizessem que eu deixava de fazer. Eu acho que o compromisso maior é com a grande família. Mas nem nunca deixar, por exemplo, abandonada a minha família. Embora eu deixei, mas eu sabia a mulher que tinha.” (João Breno, 1999).

Ainda refletindo sobre a greve dos Queixadas, João Breno fala sobre a atual situação de Perus, sem oferta de emprego o bairro vive na e pela saudade da fábrica, com ela os empregos existiriam, prevalece nessa ausência do discurso favorável à greve, a presença de um discurso hegemônico pela presença do capital.

“Isso é complexo (importância da greve para Perus). Criou uma polêmica muito grande e ainda é polêmica até hoje. Até hoje a maioria da população mais antiga em Perus e a população menos esclarecida, apesar de ter tido a greve aqui e o povo acostumado a estar ouvindo os donos de Perus, os coronéis. Então, a palavra desse pessoal era palavra de ordem. Então o forasteiro aqui não tinha vez. E isso para eles está escrito. Então, eles insistem que fechou a fábrica de cimento se ela estivesse virando não estava esse desespero. Desespero em Perus não tem uma visão mais ampla. Desespero em Perus é só ver o desespero e a fome em Perus. Está restrito ao bairro e vai por isso na cabeça. Então foi por ter fechado a fábrica. Em certos aspectos até tem sentido. Não teria! Se tivesse boas escolas aqui desde o começo e uma discussão mais aberta. Porque no fundo no fundo a fábrica de cimento foi Perus. Ela chegou

antes de Perus. O Abdalla disse uma vez isso nas nossas reivindicações contra o pó. Quem tiver incomodado que se mude. Porque a fábrica chegou aqui primeiro do que o povo” (João Breno, 1999).

Exemplo de que a mudança é um processo e não uma imposição, João Breno nos mostra como ao longo de toda sua vida deu-se a transformação de sua relação com a fábrica, do ódio ao amor, ele nos conta que o processo de identidade do trabalhador com seu local de trabalho é uma das condições para a mudança, e que a memória coletiva tem lugar de destaque nesse caminhar.

“Quando eu aposentei eu sai já com sequelas da fábrica de cimento e eu ainda raciocinava assim, Soraia: essa fábrica é uma desgraça! Eu nunca mais vou passar na porta dessa fábrica... fiquei muito sem passar. Não passava na porta da fábrica.” (João Breno, 1999).

“Até que depois, você vê como é as coisas; aí é que eu fico mais pensando quanto tempo foi perdido. Daí, no governo da Erundina, e que foi levantado esse problema da história, da memória e que a gente começou a estar conversando, a gente começou a ver os companheiros falar, a empolgação de alguns companheiros; tudo companheiro antigo, enfim e eu sei lá! A conversa mesmo com o pessoal mais comprometido; quando começou ver isso, então, para mim foi uma mudança total. Eu que achava a fábrica um monte de ferro velho, hoje acho uma beleza, fico doido de ver como é que estão fazendo com a fábrica. Eu acho que é por aí. Eu fui vendo a importância, não é voltei, é que estou aprendendo, nem foi voltar! Eu lutei que nem um ser irracional que estava sendo explorado, junto com a maioria, mas foi a briga da exploração contra a exploração, sem nada; quer dizer se não tem uma pessoa de cabeça, se surge aí um oba oba, como surgiu, e coisa e tal, mas se o negócio vai para uma consequência maior, a gente era capaz até de morrer, você está entendendo? Mas em defesa de que? – Nem era do trabalho! Como passou o tempo! Passou o tempo e é por isso é que eu acho, que eu acredito numa virada desse país, mas de que a militância seja militância mesmo. E que não entra aí no oba oba! A gente vê até hoje que é oba oba, e as vezes as pessoas pensam que não é oba oba. E mesmo sem oba oba, fazendo um trabalho sério eu acho que; porque não adianta, ao meu ver, não adianta medidas paliati-

vas. Agora para pegar uma medida que não seja paliativa tem que ter o povo preparado.”(João Breno, 1999).

Militância e participação precisam ser aprendidos. João Breno destaca esses dois aspectos como necessários para a mudança social. Isso permitiria a compreensão do acesso ao poder, assim como o poder em si. Nesse momento ele relata o período de greve na ditadura militar, os medos, a pressão e as constantes tentativas de encerrar o movimento.

“Agora, o que foi na ditadura militar é que a repressão aumentou. E ela começou por aqui também, vindo de cima. Apesar deles saberem tudo que tinha acontecido e, apesar de não ter feito tanta pressão a nível de exército, a nível de governo. A pressão era de força pública e polícia civil. Não era a nível de estado. Depois a pressão era outra. Aí um dos primeiros a ser preso foi o Mário, na ditadura militar. O nosso sindicato foi o 1º sindicato a sofrer intervenção. Já tinha tido intervenção anterior, depois voltou a ter intervenção... Em plena greve. Sumiram com documentos nossos, queimaram documentos. Eles falam que não. Mas a gente soube porque o povo contava. Ali era mato em volta do sindicato; eles fizeram uma fogueira e queimaram”. (João Breno, 1999).

Apesar do poder do patrão, apesar da ditadura militar, apesar do longo tempo, os queixadas resistiram. Resistiram os operários, resistiram as mulheres, os filhos e a sociedade. Hoje tudo resiste na memória, a identidade permanece. João Breno reconhecia a importância de uma memória coletiva desse movimento. Colaborava para com pesquisas, registrando assim a memória da greve e a memória dos Queixadas.

“Representa muito (Os Queixadas). Aí dá para gente perceber. Incrível a gente não esperava isso! Você vê falar de queixada até em cidade do interior. Você vê falar de queixada no meio sindical. No meio do sindicalismo pelego(?) a turma fala “o sindicato dos queixadas”. Correspondência vem: - Associação dos queixadas. Então, seja como for ou acreditem ou não, se eles não acreditassem, alguma coisa não representasse para isso virou um símbolo. Virou um símbolo Soraia. Virou porque, eu não guardo. Sou relaxado para burro! Mas tem um monte de livros pequenos que saíram por aí, até de esquerda que eles

colocam coisa de queixada. Não estórias, não dão (...) é só... colocam algumas coisinhas... Eu era queixada se fosse agora. Eu não saí do movimento. O meu grande drama é como eu vou deixar o movimento, embora está uma merda e eu me sinto responsável por isso, porque não estou conseguindo fazer nada (saúde) . Eu sou queixada e vou ser até morrer”. (João Breno, 1999).

Queixada até o fim, João Breno morreu em dezembro de 2002, mas permanece vivo na memória de uma das maiores greves do país, tornando-se símbolo de mudança social e participação política, sobretudo por todas suas conquistas que se deram por meio da “Firmeza Permanente” .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA, S. **Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP, 2000.

ANSARA, S. Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. **Revista de Psicologia Política**. 1. (2). (pp. 29-52), 2001.

ANSARA, S. Memória Coletiva e Cidadania: resgatando a luta por direitos. **Cadernos de Psicologia**. 13. (pp. 123-141), 2004.

ANSARA, S. O legado da greve de Perus: lembranças de uma luta operária. **Cadernos CERU**. 20 (1). (pp. 241-256), 2009.

GONÇALVES, A. J. **“Perus”: A violência dos pacíficos – “Uma Nova Arma para uma Velha Luta**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP. 1989.

JESUS, Mario C. (org.). **A Força da Não-violência Ativa: A Firmeza Permanente**, Loyola-Veja, 1977.

JESUS, Mário Carvalho. Cimento Perus – 40 anos de ação Sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal. **Cadernos para Mudar** 2, JMJ, 1992.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Ed. Pontes, São Paulo, 2010.

PAOLI, Maria Célia, Memória História e Cidadania: O Direito ao Passado, In. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**, São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico, 1992.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. Dissertação de Mestrado em História Econômica. UNESP, Araraquara, SP, 2001.

SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Fracalanza. Doutora em Geografia e Professora do Curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH/USP e em Ciência Ambiental do IEE/USP. Tem experiência na área de Sociologia Urbana e de Geografia Humana, com ênfase em Gestão Ambiental.- Email: fracalan@usp.br

Ana Paula Gouveia Valdiones. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP. Email: anagouveia@usp.br

André Galindo da Costa. Mestrando em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP, professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza Email: dacostagalindo@yahoo.com.br

Andréa Viude. Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP, Professora do Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política – EACH-USP e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Memória Coletiva, Discursividades e Dinâmicas Comunitárias. aviude@usp.br

Atilio Viviane Neto. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP, diretor da OS-CIP - Mata Nativa. Email: atilio.neto@usp.br

Dennis de Oliveira. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, Professor dos Programas de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH, de Ciências da Comunicação da ECA e de Direitos Humanos da Faculdade de Direito, todos da USP. Coordenador do CELACC (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) e membro do Neinb (Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro). E-mail: dennisol@usp.br

Diamantino Alves Correa Pereira. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor dos Programas de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH e Coordenador do Grupo de Pesquisa Agricultura, ambiente e mudanças sócioespaciais metropolitanas. Email: diamantino@usp.br

Edegar Luis Tomazzoni. Doutor em Ciências da Comunicação - USP, Pesquisador visitante do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP, Professor do Curso de Lazer e Turismo e no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP). Coordenou o Observatório de Turismo e Cultura (Observatur) da Serra Gaúcha. Email: eltomazzoni@usp.br

Eliane Candida Pereira. Membro do GEPESPP USP, mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação – FE USP, Orientadora Pedagógica da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Email: elicanpe@gmail.com

Elizabete Franco Cruz. Doutora em Educação UNICAMP, Professora do curso de Obstetrícia e do Mestrado em Mudança Social e Participação Política – EACH/USP e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Relações entre filosofia e educação para a sexualidade na contemporaneidade: a problemática da formação docente. Email: betefranco@usp.br

Érico Luciano Pagotto. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP. Email: ericopagotto@usp.br

Gerardo Kuntschik. Doutor em Ecologia de ambientes aquáticos e terrestres pela Universidade de São Paulo Professor dos Programas de Pós graduação em Mudança Social e Participação Política e em Ecologia de Ecossistemas Aquáticos e Terrestres, ambos na Universidade de São Paulo. Email: gkuntschik@usp.br

Gustavo Costa Meyer. Mestrando do Programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. EACH-USP. Email: gustavo.meyer@usp.br

Isabel Akemi Hamada. Membro do GEPESPP USP, mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação – FE USP. Email: belakemi@hotmail.com

Ivini V. R. F. Ferreira. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP. Email: iviniferraz@usp.br

Marco Antonio Bettine de Almeida. Doutorado em Sociologia do Lazer – Unicamp, Professor da do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo e Coordenador do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE) e Vice-coordenador do LUDENS - Núcleo de Apoio à Pesquisa USP-SP. Email: marcobettine@gmail.com

Marcos Bernardino de Carvalho. Doutor em Ciências Sociais, professor do curso de Gestão Ambiental e do Programa Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo. Coordenador do NUPEGE - Núcleo de Pesquisas em Geografia e Educação. Email: mbcarvalho@usp.br

Maria Eliza Mattosinho Bernardes. Doutora em Educação, Professora dos Programas de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política – EACH e em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, lider do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas – GEPESPP USP. Email: memberna@usp.br

Neli Aparecida de MELLO-THÉRY. Professora livre docente da Universidade de São Paulo, Doutora em Geographie - Université de Paris Ouest-Nanterre-La Defense (2002) e em Geografia Humana – USP. Professora dos Programas de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política – EACH e em Ciência Ambiental IEE/USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas públicas, territorialidades e sociedade do IEA. E-mail: namello@usp.br

Raquel Gammardella Rizzi. Mestranda em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP. Email: raquel.rizzi@usp.br

Renato Abdo. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política na EACH/USP, Coordenador de Agronegócios do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes. Email: renato.abdo@usp.br

Sandra Aparecida Santana Assali. Membro do GEPESPP USP, mestranda pelo programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política – EACH USP, Professora da EMEF Duque ee Caxias da EMEF Celso Leite Ribeiro Filho. Email: sassali@usp.br

Sandra Paula da Silva Batistão. Mestre em Ciência pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política – EACH USP, Integrante da Comissão Executiva do FOPEI (Fórum Permanente de Educação Inclusiva do ABC Paulista), Professora de educação inclusiva da Prefeitura Municipal de Santo André e da Faculdade IESA/ Instituto Educacional do Estado de São Paulo. Email: sbatistao@usp.br

Sidnei Raimundo. Doutor em Geografia, Professor do Curso de Lazer e Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH – USP. Desenvolve pesquisas sobre manejo em áreas protegidas e gestão de recursos naturais. E-mail: sraimuundo@usp.br

Sílvia Helena Zanirato. Doutora em História pela UNESP. Professora do Curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH/USP e em Ciência Ambiental do IEE/USP. Coordenadora no Brasil da rede UNITWIN - Cátedra UNESCO - Turismo, Cultura e Desenvolvimento. E-mail shzanirato@usp.br

Soraia Ansara. Doutora em Psicologia Social, Professora do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Memória, Discursividades e Dinâmicas Comunitárias. Email:soraiansara@hotmail.com

Ursula Dias Peres. Doutora em Economia e Professora do Curso de Gestão de Políticas Públicas e dos Programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política e em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP e Secretária Adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão no Município de São Paulo e-mail: uperes@usp.br